



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

APARECIDA MACEDO LARINDO

**JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS (1844-1889): TRAJETÓRIA DE
UM AFRODESCENDENTE NA PROVÍNCIA DE GOIÁS NO SÉCULO XIX**

GOIÂNIA
2017

APARECIDA MACEDO LARINDO

**JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS (1844-1889): TRAJETÓRIA DE
UM AFRODESCENDENTE NA PROVÍNCIA DE GOIÁS NO SÉCULO XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como requisito para obtenção do Título Mestre em História.
Orientadora: Dra. Thais Alves Marinho

GOIÂNIA

2017

L323j

Larindo, Aparecida Macedo

José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889)[manuscrito]:
trajetória de um afrodescendente na Província de Goiás
no século XIX/ Aparecida Macedo Larindo.-- 2017.

124 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em História, Goiânia, 2017

Inclui referências f. 114-120

1. Racismo - Cidade de Goiás(GO). 2. Escravos - Abolição
- século XIX - Cidade de Goiás(GO). 3. História -
Cidade de Goiás(GO). 4. Negros - Identidade racial
- Cidade de Goiás(GO). I. Marinho, Thais Alves. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 326.8(043)

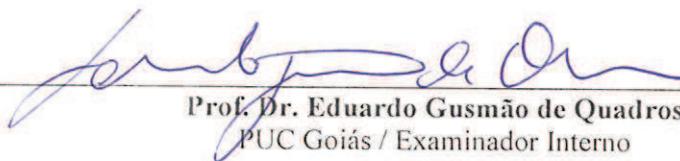
**JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS (1844-1889): TRAJETÓRIA DE UM
AFRODESCENDENTE NA PROVÍNCIA DE GOIÁS NO SÉCULO XIX**

Dissertação aprovada em 19 de abril de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Thaís Alves Marinho
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Examinador Interno



Prof. Dr. Clóvis Carvalho Brito
UFS / Examinador Externo

Prof.ª Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Suplente

Prof.ª Dra. Ana Rita Vidica Fernandes
UFG / Suplente

A todas as pessoas deste País que enxergam a diversidade étnica como dádiva e acreditam na possibilidade de interação dos diferentes na coletividade e na luta pela igualdade de direitos, com respeito e cidadania.

A todos os afrodescendentes que lutaram e lutam, cotidianamente, para serem e viverem como quiserem.

AGRADECIMENTOS

Durante o empenho de realização desta pesquisa, nos últimos dois anos, em boa parte deste período contei com a ajuda, incentivo e apoio de várias pessoas que de forma particular, cada um e cada uma contribuíram para a conclusão deste trabalho, a quem gostaria de agradecer imensamente.

Ao nosso Pai Maior – Deus!

Emanação de Luz, Sabedoria, Entusiasmo e Amor à humanidade. Meus sinceros agradecimentos e reconhecimento da Tua Força em mim. Por ter iluminado minha mente de sabedoria na busca do conhecimento e fortalecido meu corpo e meu espírito, não me deixando fraquejar nos momentos de angústia, sofrimento e desafios. Muito obrigada, Senhor!!!

À Professora orientadora, Dra. Thais Alves Marinho, pelo interesse dispensado ao meu objeto, pela confiança, orientação, comentários críticos que foram fundamentais durante a produção e, especialmente, pela compreensão nos momentos difíceis. A quem eu aprendi a admirar, os meus sinceros agradecimentos.

À Milena, do Museu das Bandeiras, à Fátima da Biblioteca Frei Simão e à Odicéia do Arquivo Diocesano Dom Tomáz Balduino – Cidade de Goiás, muito obrigada pela ajuda no momento de encontrar as fontes.

Contei também com ajuda da FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, que contribuiu financeiramente com parte dos custos mensais junto à Universidade. A falta dessa contribuição dificultaria a realização da pesquisa e, conseqüentemente, a conclusão deste trabalho.

Aos professores avaliadores da banca: Dr. Eduardo Gusmão de Quadros, Dr. Clovis Carvalho Britto, por aceitarem o convite e destinarem parte de seu tempo à leitura desta dissertação.

À minha mãe Marieta Larindo e minha irmã Marcionília Macedo (*in memoriam*), duas grandes mulheres que foram e continuam sendo muito importantes na minha vida, apesar de não viverem em nosso meio na forma física, estão vivas em minha memória. Continuam sendo minha referência de exemplo de força, determinação, fé, coração solidário e, sobretudo, porque sempre se orgulharam de mim por buscar o conhecimento e me incentivaram a seguir em frente. Meus agradecimentos eternos.

O meu pedido de desculpas a meu filho Mateus Vinícius pelas ausências, impaciência e falta de tempo para dar-lhe a atenção devida. Muito obrigada pela compreensão, apoio e atitudes amorosas nos momentos difíceis, sendo a minha fortaleza e razão de viver.

Às minhas amigas, Sonia Nogueira, Vicentina e ao Eduardo, a minha admiração, respeito e agradecimentos pelas longas e criteriosas leituras do meu trabalho; pelas broncas no momento adequado. À Sonia, por me ajudar no início da estruturação deste trabalho e por dividir alguns finais de semana comigo e seus filhos, Amanda e Gabriel, e seu esposo e meu amigo Ismar, a quem também agradeço. Dias regados, no final, de boa conversa, churrasco e cerveja.

Ao professor Lucas Brito, um agradecimento especial pela leitura criteriosa desta dissertação.

À Prof.^a Ione Fraga, diretora de Núcleo Pedagógico da SRE – Aparecida de Goiânia e minha tutora. Pelo apoio, compreensão e demonstração de companheirismo, enquanto profissional e pessoa emanada de humanidade. A sua ajuda foi essencial para que eu conseguisse concluir esse trabalho de forma exitosa. Muito obrigada!

À Ana Rita, Kalina, Sélia e Sonia por me encorajarem a tentar o Mestrado e por todo o incentivo que me deram antes de iniciar esta jornada. Obrigada!

Ao Ataíde e ao Roberto pelo incentivo, apoio e por estar do meu lado me dando força, sempre que precisei de um ombro amigo.

Agradeço também de coração a todos os amigos, amigas, familiares e colegas de trabalho a compreensão, o apoio e as palavras de incentivo, cada vez que me sentia cansada. Foi muito significativo para que conseguisse concluir mais essa etapa.

Às minhas irmãs e irmãos: Joana, Maria de Fátima, Marina, Abílio, João, Odete e Sebastião. Minhas cunhadas e cunhados: Iraíldes, Lucimeire, Maria Aparecida, Toninho, José e Valdivino. Todos meus sobrinhos e sobrinhas. Por ser parte da minha vida e pela demonstração de amor e carinho.

A todas as minhas irmãs e irmãos da Irmandade da Luz, pela compreensão das minhas ausências, palavras amigas, incentivo e orações.

E, finalmente, ao meu companheiro Esneyder Isait, por fazer parte desta etapa da minha história e da minha vida, por me fazer acreditar sempre que era capaz. Obrigada!

Hoje, é toda a imprensa é todo o povo de Goyaz, é a família, são todos os seus colegas e amigos que consternados e fatalmente surprehendidos, chorão a tão inexoerada quão enorme perda para a civilização e progresso de sua província pela qual José do Patrocinio Marques Tocantins sacrificou toda a sua vida, com o único e louvável fito de vel-a um dia poder equiparar-se com suas irmãs mais avançadas em civilização.

[...]

A sua vida jornalística pode servir de modello á todos que se atirão á difficil e espinhosa luta da empresa.

Jornal: *O Publicador Goyano*, n. 232, 1889.

RESUMO

O propósito desta dissertação é refletir sobre a histórica do afrodescendente em Goiás na segunda metade do século XIX, norteadas pela experiência do jornalista e abolicionista goiano, José do Patrocínio Marques Tocantins; dentro do contexto socioeconômico, político e cultural da Província. Para iniciar, realizei uma análise das narrativas históricas já existentes e a visão dos viajantes sobre Goiás, no século XIX, as quais foram e continuam sendo referências para o estudo da História de Goiás; com atenção voltada para a influência dessas narrativas históricas na construção da representação do afrodescendente na memória coletiva da sociedade brasileira e estrangeira. Para (re) construir as experiências de José do Patrocínio, além de bibliografias, utilizei documentos e registros encontrados no Museu das Bandeiras (MUBAN), na Biblioteca Frei Simão e no arquivo diocesano Dom Tomás Baldoíno, ambos da Cidade de Goiás; e também os jornais: *A Tribuna Livre* e *O Publicador Goyano*, publicados nas duas últimas décadas do século XIX. Ler as entrelinhas desses documentos facilitou o reavivamento da história desse goiano que enfrentou as dificuldades inerentes à condição familiar e cultural em que vivia: suas ações desenvolvidas nos espaços sociais e culturais em Goiás; seu casamento interétnico com Anna Francisca Tocantins e, também, a importância da imprensa no período de transição política e social na Província, especialmente nos assuntos ligados à abolição.

Palavras-chave: Afrodescendente, racismo, abolicionismo, trajetória, Província de Goiás.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to reflect on the historical and social representation of the Afrodescendant in Goiás in the second half of the nineteenth century, guided by the trajectory of journalist and abolitionist José do Patrocínio Marques Tocantins. To begin, I conducted an analysis of the existing historical narratives and the travelers' vision of Goiás in the nineteenth century, which were and continue to be references for the study of the History of Goiás; focusing on the influence of these historical narratives, on the construction of the Afrodescendent representation in the collective memory of Brazilian and foreign societies. In order to (re) build the historical trajectory of José do Patrocínio, in addition to bibliographies, I used documents and records found in the Museum of the Flags (MUBAN), in the Frei Simão Library and in the diocesan archive Dom Tomás Baldoíno, both from the City of Goiás and also the newspapers: *The Free Tribune* and *The Goyano Publisher*, published in the last two decades of the nineteenth century. By reading between the lines of these documents facilitated the visibility of this man who faced the difficulties inherent by the family, social and cultural situation in which he lived; his occupation in the social and cultural spaces in Goiás, his ethnic marriage to Anna Francisca Tocantins and also the importance of the media in the period of political and social transition in the Province, especially in matters concerning the abolition.

Keywords: Afrodescendant, representation, racism, abolition, trajectory, Goiás Province.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia de mulheres trabalhando na Tipografia em 1886.....	58
Figura 2: Primeira página do Jornal A Tribuna Livre, Anno VI, n.344.....	71
Figura 3: Quarta página do Jornal O Publicador Goyano, Anno II, n.104.....	73
Figura 4: Primeira página do Jornal O Publicador Goyano, Anno VI, n.172.....	75
Figura 5: Fotos de Anna Francisca Xavier de Barros Tocantins e José do Patrocínio Marques Tocantins	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. RACISMO, ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO: O LUGAR DO AFRODESCENDENTE NO SÉCULO XIX.....	22
1.1 Narrativas históricas sobre o afrodescendente do século XIX.....	23
1.2 Representação do afrodescendente nas narrativas históricas sobre Goiás no século XIX.....	32
1.3 Contextos Político e Econômico de Goiás no Século XIX	41
CAPÍTULO 2. REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO AFRODESCENDENTE NA PROVÍNCIA DE GOIÁS – DOS VIAJANTES AO MUNDO LIVRE.....	47
2.1 Um afrodescendente em Goiás no século XIX	50
2.2 Relações Políticas: Domínio e Poder.....	62
2.3 O Papel da imprensa na Província de Goiás	67
CAPÍTULO 3. UM HOMEM AFRODESCENDENTE EM GOIÁS: MEMÓRIA DE LUTAS E DESAFIOS	76
3.1 José do Patrocínio Marques Tocantins: Músico, Jornalista e Abolicionista goiano	76
3.2 Encontros e Cultura – Afetividade na diversidade étnica.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
FONTES	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por profundas mudanças sociais, expressadas nas lutas em defesa da abolição da escravatura, que ocorreu de forma progressiva nas províncias, depois pela proibição oficial do tráfico de africanos escravizados, considerados o sustentáculo do País, o que repercutiu em mudanças e novas perspectivas econômicas e políticas, que culminaram na mudança de regime. É nesse contexto que nasce, cresce e vai se encontrando com o tempo, no seu tempo, José do Patrocínio Marques Tocantins, um afrodescendente, que foi ocupando posições importantes na sociedade goiana do século XIX, se destacando nas esferas políticas e culturais, alcançando prestígio social.

Essa dissertação busca reconstruir a experiências desse sujeito histórico. Entender quem ele foi, o que representou, o que ele escrevia nos jornais da Província, na década de 1880, como ele e os demais afrodescendentes foram representados pela historiografia goiana do século XIX, são objetivos dessa dissertação. Apresentar o contexto social, econômico e cultural da Província foi necessário para facilitar o entendimento da trajetória de vida, das ações e do tempo desse homem, bem como sua contribuição cultural para a sociedade goiana.

Apesar de reconhecer que esta não é uma proposta nova, estudar a individualidade de um homem afrodescendente e, ao mesmo tempo procurar entendê-lo no contexto da realidade na Província e no País. Optei por essa metodologia, por entender que outros já fizeram esse exercício de forma exímia, como é o caso do historiador carioca Eduardo Silva (1997), ao apresentar a trajetória histórica da vida de Dom Obá II d'África, o Príncipe do povo; homem filho de africano forro; baiano de Lençóis; oficial do exército na guerra do Paraguai; considerado por uns, louco e por outros, príncipe.

Na verdade, ao mesmo tempo que era tido por louco pela sociedade de bem, o Príncipe era reverenciado como príncipe real por considerável parcela da população carioca – escravizados, libertos e homens livres de cor -, que parecia compartilhar suas concepções de mundo, seus símbolos e idéias. (SILVA, 1997, p. 18).

Clóvis Carvalho Britto (2016) também apresenta de forma sucinta e bem estruturada a história de vida do ex-escravizado Benedito d'Abbadia, um homem de cor que viveu em Goiás e deixou suas marcas na prática de estratégias abolicionistas, fundação de irmandade, conforme veremos no segundo capítulo,

deste trabalho. Sigo o modelo desses intelectuais, reconhecendo a contribuição dos estudos biográficos e das pesquisas voltadas para restituição de experiências de sujeitos, bem como a interpretação da realidade do mundo desse sujeito como “enriquecimento dos conhecimentos sobre as sociedades, dando uma visão mais apurada dos processos históricos e sociais” (MONTAGNER, p. 248, 2007). Pretendo discorrer sobre a trajetória de vida de José do Patrocínio Marques Tocantins enquanto possibilidade que assinala para a sustentação da experiência do indivíduo, observando “componentes subjetivos ligados ao grupo onde ele vive, ou, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade” (MONTAGNER, p. 241, 2007). Desta forma, analiso a participação dos afrodescendentes na formação política, econômica e cultural da sociedade goiana. Faço também uma breve análise da historiografia goiana do século XIX, vislumbrando como os afrodescendentes foram representados e o impacto dessa representação na formação ideológica sobre os homens de cor na sociedade brasileira e goiana, na segunda metade do século XIX, a fim de compreender os prováveis constrangimentos que José do Patrocínio enfrentou por ser um afrodescendente nesse contexto.

Tendo em vista que a historiografia positivista do século XIX contribuiu para a perpetuação da dominação da sociedade branca, “a História oficial do Brasil destinou ao negro um espaço que começa e termina na escravidão” (COSTA, 2008, p. 78). Essa visão contribuiu de forma significativa para a naturalização do racismo e a exclusão do afrodescendente de inúmeros setores da sociedade, no passado e no presente, limitando também suas possibilidades de sociabilidade. Essa constatação me levou a compreender como se dava a formação ideológica da sociedade brasileira sobre o afrodescendente, baseada na construção de estereótipos negativos.

Pesavento entende a necessidade de fazer “uma nova história que trata da aceitação, rejeição ou transformação pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas, das mentalidades coletivas” (2008, p. 105). Nessa perspectiva, faz-se necessário re (escrever) a história dos afrodescendentes que atuaram na construção sociocultural e, especialmente, os que de forma coletiva ou individual organizaram estratégias de resistência em defesa de grupos desfavorecidos e/ou que viviam às margens sofrendo de violência e exclusão.

Para Pesavento (2005), a história cultural se refere a uma representação que engloba as narrativas do passado, ou seja, reaviva-se as representações por

meio da representação, com o objetivo de representar algo ou alguém já representado. “Representações apresentam múltiplas representações, apresentam múltiplas configurações e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos do social” (PESAVENTO, 2005, p. 41). Portanto, a escolha de representação dos diferentes grupos sociais ou mesmo de indivíduos históricos depende da postura do/a cientista histórico/a, bem como do resultado da representação de cada sujeito ou de cada grupo social. Neste trabalho, os sujeitos históricos serão os afrodescendentes, referendados por José do Patrocínio Marques Tocantins.

A trajetória dele, em Goiás, nas últimas décadas do século XIX, foi permeada de peculiaridades e desafios, inerentes ao tempo e ao local por onde ele transitou e viveu. Com o objetivo de dar visibilidade e/ou expressividade ao que até então estava invisibilizado, utilizarei também o conceito de representação de Jodelet (2001). De acordo com ela, toda representação social é a representação de alguém ou de algo, que é designada por meio das atribuições que as pessoas vivenciam no meio onde estão inseridas.

José do Patrocínio é um desses afrodescendentes que foram pouco lembrados, ou apenas citados, pela historiografia e que em sua trajetória trouxe importantes contribuições para Goiás e para a província de Goiás. Atuou em diversos setores: na educação e na cultura, foi professor de música e músico; no jornalismo, foi redator e chefe de redação; na política, concorreu como vereador; como agente cultural, participava da Associação dos Pretos ligada à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; na economia, como minerólogo, tipógrafo e industrial; como militante, foi abolicionista.

Sua militância pelo fim da escravização, ao que tudo indica, não se deu de forma organizada coletivamente, pois não encontrei nenhum documento que evidenciasse sua participação em grupos organizados por afrodescendentes. Mas, isso não eximiu José do Patrocínio de participar da luta pela abolição de forma individualizada. Seu principal instrumento de luta eram os jornais; primeiro o *jornal A Tribuna Livre* (1878 a 1884) com publicação semanal, no qual era redator chefe e, posteriormente, o jornal *O Publicador Goyano* (1885 a 1889), também com publicação semanal, do qual era um dos sócios e redator.

A condução da política na Província à época de José do Patrocínio era centralizada no Império, logo, a marca principal foi o conservadorismo. Talvez por

isso, José do Patrocínio, embora participasse ativamente de diversas ações políticas, envolvia-se em tais ações de forma indireta. A atividade econômica desenvolvida na Província também favoreceu essa característica conservadora, realizando, segundo Chaul, “um processo de longa duração marcado pelo fim da mineração e pela lenta e progressiva afirmação da pecuária e, posteriormente, da agricultura” (1995, p. 67).

Os domínios socioeconômico e político estiveram concentrados localmente em pequenos grupos. Como afirma Ribeiro:

Os grupos dominantes locais que estavam se constituindo tinham como base material a propriedade de rebanhos bovinos e de terras, que vão sendo ocupadas para essa atividade econômica a partir da segunda metade do Sec. XIX (RIBEIRO, 1998, p. 227).

O período de meados do século XIX é de consolidação das oligarquias latifundiárias locais e de desenvolvimento da agropecuária. É possível notar também o domínio das famílias Bulhões, seguida dos Fleury e Caiado, que se instalaram na região a partir de meados do século XVIII. Como podemos observar na narração de Ribeiro (1998), ao fazer referência ao texto de Moraes sobre a afirmação política da família dos Bulhões, “sua situação política intensificou-se a partir da década de 1880. Bulhões, Antônio José detinha a direção política da Província no período” (MORAES, apud RIBEIRO, 1998, p. 227). Não podemos esquecer o grupo dos Ludovico de Almeida, contemporâneos do final do século XIX e que também estavam na luta por poder político.

O caráter conservador presente na Província e a conseqüente falta de interesse dos grupos políticos dominantes em investir em novas tecnologias para exploração do ouro favoreceram a decadência dessa atividade. Somando-se a isso, a diminuição do minério (conhecido como ouro de aluvião), resultou na escassez das minas e o gradativo abandono dessa atividade, abrindo caminho para novas economias, voltadas para a pecuária e para a agricultura de subsistência. Para Palacin e Moraes:

A maioria dos mineiros que aqui permaneceram após o desaparecimento do ouro (como empresa pré-capitalista) passou a dedicar-se a uma agricultura de subsistência e à criação de gado. A pecuária alcançou relativo êxito, não só pela existência de boas pastagens, mas porque o gado se conduzia ao mercado consumidor vencendo as grandes distâncias. (PALACIN E MORAES, 2008, p. 93)

A transição da atividade econômica exercida na província gerou possibilidades para que o afrodescendente atuasse em outras esferas e não somente como mão de obra escravizada na mineração e agricultura. Mesmo os que permaneceram na condição de escravizados, nesse novo modelo de produção, gozavam de certa “liberdade” em função das distâncias geográficas que separavam também, de certa maneira, os escravizados (tanto indígenas, quanto os africanos e afrodescendentes) de seus donos. Muitos deles se tornaram escravizados de ganho, ou seja, exerciam atividades remuneradas em diferentes setores: doceiras, carregadores, prostitutas, agricultores... Parte da remuneração era retida pelos seus donos e donas, mas parte permanecia nas mãos dos afrodescendentes escravizados (as), sendo esta uma das possibilidades de compra de alforria.

Esse espaço de atuação profissional, propiciado pela decadência da atividade aurífera, também favoreceu a possibilidade de muitos afrodescendentes se alforriarem. Isso porque muitos donos (as) falidos (as) de pessoas escravizados (as) viam na venda da alforria uma forma de reaver o investimento feito. Logo, muitos afrodescendentes em situação de escravizados, forros ou livres atuavam profissionalmente na cidade de Goiás, nas últimas décadas do século XIX.

Essa constatação torna a releitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas imprescindíveis para compreendermos melhor essa entidade considerada homogênea, que é o período imperial. Assim, compreendo que a crítica à historiografia é indispensável para que surjam as múltiplas realidades, agenciamentos sociais plurais, que ficaram ocultos no *fazer histórico* tradicional.

No que se refere ao tema desta dissertação, a constante trans-histórica parece ser o racismo, ou seja, ações discriminatórias empreendidas em função da crença na distinção dos humanos em função à sua filiação racial. Neste trabalho, ganha espaço outro sentido analítico (ou nativo) de raça, que supera a ideia de raças humanas criadas pela Biologia e Antropologia física, as quais dividiam a espécie humana em subespécies. A noção biológica de raça foi utilizada por certo tempo e depois relegada à pseudociência.

Segundo Guimarães (2011), para utilizar categoria raça, primeiro é necessário definir se estamos utilizando em termos teológicos¹ ou científicos. No decorrer dos anos, o racismo que marcou desde o início a nação brasileira, foi cedendo espaço

¹ Termo construído para a escravidão, tendo como referência o mito de que os negros são descendentes de Cã, da tribo amaldiçoada de Canaã. Esse mito alimentou ideologicamente muitos escravocratas e fazendeiros que acreditavam que tinham uma missão civilizadora, ao redimir os filhos de Cã, trazendo-os para a civilização cristã e para o mundo do trabalho.

a fórmulas mais brandas. Tendo em vista que, no Brasil, a ordem escravizadocrata convivia com uma dinâmica intensa do tráfico e muitas alforrias, “o que alimentou a escravização no Brasil foi o tráfico e não a reprodução de escravizados” (GUIMARÃES, 2011, p. 100). Diante desta afirmativa, percebe-se que vai se formando uma classe de homens livres pretos, pardos e mulatos, os quais vão assumindo espaços sociais, tornando assim cada vez mais branda a racionalização teológica e pressionando para a não utilização do termo raça. Desta forma, a classificação social passa ser a “cor”, sendo a categoria nativa, a base para classificação da nação brasileira.

A partir de meados do século XX, essas formas de classificação são criticadas, inclusive o termo “democracia racial” defendida por Gilberto Freire, que na análise de Guimarães:

O termo “democracia racial” passa, portanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação. [...] predominou no Império a mística do índio, e na República a mística do imigrante europeu, somente na Segunda República o negro vai dar coloração à nação, a ideia de uma nação mestiça. (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

A democracia racial foi fortemente criticada pelo Movimento Negro Unificado, que defendia a identificação pela origem africana, o antepassado, para identificar os negros. Percebe-se então um retorno à categoria de raça. Esse discurso, embora tenha ganhado força fora e dentro do País, vai sendo complementado por novas propostas de análise, como por exemplo, a importância de analisar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, agregados, os quais demonstram que as desigualdades existentes entre brancos e pretos,

Não podem ser explicadas pela herança do passado escravagista, nem podem ser explicadas pela pertença de negros e brancos a classes sociais distintas, mas que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos raciais (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

O IBGE apresenta na atualidade cinco categorias: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas, a partir das quais a pessoa tem a liberdade de se auto identificar. A auto identificação cria um problema para a estatística, diante do fato de que apenas 5% da população se autodeclara preto e a maioria se inclui na categoria de pardo. Após observar que não havia grandes diferenças em termos de situação

entre negros e pardos, a sugestão foi agregá-los em uma só categoria chamada de “negros”. Assim, segundo Guimarães, “o termo ‘negro’ para significar afrodescendente ganhou credibilidade nas ciências sociais, assim como o discurso da desigualdade racial, também a partir das ciências sociais, contagiou o discurso político” (2001, p. 103).

Pensando nisso, adoto o conceito de afrodescendente, uma vez que a intenção aqui não é camuflar a origem desses/as brasileiros/as e sim explorar como essa origem complexificou a trajetória de vida desses indivíduos numa sociedade hierárquica e racista, sem, no entanto, incorrer no erro de reproduzir a crença nas distinções raciais, termo este que não possui comprovação científica aceita para explicar as diferenças entre pessoas, povos e etnias. Essa escolha analítica, não ocorre sem promover equívocos metodológicos e mesmo anacronismos, já que tal categoria não é nativa do século XIX, mas diante das dificuldades que muitos historiadores, antropólogos e teóricos encontraram para definir esses agentes, faço aqui uma opção.

Segundo Munanga, “as dificuldades de encontrar-se um termo geral capaz de recobrir a diversidade dos casos de hibridade, sendo o termo *mestiço* reservado somente à mistura espanhol/índio e *mulato*, à mistura branco/negro” (2006, p 21). Para entendermos melhor como se deu o processo de dificuldade de identificação dos afrodescendentes, Munanga vai nos ajudar mais uma vez:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX (MUNANGA, 2006, 54).

Percebe-se que a pluralidade e diversidade sociocultural, presentes na formação da sociedade brasileira, aumentaram a dificuldade de uma definição dos grupos sociais na sua diversidade. Esse entrave sempre foi um problema, especialmente, em uma sociedade que se pensava hegemonicamente branca. Goiás está inserido neste contexto de identificação dos grupos, conforme nos mostra Maria Lenke:

Em Goiás, os africanos eram designados pretos. Sua presença é atestada na importância da atribuição colonial – cor, procedência e grau de liberdade [...] na colônia para distinguir as pessoas segundo as qualidades que compõem o país: brancos; pretos; mulatos – filhos de branco com negra; carijós, também chamados de mestiços – filhos de índia com negro; e mamelucos – filhos de índia com branco. [...] se essa classificação, por um lado, encobre vários grupos étnicos [...] (LOIOLA, 2009, p. 40).

Pretos era a designação para identificar os africanos trazidos da África, referindo-se aos negros ladinos e aos moleques e molecas mina e angola. Esta pequena amostragem é apenas para evidenciar alguns grupos que vieram para as Províncias, incluindo Goiás, e ressaltar os termos utilizados no tratamento de identificação desses grupos ou pessoas.

Embora esteja relatando a história de personagens do final do século XIX, optei por utilizar a categoria afrodescendente por entender que o mesmo facilita a inclusão dos diversos grupos sociais. Ao mesmo tempo que não oculta a origem histórica desses indivíduos e não apresenta preocupação de classificar seres humanos por raça, cor ou etnia, o conceito de afrodescendente permite historicizá-los enquanto sujeitos de ação e fala, no contexto da realidade sociocultural, vivenciada por grupos de forma diferenciada, mas com objetivos comuns.

Meu interesse nesse trabalho é tornar presentes personagens afrodescendentes que atuaram enquanto agentes culturais em Goiás e que foram e continuam sendo pouco lembrados nos debates e produções historiográficas. Embora tenham atuado de forma ativa, suas participações foram representadas de forma indireta nos movimentos, como por exemplo, no de luta abolicionista. Para Munanga e Gomes:

Temos que considerar o tipo de sociedade existente naquele momento e as possibilidades desses sujeitos diante de um contexto que não previa nenhum tipo de integração e inserção social tanto dos escravizados como dos libertos na sociedade de homens livres (MUNANGA E GOMES, 2006, p. 68).

José do Patrocínio é um desses exemplos, um referencial de goiano, que engrossou a massa desses participantes citados por Munanga e que fora pouco lembrado. Inspirou-me estudá-lo, ao perceber sua dinamicidade e atuação enquanto agente de estratégia de resistência e coautor de mudanças socioculturais. Através dele, tive a possibilidade de encontrar novos sujeitos que foram pouco lembrados pela histórica.

Após algumas leituras sobre a historiografia goiana, com atenção voltada para o tratamento destinado ao afrodescendente no século XIX, notei que as narrativas sobre eles eram carregadas de pejoratividade e estereótipos, as quais na sua maioria os ligavam à escravidão, como estigma de uma estrutura da qual foram vitimados. E mesmo assim, os afrodescendentes souberam reinventar-se socioculturalmente, aproveitando cada oportunidade que surgia, o que nem sempre foi explorado pela historiografia.

Segundo Chartier, representação é uma “imagem que remete à ideia e à memória os objetos ausentes” (2002, p. 165). O nosso objeto/sujeito/agente nesse trabalho são os afrodescendentes e suas práticas enquanto sujeitos históricos sociais, em Goiás; bem como, o contexto sociopolítico da Província de Goiás, nas últimas décadas dos oitocentos. Os resultados dessa pesquisa estão estruturados em três capítulos.

No primeiro capítulo, “Racismo, Escravização e Abolição: o lugar do afrodescendente no século XIX”, discutirei as narrativas históricas sobre o afrodescendente no século XIX, na Província e em Goiás. Problematizarei como eles foram tratados por viajantes; como eram retratados na historiografia; qual a representação social que se construiu do afrodescendente por teóricos/as e historiadores/as e qual espaço eles tiveram na historiografia. Procurarei mostrar como as narrativas de historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros, no século XX e início do século XXI, discutiram o afrodescendente. Na sequência, evidenciarei alguns/mas pesquisadores/as cientistas do século XXI que começam a discuti-los de forma diferenciada, iniciando novas abordagens, onde eles eram tratados e retratados enquanto sujeitos de ação e fala.

Achei pertinente abordar o contexto político e econômico de Goiás no século XIX e também o contexto histórico, o qual envolve a participação na transição do Império para a República, com olhar voltado para a participação do afrodescendente, que de forma direta ou indireta contribuiu com a formação socioeconômica e cultural dessa população em formação.

No segundo capítulo, “Representação e Participação do Afrodescendente na Província de Goiás: dos viajantes ao mundo livre”, procurei evidenciar a representação e participação do afrodescendente, fazendo um recorte desde o período dos viajantes no início do século XIX até o período denominado mundo livre. Neste capítulo, abordo o período de transição de trabalho escravizado para o trabalho livre; a decadência da exploração do ouro; a dominação das oligarquias e como se dava a presença do afrodescendente em Goiás no século XIX e na formação da sociedade goiana.

Observo as relações políticas baseadas na dominação e manutenção de poder, ou seja, como se dava as relações de poder dominante, em relação à população, considerada minoritária, por questões econômicas e políticas, embora, quantitativamente, representassem a maioria da população da Província, que eram

os afrodescendentes. Busco, também, evidenciar a história de um personagem goiano, afrodescendente, jornalista; analisarei de forma sucinta a participação da imprensa na Província e sua influência na luta pela abolição e em diversos assuntos e setores da Província.

No terceiro capítulo, “Um homem afrodescendente em Goiás: memória de luta e desafios”, evidenciarei aspectos da experiência cotidiana de *José do Patrocínio Marques Tocantins*. Procurei fazer memória de suas ações enquanto profissional que soube se colocar no “entre-lugar”², como forma estratégica para manter-se entre a elite dominante e o povo “dominado”. Nessa abordagem, irei apresentar sua trajetória e participação política, econômica e cultural na sociedade goiana, nas décadas 1870 a 1880. Procurei evidenciar as mais variadas posições e/ou ocupações desse personagem histórico, dentro do contexto sociocultural da Província de Goiás no final do século XIX. Os afrodescendentes aqui serão apresentados enquanto sujeitos históricos promotores de mudanças, que souberam criar estratégias e ações enquanto abolicionistas anônimos, ofuscados e silenciados no meio social.

Tendo em vista a efetivação do casamento interétnico de José do Patrocínio com Anna Francisca Xavier, na década de oitenta do século XIX, será discutido aspectos do contexto sociocultural e suas afinidades intelectuais, por meio da educação, da música e da arte em Goiás, bem como a contribuição intelectual e cultural desse casal para a província de Goiás.

Desse modo, para a produção desta dissertação, contei com a generosa assistência dos seguintes arquivos e bibliotecas: Museu das Bandeiras; Biblioteca Frei Simão; Arquivo da diocese Dom Tomás Baldoíno; Associação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Cartório do Primeiro Ofício. Em Goiânia, tive o auxílio do IPEHBC – Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, em busca de documentos que pudessem esclarecer as ações e eventos que marcaram a trajetória de vida de José do Patrocínio Marques Tocantins.

O acervo do Museu das Bandeiras ainda está em fase de organização. O acesso aos documentos é facilitado com a ajuda da arquivista, Sra. Milena Bastos Tavares, que é muito receptiva aos pesquisadores e pesquisadoras, tornando a pesquisa mais ágil e objetiva com a sua contribuição. No Museu, foi possível

² Ver mais sobre o conceito de “entre-lugar” em: BHABHA, Homi K.O. *O local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

encontrar os documentos referentes à trajetória profissional de José do Patrocínio, como por exemplo: os contratos de trabalho no Colégio Liceu e da aquisição de uma tipografia; escritura de contrato social para abrirem uma fábrica de papel em sociedade; escritura de aquisição de casa; contratos de trabalhadores para a tipografia de sua propriedade, entre outros.

Na biblioteca Frei Simão, a organização dos arquivos está no início. Embora haja esforço grande da arquivista Maria de Fátima Cançado em contribuir. A pesquisa acaba ficando restrita em função de não se saber onde podem ser encontrados os documentos. Esse é o caso das declarações dos agentes administrativos da Província, nomeando e/ou destituindo trabalhadores para cargos específicos e também as declarações, como por exemplo, da destituição da cadeira de música do Colégio Liceu, que possivelmente estão no arquivo. Mesmo assim, com a ajuda da Fátima, foi possível encontrar a certidão de casamento de José do Patrocínio, jornais que ainda não foram digitalizados da coleção, tais como o jornal *A Tribuna Livre* e jornal *Oficial da Província*. O acervo bibliográfico sobre Goiás na Biblioteca é bem extenso.

No acervo da Associação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, não foi possível realizar a pesquisa.

A certidão de óbito de José do Patrocínio Marques Tocantins não existe no cartório e sim no Arquivo da Diocese de Goiás, Dom Tomás Baldoíno. Embora, tenha encontrado apenas a certidão de óbito, os dados foram suficientes para sanar as dúvidas com relação à idade e ano de nascimento do personagem em estudo.

Capítulo 1 – Racismo, Escravidão e Abolição: o lugar do afrodescendente no século XIX

José do Patrocínio Marques Tocantins, Amigo e promulgador do progresso, ninguém como elle possuía esse contentamento intimo – que nem á todos é dado possuir – de alegrar-se de tornar-se de entusiasmo quando via que estava nas suas forças poder auxiliar alguma idéa nobre, partisse ella de quem quer que fosse, pois para elle – inimizade e egoismo – erão palavras inteiramente vacuas de sentido, que perpassavam pelo seu pensamento – quando ellas tinham significação para o perseguidor de pobre, para aquele que praticava algum tipo de injustiça; [...] [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, n. 232, p. 2).

Anúncio como este, fazendo referência ao afrodescendente, tecendo elogios para mostrar um pouco da forma de relação social e prática solidária, não era nada comum no final do século XIX. Muito menos, evidenciar suas qualidades intelectuais, visão de progresso e dedicação em defesa da justiça para os mais necessitados. Infelizmente, neste caso, estes elogios são homenagens publicadas no jornal *O Publicador Goyano* (1889) logo após o falecimento do jornalista José do Patrocínio Marques Tocantins, que era um dos donos e redator chefe do jornal.

Nos demais jornais analisados, com datas anteriores a esta, não encontrei nenhuma mensagem fazendo este tipo de menção a José do Patrocínio ou a qualquer outro afrodescendente que atuava em Goiás, nesse período. Embora sejam homenagens póstumas, são reveladoras, por serem escritas por pessoas contemporâneas a ele e que eram de seu convívio, durante sua trajetória. Por isso, se mostram uma fonte essencial para iniciar a (re) construção da história dos afrodescendentes na província de Goiás no final do século XIX.

Assim como a história reinventa e contribui para o esquecimento, permite-nos, também, reconstruir; por isso, é importante revigorar os fatos, as trajetórias e as experiências vividas de personagens históricos; examinando os aspectos de expressividade social e política, para dar visibilidade histórica cultural, por entender que “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo como fazem com que os homens percebam a realidade [...]” (PESAVENTO, 2005, p. 39). E, aqui me interessa a prática sociopolítica e cultural de personagens históricos identificados nos seus respectivos grupos sociais; reavivar suas experiências dando significados às trajetórias deixadas no esquecimento, por meio da memória histórica dos seus contemporâneos.

Fazer este exercício de avivar a memória e (re) construir a história de homens e mulheres afrodescendentes em Goiás na década de 1880 é oportuno para visibilizar suas ações e escrever suas narrativas. Minha finalidade é romper paradigmas e reavivar a memória. Deixadas no anonimato pela metanarrativa histórica e produzidas por pensadores do século XIX, tais narrativas representam “concepções alternativas, e ao que tudo indicam mutuamente exclusivas, não só dos mesmos segmentos do processo histórico, mas também das tarefas da reflexão histórica” (WHITE, 1992, p. 20). Nestas reflexões e debates, os afrodescendentes e/ou as organizações sociais dos mesmos não estavam inseridos, pois foram vistos na maioria das vezes como espectadores passivos de ação e de memória.

O propósito desta discussão é ambientar o leitor sobre a representação histórica social do afrodescendente em Goiás na década de 1880, norteadas pelas condições de vida e o contexto de atuação do jornalista e abolicionista goiano José do Patrocínio Marques Tocantins. Início o texto abordando como os afrodescendentes eram representados nas narrativas históricas no século XIX; em seguida, o contexto do afrodescendente na historiografia goiana, no mesmo período. Apresento um breve contexto histórico da província de Goiás, tendo como referência, sempre, a representação do afrodescendente nas últimas décadas do século XIX.

1.1 Narrativas históricas sobre o afrodescendente do século XIX

Nos últimos tempos, é perceptível o aumento de produções historiográficas com abordagens que fazem referência ao afrodescendente enquanto sujeito histórico no Brasil e em Goiás do século XIX. A contribuição de novos debates historiográficos sobre o assunto tem sido bastante profícua. Trabalhos bem organizados têm conseguido contemplar a história do afrodescendente a partir dele, enquanto sujeito histórico, agente de ação e fala. Para isso, os pesquisadores e pesquisadoras estão recorrendo aos documentos primários e/ou análise de produções historiográficas já existentes para facilitar o entendimento das relações socioculturais ocorridas nas últimas décadas do século XIX.

Para François Hartog,

os documentos são vozes exigentes e portadoras de uma dívida a pagar. [...] o historiador deve dirigir-se aos arquivos, ou seja, mergulhar nas profundezas de uma época, [...] transgredir deliberadamente a fronteira do passado e do presente (2011, p. 224).

E, é exatamente a ousadia dos cientistas históricos que têm contribuído para o surgimento e avanço de novas temáticas, que buscam conhecer a realidade dos afrodescendentes para, em seguida, explicitá-las, dando significados às suas ações.

As representações estigmatizadas a eles conferidas os acompanharam durante o período da escravização no Brasil e foram perpetuadas até os dias atuais, por meio das imagens e produções historiográficas escritas ao longo dos séculos, sendo reveladas atualmente nas práticas racistas. Tais representações são distinguidas pela dificuldade do afrodescendente em se auto afirmar enquanto categoria étnico-racial. Embora essa categoria seja determinada e mostrada pelos "traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade" (MUNANGA, 2006, p. 89), eles revelam os elementos do resultado da mestiçagem, da qual originou a sociedade brasileira.

Para entendermos um pouco as narrativas históricas sobre o afrodescendente no século XIX, recorro a alguns intelectuais que se debruçaram sobre esse tema. Cito Silvio Romero (1975), Jacob Gorender (1990), Maria Silva de Carvalho Franco (1997), Nina Rodrigues (1957), Oliveira Viana (1956), Gilberto Freire (2013), Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, entre outros, tendo em vista que os mesmos de certa forma influenciaram as produções historiográficas goianas neste período em discussão. A respeito dessas obras, Munanga afirma que,

Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, [...] numa única coletividade (MUNANGA, 2006, p. 55).

Segundo ele, esses intelectuais foram influenciados pelo determinismo biológico do século XIX e início do século XX, por acreditarem e defenderem a ideia de "inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço" (MUNANGA, 2006, p. 55). Esse debate contribuiu para a construção da imagem do afrodescendente, na memória da sociedade brasileira.

Para Schwarcz (1993), "a imagem de convivência racial pacífica" (SCHWARCZ, 1993, p. 326), influenciou na formação da memória coletiva do brasileiro e de outros países, por caracterizar o sistema escravagista brasileiro como algo brando e pacífico, colorindo a visão sobre a escravização e as relações sociais. E, sem dúvida, a representação da mestiçagem do Brasil, na imagem do malandro preguiçoso e ocioso, contribui para que nos anos 30 do século XX houvesse ainda a busca de uma

identidade, baseada na singularidade local. Como por exemplo, a imagem do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, para demonstrar o fruto da doença epidêmica e a preguiça, ilustrada na degeneração racial; que precisava sempre medir o que valia, na perspectiva de reafirmar a diferença cultural entre as raças, representada no trabalhador rural paulista. Outro exemplo é a figura do Zé Carioca, criado por Walt Disney em 1942, na tentativa de manter a “imagem de convivência racial pacífica, cunhada por Freyre” (SCHWARCZ, 1993, p. 327), sendo a imagem do malandro que se distancia cada vez mais da realidade vivida, em diversas capitâneas. Essas imagens vão transformando em exotismo o que antes era uma representação negativa do País mestiço. E são essas representações raciais da nação, herdadas do século XIX, que perduram na memória da sociedade brasileira.

Há, ainda, a imagem do malandro que tirava proveito de todas as situações a seu favor, “aquela existência que permite desejar o máximo de prazer e bem-estar, com o mínimo de trabalho e esforço” (DAMATTA, 1986, p. 66), sendo este um personagem nacional, que com certa classe ou jeito, burlava leis, criava situações, realizava transformações consideradas impossíveis aos homens comuns. Ou seja, a malandragem não é apenas uma singularidade inconsequente de povo brasileiro. São estilos ou jeitos que muitos encontraram para viver ou sobreviver, sem se preocupar com as regras de moralidade da vida pública, que governam a “honra”, “num mundo profundamente dividido, a malandragem e o ‘jeitinho’ promovem uma esperança de tudo juntar numa totalidade harmoniosa e concreta” (DAMATTA, 1986, p. 67). Todos esses personagens criados, conforme já afirmei, corroboraram para a afirmação da imagem do miscigenado de modo cada vez mais pejorativo.

Em sua obra *Retrato em branco e negro*, Schwarcz (1987) afirma que o racismo no Brasil surgiu no final do século XIX e, mais, associa-o à campanha abolicionista: enquanto havia escravização e a condição legal de escravizado, a própria situação justificava de maneira satisfatória a relação social, sem a indigência de argumentos racistas. A partir do momento que a escravização foi extinta, coloca-se o afrodescendente em igualdade com o branco de forma legalizada. Desta forma, as doutrinas racistas foram fortes aliadas na prática da discriminação dos afrodescendentes.

Jacob Gorender (1990) corrobora com Schwarcz na questão de influência de ideias que um autor exerceu sobre outros e na formação ideológica da sociedade, por meio da historiografia. Realiza uma crítica sistematizada, consistente, abrangente e bem fundamentada sobre os diversos aspectos da escravização e dos

diversos intelectuais e autores que discutiram esse assunto. Demonstra os contornos históricos e teóricos dessas análises que cultivavam a suavização do escravismo brasileiro.

Gorender (1990) define a corrente historiográfica dos anos 80 como “neopatriarcalismo”. O autor vê o conceito de violência em um sistema, onde o cotidiano do escravizado é representado de forma mais branda, evidenciando a existência de espaço para o escravizado negociar, bem como a possibilidade de estratégias de resistência e luta para o fim da escravização.

Para Gorender, Silvia Hunold Lara (1997) defende o caráter consensual da escravização e nega a coisificação dos cativos nas táticas de resistência criadas pelos escravizados junto aos senhores para facilitar a relação de senhor/escravizado. Para ela, essa relação é explicada através da proliferação do binômio “resistência e acomodação”, onde o ato de resistência sobrepujaria a finalidade da acomodação de um regime social flexível, capaz de assimilar as exigências da sua força de trabalho e de criar melhorias concretas.

Diante da prática de violência contra o cativo, que perdurou por quase todo o período escravagista no Brasil, Gorender (1990) a define como “pressão ou agressão física” ou psíquica e afirma não poder negar que a violência está isenta de incidir com as variáveis históricas, pois, como afirma:

Mudam as formas e graus da violência *legítima*, ou seja, socialmente aprovada. Formas e graus cabiam através do tempo, porém a violência legitimada nem por isso deixa de ser reconhecida como violência, pelos que aplicam e pelos o que a sofrem. [...] Uma das particularidades da violência no escravismo era o direito *privado* do senhor de julgar o escravizado e de submetê-lo a castigos físicos (GORENDER, 1990, p. 24).

O autor reconhece o ato de violência contra o escravizado e não compartilha com a visão de Silvia Lara (1997), que procura amenizar de forma neopaternalista as diversas formas de violência que ocorrem nos espaços, onde a escravização era uma prática socialmente naturalizada. Porém, para ele o escravizado era coisificado socialmente e não exercia de nenhuma forma a autonomia, sendo que isso os impedia criar projetos estruturados de resistência.

Gorender (1990) desconhece a participação dos escravizados na luta pela abolição; o mérito seria designado aos movimentos abolicionistas organizados e ao cumprimento da lei por parte do judiciário do Estado.

[...] a força do movimento abolicionista manifestou-se pela penetração do aparelho repressor e judiciário do Estado. [...] delegados de polícia, promotores e juizes procuravam agora cumprir a lei à risca e dão ganho de causa a escravizados nos inquéritos e peitos judiciais (GORENDER, 1990, p. 161).

Gorender atribui, ainda, que a ideia do abolicionismo brasileiro estava centrada na convicção da sociedade dominante vigente de que “a escravidão constituía o entrave principal à formação de uma nação moderna, homogênea e próspera no Brasil” (1990, p. 162). Desta forma, havia interesse econômico, político e social da classe média e intelectuais das classes superiores, como por exemplo: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Bernardino de Campos e Quintino Bocaiúva, os quais eram intitulados de “intelectuais orgânicos do capitalismo brasileiro” (GORENDER, 1990, p. 166). Esses intelectuais estavam apenas respondendo ou atendendo às necessidades de seu grupo social, por acreditarem no desenvolvimento econômico e cultural através da abolição da escravização. O afrodescendente nesta obra é representado como mão de obra escravizada, passiva, possuindo facilidade de adequação ao meio e, dentro das possibilidades, se beneficiando da ação de outrem, em sua defesa, ou da “benevolência” de seus donos.

Na obra de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala* (2013), o paternalismo é um conceito descritivo e ambíguo, com perspectiva de analisar a sociedade escravagista a partir da sociedade colonizadora, implicando noções idealizadas da “harmoniosa” relação humana e valorização das relações pessoais. O sistema social elástico se baseava na formação patriarcal e a ideologia eurocêntrica se manifestava na preocupação do autor em evidenciar a “exuberante” civilização europeia, contrastando com a infantilidade e inocência do indígena. Afirma ele que,

De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; [...]. [...] mesmo quando acirrou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase mero auxiliar na floresta. Não houve da parte dele capacidade técnica ou política de reação que excitasse no branco a política do extermínio (FREYRE, 2013, p. 158).

E acrescenta, ao fazer referência aos africanos escravizados de forma desprezível, classificando-os como raças inferiores.

O escravizadocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravizados (FREYRE, 2013, p. 265).

É inegável a contribuição de Freyre para o pensamento social brasileiro, ao oferecer interpretações sociológicas e antropológicas de forma original para o Brasil, sendo que três grupos específicos (indígenas, europeus e africanos), em sua diversidade étnica, apareciam como os responsáveis pelo hibridismo da sociedade brasileira, com ênfase na valorização cultural do europeu e na representação do africano enquanto escravizado, passivo, obediente e raça inferior. Essa imagem representada por Freyre (2013) influenciou por décadas as produções historiográficas e a ideologia sociocultural no Brasil e no exterior.

A obra de Emília Viotti (1998), *Da Senzala à Colônia*, nos ajuda a entender as relações entre os senhores e seus escravizados/as. Essa relação contribuiu de forma substancial para a formação da mentalidade brasileira voltada para a depreciação do trabalho, pois “para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro e, de escravizado. Como indica Costa, “trabalho era para negro”” (1998, p. 15), sendo que, para manter a organização e regularidade na produção e para garantir a exportação em larga escala, os donos (as) impunham aos escravizados (as) um sistema de trabalho compulsório, de forma coercitiva e repressiva, com o objetivo de manter o controle por meio da submissão e exploração da mão de obra cativa. Além disso, as relações cotidianas entre os senhores e escravizados/as eram marcadas pela violência e conflitos contínuos.

Na obra *Homens Livres na Ordem Escravizadocrata*, Franco (1997) reconhece a importância da mão de obra do africano na instalação do sistema de produção mercantil açucareira e faz questão de esclarecer que, na ocasião da produção cafeeira no século XIX, a manutenção e/ou a utilização de mão de obra do afrodescendente foi uma opção, devido à oferta de mão de obra livre oriunda da presença de imigrantes de outras regiões da Europa no território brasileiro. A autora evidencia que, embora o sistema colonial português tivesse optado pela monocultura, com produção de larga escala para abastecer o mercado externo, não conseguiu impedir que nas proximidades das grandes plantações desenvolvessem outras categorias de homens livres, como por exemplo os sitiantes, vendeiros, tropeiros, entre outros. Estes espaços evocam “o cenário onde preferentemente transcorria a vida do caipira antigo e a fonte de onde provinha a maioria dos

recursos de sua sobrevivência” (FRANCO, 1997, p. 23). Mais tarde, os tropeiros assumem a função de comissários, com relevância junto aos produtores de café, nas negociações de seus produtos.

Os conceitos de relação comunitária, de autoridade tradicional e de sociedade estamental, segundo Franco (1997), tais como são desenvolvidos por Max Weber (1944), não são suficientes para explicar a sociedade brasileira, sendo que as relações sociais desenvolvidas nas fazendas de café no final do século XIX extrapolam os parâmetros estabelecidos por tais conceitos. No contexto brasileiro, os homens livres e pobres convivem com a violência no seu cotidiano de forma institucionalizada nas relações de trabalho, lazer e família. Por este motivo, é incompatível com o conceito de comunidade defendido por Weber, para quem as relações comunitárias são desenvolvidas por meio de ajuda mútua, de amizade e de corresponsabilização entre os pares.

Por meio dos registros de apontamentos, Franco (1997) faz uma análise de como se dava as relações entre os indivíduos da comunidade. O compadrio era uma das táticas utilizadas pelos fazendeiros para manter a dominação sobre os grupos pertencentes à estratificação considerada inferior, compostos pelos vendeiros, tropeiros e sitiantes. Também nessa camada subordinada, estavam os escravizados, os afilhados e “protegidos” dos fazendeiros. Estes, representavam o extrato superior da sociedade. Nos apontamentos analisados, a autora conseguiu perceber a prática de violência presente nos diversos momentos do cotidiano da comunidade e em todos os possíveis espaços ocupados. Exemplo disso foi o caso da morte de Manoel da Ponte³, que saiu para caçar paca e foi esfaqueado por José Mineiro, um conhecido da vizinhança. Franco (1997) relata o ocorrido:

Estava ela a depoente em casa de sua filha, [...], quando ali passou Manoel Antonio e convidou o filho dela depoente, [...] para irem caçar paca, [...] voltou o filho e contou que Manoel da Ponte havia colocado os cachorros no mato, [...] que ia caçar em outro lugar. [...]. Então ela depoente para ali se dirigiu e com efeito encontrou no chão e perguntou-lhe como se tinha atirado (FRANCO, 1997, p. 22).

Franco (1997) afirma que, no desfecho, o ocorrido foi considerado como um acidente provocado pela própria vítima. As mortes ocorriam de forma desordenada

³ Manoel da Ponte e José Mineiro eram sitiantes, que moravam com suas famílias, próximo das fazendas cafeeiras na região de São Paulo. Estes sitiantes eram considerados como extratos inferiores, na sua maioria eram afrodescendentes que viviam da agricultura de subsistência prestando serviço nas grandes fazendas de café. Ver mais sobre esse assunto em: FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação ed. Unesp, 1997.

e, como a justiça emanava do sujeito de poder, pertencente ao núcleo onde ocorreu a violência, não era difícil justificar as mortes, dando-lhes sentidos banais ou sem fundamento. Levando em consideração que, neste caso, o sujeito de poder estava concentrado na figura do fazendeiro e não dos sitiados, Manoel da Ponte e José Mineiro foram vítimas do sistema social no qual estavam inseridos.

Dentro dessa interpretação e dos instrumentos usados na prática e análise da violência, havia a facilidade de incorporação e regulamentação da justiça às normas de conduta. De acordo com Franco,

Como parte do sistema de contraprestações, anexaram aos demais afazeres os serviços violentos, havia o capanga, homem que disso fizeram um ofício. Não faltavam oportunidades, nesses tempos, tanto para formar a competência como para dar vazão aos préstimos dos capangas profissionais (FRANCO, 1997, p. 155).

Sendo o capanga um profissional a serviço do bem-estar e proteção dos fazendeiros, não é difícil imaginar o epílogo dos crimes, ou o índice de violência ocorrida “nas demandas de terras, desavenças pessoais, viagens arriscadas [...]” (FRANCO, 1997, p. 155).

A utilização de feitores e capangas na prática da justiça e/ou proteção de fazendeiros, senhores de escravizados, entre outros, foi uma realidade vivenciada na região de São Paulo e em quase todas as Províncias do Brasil, até início do período republicano. Os fazendeiros assumiam a figura de protetor e justiceiro, pois se encarregavam de garantir a segurança da sua região, autorizados de forma conivente pelos poderes políticos vigentes, os quais, “escaldados pelas duras lutas contra as revoltas regionais, procuraram conquistar os fazendeiros, legitimando, através da medição do Estado, a dominação que eles exerciam localmente” (PRIORE e VENÂNCIO, 2003, p. 216).

Inclusive na província de Goiás, no início do século XX, vai se destacando gradativamente a figura do coronel, como símbolo de poder econômico e político. Responsável pela segurança e prática de justiça na defesa de seus bens particulares, e públicos, caso houvesse solicitação por parte do Estado. Desse modo, vai se desenvolvendo as relações econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira, de acordo com as particularidades de cada região.

Katia Mattoso (2001) compartilha da ideia defendida e disseminada por Gilberto Freyre (2013), no que refere às relações sociais entre senhores e escravizados que se davam de forma paternalista e, com Maria Sylvia (1997), ao

reconhecer as relações de compadrio. Mattoso acrescenta que esta estratégia entre os dois grupos sociais amenizava os conflitos e permitia um ajustamento de coexistência pacífica entre eles. Este modelo de relação permitia, inclusive, a ocupação em cargos importantes na estrutura econômica urbana, assumida por escravizados durante o dia.

Na obra: *Ser Escravizado no Brasil*, Kátia Mattoso (1990) mostra as relações sociais entre senhores e escravizados, bem como as diversas possibilidades de ascensão do afrodescendente durante o sistema escravizadocrata. Segundo ela,

Para verificar uma certa visão quase idílica da escravatura brasileira ou, ao contrário, para abandonar os severos julgamentos dos detratores do sistema escravista, [...] cumpria colocar-se, na medida do possível, e deliberadamente, no próprio centro da comunidade dos pretos. [...] implica o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravizado. Aponta a vontade de acompanhar cada passo de sua vida individual e coletiva. (MATTOSO, 2001, p. 12).

A autora demonstra inclusive a preocupação de evidenciar que as relações entre senhores e escravizados eram bem caracterizadas; especialmente, entre os escravizados do campo e da cidade. Sendo que nas regiões de mineração, nos centros urbanos e nas regiões pastoris, havia maior possibilidade de coleguismo e confraternização entre homens livres e cativos do que nos engenhos e fazendas de café. Porque nas regiões cafeeiras havia um acompanhamento mais rigoroso, para garantir a produção e evitar rebeliões, ou qualquer outra forma de organização de resistência por parte dos escravizados.

Ela prossegue nas discussões sobre a presença do afrodescendente no Brasil e como vai se construindo a imagem e a relação dos mesmos durante o período escravagista. Embora haja uma tentativa de discutir o afrodescendente a partir dele, nas relações individuais e coletivas, ainda se percebe que o discurso esteja arraigado numa visão centralizada à figura do dono de escravizado enquanto possibilitador de oportunidades aos negros escravizados.

Contudo, Lilia Schwarcz (1993), em sua obra *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*, avança na reflexão e aborda uma crítica à ideia de miscigenação, do processo de construção imaginária das relações sociais entre os diversos grupos sociais e ressalta a necessidade de entender as teorias raciais do século XIX. Para ela,

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país. (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

Os modelos deterministas sociais, como afirma Schwarcz, foram bastante disseminados no Brasil, porém, é preciso atentar que, embora o modelo racial fosse utilizado para explicar as diferenças hierárquicas, não impedia de pensar a viabilidade de uma nação mestiça, sendo que, ao mesmo tempo, que fortalece a importância da raça na formação da nação, vai-se esvaziando o debate sobre a participação do indivíduo e sobre a cidadania.

1.2 Representação do afrodescendente nas narrativas históricas sobre Goiás no século XIX

Nos discursos e teorias europeias e norte americanas consideradas por DaMatta como racistas, o afrodescendente e o índio eram notados “como donos de poucas qualidades positivas enquanto ‘raça’” (DAMATTA, 1986, p. 21). Para ele, essas teorias contribuíram e influenciaram ideologicamente a sociedade brasileira no entendimento em relação à ideia de raça, como demonstrado no tópico anterior. E, motivou reações silenciadas ou contraditórias ao significar a atuação dos afrodescendentes no império brasileiro e em Goiás.

Procurei ao longo deste trabalho mostrar algumas exceções que, a meu ver, precisam ser estudadas e colocadas em evidência para romper com paradigmas perpetuados que impediram, por exemplo, o reconhecimento de ações e participação dos africanos escravizados e, posteriormente, dos afrodescendentes na formação econômica, política e cultural da sociedade brasileira.

Percebe-se que a história do afrodescendente na província de Goiás não diferencia muito das demais províncias auríferas ou de produção de monocultura, nas regiões do sudeste, em sua configuração de ocupação de espaços territorial, profissional e cultural. Embora as regiões centrais do Brasil foram povoadas posteriormente às regiões litorâneas, o tratamento dispensado aos escravizados tinha a mesma proporção e característica das sociedades escravagistas. Ou seja, nas lavouras de café da região Sudeste, baseadas na violência e na exploração da

mão de obra compulsória, “a herança também tornada comum foi a da rusticidade, da pobreza e do trabalho” (FRANCO, 1997, p. 169).

Para entender a historiografia goiana, faz-se necessário refletir sobre as leituras e influência dos registros que foram feitos por alguns militares e viajantes, tais como Cunha Matos (2004), Auguste de Saint-Hilaire (1975) e Johann Emanuel Pohl (1782 – 1834), que passaram pela província de Goiás no século XIX. Seus escritos contribuíram de forma significativa para o início da construção da imagem da sociedade goiana de forma menosprezada, transmitida por meio de suas concepções sobre a paisagem do território goiano e da vida social em Goiás. Concepções estas que se baseavam nos seus saberes, oriundos das relações com os representantes da Corte, vinculados às experiências europeias carregadas de eurocentrismo.

Cunha Matos (1776 – 1839) foi militar que atuou especialmente nas regiões das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Designado pelo Governo a uma missão militar que o oportunizou a percorrer o extenso sertão até o norte da província de Goiás. Durante essas missões, registrava diariamente todo o ocorrido durante o trajeto e suas impressões sobre a população com a qual ia tendo contato durante a viagem.

Segundo Cunha Matos (2004), o acesso à província de Goiás era muito arriscado e dispendioso, pelo tempo necessário para a conclusão da viagem e por todos os empecilhos encontrados durante o percurso; por falta de estradas para acesso, períodos chuvosos extensivos, entre outros. Nos seus relatos, mostra com detalhes todas as experiências durante o trajeto, bem como descreve de forma minuciosa cada espaço geográfico com os detalhes da fauna e flora. Apresenta também, de forma bem específica, sua visão referente à população das províncias; nesse caso, da província de Goiás, ao longo da viagem. Os registros materializaram o início da construção imagética da população e da visão a respeito da província de Goiás. As imagens iam sendo produzidas e escritas de forma bem caracterizadas, como descrito a seguir:

Tem grandes edificios antigos, decadentes e maltratados. [...] encontrei o lavrador e sua mulher montados a cavalo para irem ouvir a missa à fazenda da Barra, [...] rogou-me com insistência que lhe fizesse o obséquio de almoçar em sua casa. Eu encarando o homem, achei-lhe um não sei o que, ou como costume dizer, cara de má vez [...] (MATOS, 2004, p. 71).

Estas concepções, carregadas de preconceitos, referindo à região e aos habitantes como estranhos, indolentes, preguiçosos e atrasados, se estenderam até o início do período republicano.

Prova disso, é a continuação da visão europeizada de Auguste de Saint-Hilaire, ao afirmar em seus relatos que quem chegava a Goiás observava:

toda essa grande extensão de terras cobertas de matas e de excelente qualidade poderia ser facilmente cultivada, e com grande proveito. [...] embora eu me achasse numa das estradas mais importantes do Brasil fui forçado a dormir ao relento quatro noites seguidas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 87).

Por ser europeu, nos seus relatos aparecia com frequência a comparação das Províncias visitadas por ele com as regiões europeias, inclusive com relação à extensão do espaço geográfico com possibilidade de cultivar policultura pela excelente qualidade das terras, com sucesso garantido na produção e também no modelo de povoamento. Por isso, a demonstração de estranhamento do outro, que nesse caso, está se referindo aos habitantes da província de Goiás.

Somando-se a isso, nos relatos percebe-se o espanto dos viajantes aos habitantes fenotípica e culturalmente diferentes. Saint-Hilaire (1975) ao fazer referência à comunidade dos Botocudos⁴ afirma que “(...), se os Botocudos não têm nenhuma ideia de Deus, pelo menos acreditam em espíritos” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 89). Sendo assim, o início da construção estereotipada se dá sobre a figura do indígena e, posteriormente, do mulato e do afrodescendente. Não se pode negar que essas considerações apresentavam informações importantes para as pesquisas dos séculos XVIII e XIX. Elas serviram de referencial para a sustentação da historiografia tradicional, como homens do seu tempo.

Nas pesquisas sobre Goiás das últimas décadas do século XX, os afrodescendentes aparecem com maior frequência, representados na figura do escravizado e/ou nos quilombos existentes em Goiás. Exemplos dessas representações clássicas explícitas são Paulo Bertran (2000), Raimundo José da Cunha Matos (2004), Luís Palacin e Maria Augusta de S. Moraes (1974), Gilka Vasconcelos F. Salles (1992), Nasr Fayad Chaul (1997), entre outros. Estes publicaram a historiografia sobre Goiás, referentes aos séculos XVIII e XIX, na qual apresentaram e fizeram referência aos afrodescendentes vinculando-os de alguma forma à figura do escravizados.

⁴ Botocudos: foi uma denominação genérica dada pelos colonizadores portugueses, aos diferentes grupos indígenas pertencentes ao tronco macro-jê (grupo não tupi), de diversas filiações linguísticas e regiões geográficas, e, em sua maioria, usavam botoques labiais e auriculares.

Segundo Luís Palacin e Maria Augusta (2008), desde o início da exploração do ouro em Goiás havia a presença de negros escravizados trazidos pelas bandeiras:

Ao se divulgar a riqueza das minas recém-descobertas, acorria, sem cessar, gente de todas as partes do país. Pelos registros da capitação, sabemos que, dez anos depois, em 1736, já havia nas minas de Goiás 10.263 escravizados negros. (PALACIN E MORAES, 2008, p. 23)

A obra, relevante nos estudos sobre Goiás, também afirma e assimila a concepção da figura do afrodescendente à do escravizado. Não há preocupação dos autores em discutirem essa temática, e sim descrever a história de Goiás desde o período de mineração, formação dos povoados, agricultura de subsistência, período abolicionista. Inclusive de uma forma bem dissertativa, se esforçam para abordar como se davam as relações sociopolíticas e econômicas da Província de Goiás e, posteriormente do Estado de Goiás, até 1970.

O final do século XX e, início no século XXI, foram e estão sendo marcados pela crescente produção historiográfica sobre Goiás, com abordagens que apresentam o afrodescendente enquanto sujeito histórico, por meio de suas experiências e práticas socioeconômica e política no século XIX. Com Sant'Anna, “podemos dizer que os objetos históricos assim como os sujeitos emergem aqui como efeitos das práticas discursivas” (2008, p. 57).

Esses trabalhos têm contribuído para a difusão de um novo olhar para a trajetória e a participação do negro na formação sociocultural de Goiás. Dentre eles, destacamos Maria Lenke Loiola: *Trajetórias para a liberdade: escravizados e libertos na capitania de Goiás* (2009); Thais Alves Marinho: *Subjetividade, Identidade e as Redes de Consumo Kalunga* (2013); Thiago Fernando Sant'Anna: *Escravidões em Ação: Resistências e Solidariedades Abolicionistas na Província de Goiás – Século XIX* (2008); Murilo Borges Silva: *Pelos Caminhos Da Abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí* (2011); Sonia Nogueira Leandra: *Mulheres Negras: Cartas de Alforria na Busca da Liberdade (1871 – 1888)* (2016), entre outros.

Estes (as) pesquisadores (as), na área da história, sociologia, filosofia, diferenciaram dos demais, pelo fato de conseguirem discutir a história dos afrodescendentes enquanto sujeitos ativos, agentes de transformações, líderes, intelectuais, entre outros, em Goiás. Mesmo que a abordagem seja referente ao

período de escravização até a abolição e ainda apareça a figura do afrodescendente vinculado à imagem do escravizado, ele é caracterizado e representado enquanto sujeito de significado e com ações e articulações próprias, no seu meio social.

Thiago Sant'Anna (2008) aborda as práticas das mulheres escravizadas enquanto redes de relações sociais, porque, para ele, essas redes disponibilizam, no contexto social, “um conjunto de posições possíveis para delas se tornarem sujeitos” (SANT'ANNA, 2008, p. 57). As práticas de alforrias, utilizadas pelas escravizadas, de acordo com a documentação, historiografia e teorias estudadas, permitiam às mulheres serem situadas, no discurso histórico, enquanto promotoras do abolicionismo por meio de suas ações. “Ao invés de interpelar a ação advinda do sujeito, construímos a interpretação do sujeito em posição de ação” (idem, *ibidem*).

As escravizadas, por meio de suas ações, tiveram um papel fundamental na concretização da abolição em Goiás. E, Sant'Anna completa, afirmando que “as práticas de alforria efetivadas por particulares explicitam, em seus encontros/desencontros, a correlação de forças entre proprietários/as, escravizados/as e o Estado Imperial” (2008, p. 63). Diante do jogo de poder e dependência mútua, escravizados (as) e seus donos (as) se tornam reféns de um sistema escravizadocrata que vai se minando e desestabilizando por meio das estratégias construídas, sobretudo no âmbito doméstico, pelos (as) escravizados (as). Embora as elites se esforçaram para significar as alforrias como “concessão” de ação benéfica, “não resta dúvida que a emancipação dos/as cativos/as foi, sobretudo, resultado de suas ações. Uma conquista!” (SANT'ANNA, 2008, 63).

Sant'Anna também reconhece a presença e a participação das mulheres afrodescendentes nas articulações das práticas abolicionistas, entre outras ações sociais que aconteceram na província para esse fim. O autor afirma que quando chegou a notícia da Lei Áurea, em 4 de junho de 1888, não existiam mais escravizados para serem libertados em Goiás. Existiam, segundo ele, escravizados alforriados com condição e afrodescendentes aprisionados (as) no problema da desigualdade social. E que continuavam sendo explorados como trabalhadores na oferta de mão de obra livre.

Na obra *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga e Vão do Moleque* (2008), a socióloga Thais Alves Marinho nos mostra como ocorreu a formação e o desenvolvimento da identidade Kalunga, a qual foi marcada por diversos marcos estruturais e históricos. Ela explora o contexto sociopolítico, econômico e cultural de

Goiás no século XIX, com o olhar voltado para a comunidade Kalunga, dando ênfase ao processo de incorporação dos indivíduos Kalunga às estruturas sociais vigentes, à medida que estes constituem “um *habitus*, e na exteriorização ou objetivação desses *habitus* pela comunidade, que integra o campo étnico-quilombola” (MARINHO, 2013, p. 15). Marinho considera os Kalunga como agentes e sujeitos dotados de percepções e senso prático, capazes de incorporar um *habitus* historicamente localizado. A autora analisa as ações dos indivíduos Kalunga, no seu tempo e espaço territorial, bem como as situações vividas na sua coletividade, a forma da legalização do território, a existência de performatividade essencialista entre as comunidades e as conceituações inerentes ao tema.

Essa nova conceituação de remanescentes de quilombos, embora insira o viés racial, o relaciona com etnia, e perde de vez o viés culturalista de outras conceituações, e ainda resolve um problema capital que o termo remanescente implica o da comprovação histórica. (MARINHO, 2013, p. 17).

Para ela, a comunidade já se identificava, ou melhor, se constituía, enquanto grupo étnico, antes do advento jurídico. Sendo o reconhecimento legal, apenas, uma forma de permanência e constituição do campo étnico-quilombola. Os indivíduos, dentro da sua realidade individual e coletiva, foram se organizando em grupos, resistindo e lutando pela estabilização territorial, pelo reconhecimento legal e, mesmo existindo as interferências externas, conseguiram se manter enquanto grupo organizado e distinto dos demais pelas relações com o território e com sua identidade-étnica. O interessante dessa pesquisa foi perceber o cuidado da autora em trabalhar o afrodescendente enquanto sujeito histórico, que conseguiu no seu tempo e espaço se manter como grupo organizado; apesar das divergências internas, conseguiram reivindicar seus direitos e manter a territorialidade, sua cultura e sua identidade.

No seu artigo “Dos ‘batuques dos pretos’ aos grilhões do silêncio: Benedito D’Abadia e a festa do Divino Espírito Santo dos meninos em Goiás (Século XIX)”, Clovis Britto (2015) utiliza a experiência cotidiana de Benedito D’Abadia e, de forma dissonante, ele reconstrói e recupera aspectos significativos das sociabilidades religiosas em Goiás no século XIX, a partir da ótica das trajetórias-processo. O autor entende que é necessário compreender como as estratégias dos afrodescendentes foram articuladas no sentido de escapar da condição de escravizado, para criar “alternativas resultantes da combinação entre diferença e desigualdade nas pessoas

eticamente estigmatizadas. São, ao mesmo tempo, intérpretes, vítimas e sobreviventes de uma condição que os impõe dúbia postura” (FARIAS, apud BRITTO, 2015, p. 119). O exemplo de Benedito D’Abadia demonstra a prática dessas alternativas, pois ele conseguiu comprar sua alforria e, mesmo sendo ex-escravizado, assumiu o cargo de juiz na Irmandade de Nossa Senhora D’Abadia, rompendo com estruturas e criando alternativa de forma individual para o bem da coletividade, ao utilizar a associação da irmandade para comprar alforria de outros que ainda viviam em condição escravizada. Segundo Britto,

No mesmo sentido, conseguiu sobreviver aos “grilhões do silêncio”, graças aos indícios que deixou ou provocou. Desse modo, ele se tornou metáfora e metonímia da presença negra, da participação das crianças, dos trânsitos entre irmandade e, especialmente, da configuração de uma “outra” festa do Divino em Goiás. (BRITTO, 2015, p. 120).

A dificuldade de (re) construção da experiência dos afrodescendentes em Goiás, a partir de suas ações, é acentuada pela ausência de documentos e/ou pela dificuldade em encontrar essa documentação. A forma de utilização é que vai direcionar o caminho a ser tomado, no sentido de evidenciá-los enquanto agentes de ação e transformação, como foi o caso desse personagem histórico em discussão.

Para ser realizada uma (re) construção histórica é indispensável ler as entrelinhas, observar os fatos e a representação intrínseca dos personagens em estudo, no contexto de suas experiências individuais ou coletivas, nos movimentos e ações desenvolvidas em Goiás. Em suma, a maioria deles, mesmo estando na vanguarda, agia de forma silenciosa e não apareciam nos registros.

Britto (2015) destaca também, a presença das mulheres afrodescendentes, na festa do “Divino dos Meninos”, que representavam inovação nesta festa, em comparação com a festa de Pentecostes, a qual, até a atualidade, não inseriu mulheres nos cargos de destaque durante a festa; como por exemplo: imperador, capitão do mastro, entre outros.

Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, eram admitidas rainhas e juízas; na Irmandade de São Benedito, juízas. Foi possível perceber a dinamicidade de parceria existente entre os grupos de cada Irmandade e um trânsito constante de seus (as) associados (as), por meio dos cultos realizados em parcerias entre elas.

Embora ainda existam muitos personagens afrodescendentes sucumbidos no véu do silêncio, para o autor o importante é “problematizarmos para cada trajeto

recuperado” (BRITTO, 2015, p. 141), tendo em vista que para essa recuperação é preciso evidenciar os sujeitos das ações, enquanto protagonistas de suas ações, no seu tempo e de acordo com sua realidade. Esta é uma proposta que possibilita escrever a história do afrodescendente na perspectiva de presentificar os ausentes, dando significados e historicidade às suas ações.

Continuando a visibilidade da participação e ação feminina na luta pela abolição e ocupação de espaços sociais, Sonia Nogueira Leandra (2016), na sua dissertação *Mulheres Negras: Cartas de Alforria na Busca da Liberdade (1871-1888)*, recupera a memória de várias mulheres afrodescendentes, até então esquecidas e silenciadas na documentação. Sendo que, enquanto viviam em condição de escravizadas, organizaram estratégias para a compra de suas alforrias, em Goiás no século XIX.

Por meio de análise de cartas de alforria no período de 1871-1878, a autora procura preencher a lacuna que existia ao pesquisar sobre a escravidão em Goiás. Através das cartas, ela conseguiu evidenciar diversas formas de cartas de alforria, conseguidas, compradas ou ganhadas, que ainda não tinham sido estudadas e apresentavam possibilidades de produzir “novos saberes que permitam outros olhares em relação aos aspectos singulares da história da escravidão e abolição em Goiás” (LEANDRA, 2016, p. 14).

Leandra reconhece que é necessário ouvir as vozes dessas mulheres por meio das cartas e recuperar seu lugar de fala, pois, segundo ela, as histórias das mulheres escravizadas chegaram até nós de forma fragmentada e desarticulada do seu espaço e tempo, cabendo a nós inseri-las em seu tempo, num momento socioeconômico, político e cultural no contexto histórico de Goiás. Inclusive o seu trabalho nos permite analisar a relação de poder existente entre mulheres escravizadas e seus donos ou donas, por meio das evidências intrínsecas nas cartas de alforria. Tendo em vista que:

Na condição de submissão aos seus proprietários e proprietárias é que a escravidão lhes tirava o controle do seu próprio corpo, sendo consideradas por muitos, como objeto, tinham sua sexualidade atrelada a essas condições. [...] algumas até poderiam tirar proveito de poder de sedução dos seus corpos como forma de resistência [...] (LEANDRA, 2016, p. 51).

É bom lembrar, que nem todas as mulheres escravizadas tinham relações sexuais com seus senhores e utilizavam esse recurso como meio de conquista da liberdade; o que, por vezes, estabelecia relação conturbada com as proprietárias.

Leandra (2016) apresenta exemplos de mulheres que assumiam o papel de mãe e a responsabilidade de administrar os negócios da família, inclusive de negociar as alforrias de seus escravizados e escravizadas e os interesses envolvidos nessa negociação, tanto de uma parte, quanto da outra, em que ambas eram interessadas. A autora conclui afirmando que a liberdade era algo muito difícil de ser conquistada, diante da complexidade que envolvia a decisão. Para Leandra (2016), as mulheres viveram seus protagonismos dentro das suas possibilidades históricas, porém, ainda existem muitas outras possibilidades de interpretação dos documentos aguardando novas pesquisas.

Esses exemplos revelam o quanto tem avançado as produções sobre a historiografia do afrodescendente, bem como a superação da representação da sua imagem. Na atualidade é revelado o interesse de evidenciá-los enquanto sujeitos de suas ações e superações e como agentes de mudanças socioculturais na província de Goiás, no final do século XIX.

É necessário atentar para compreender os interditos presentes nos documentos e manifestados nos modelos de relações socioculturais, com a intenção de revelá-los dentro do contexto histórico dos afrodescendentes, diante dessa “sociedade que mais parece um mosaico de cores e condições em transição” (LOIOLA, 2009, p. 136). E ainda mais ter a expectativa de chegar o momento de fazer referência à “raça” ligando-a a uma ascendência biológica e a tonalidade da pele, considerando-a apenas como uma tonalidade objetiva.

Elaborar questionamentos sobre a questão racial é interessante e poderá facilitar a compreensão. Esse discurso racial vai esperar até quando, para ter novos adeptos fora dos movimentos? Perguntas como estas ainda estão aguardando respostas. E são estas respostas que irão contribuir para que o ser humano seja visto e reconhecido enquanto pessoa diversa, valorizada e respeitada na sua diversidade.

As evidências me ajudaram a concluir que essas transformações que ocorreram nas discussões historiográficas, no final do século XX e início do século XXI, com relação a um novo olhar para o afrodescendente, resultaram na sua representação enquanto sujeito de ação e de fala. Isso tem contribuído de forma concreta para evidenciar personagens históricos afrodescendentes nas suas práticas políticas, na luta por seus direitos, enquanto agentes sociais de forma ousada, na defesa de uma sociedade mais inclusiva.

1.3 Contextos Político e Econômico de Goiás no Século XIX

Para ajudar no entendimento acerca da situação, atuação e contribuição do afrodescendente em Goiás, procurei abordar o contexto histórico a partir das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram no século XIX, na Província. Início a abordagem em meados do século XIX, quando essas estruturas estão enfrentando transformações em função do aspecto de mudanças no modelo de produção na zona rural e na urbana, além do aumento populacional e da formação das cidades no final do século, mesmo que de forma lenta. E abordo, também, as novas estruturas sociais que vão se estabelecendo diante dessas mudanças.

Na economia, a província tinha como sustentáculo, até as últimas décadas do século XIX, a mão de obra compulsória do afrodescendente enquanto garantia da produção. Com a queda na exploração do ouro, vai se desenvolvendo gradativamente a agricultura de subsistência e criação de gado. Essa mudança alternativa na economia foi possível devido ao vasto território geográfico disponível na capitania de Goiás. Modificou-se também a dinâmica na utilização de mão de obra compulsória. Para Palacin e Moraes (2008), os escravizados nessa fase desempenhavam suas funções de forma mais desvinculada de seus donos, com o modelo de produção agropecuário. Diante do vasto espaço geográfico destinado à pastagem dos animais, exigia-se um acompanhamento mais de perto dos trabalhadores, para evitar a perda do gado na selva e, também, ataques de animais selvagens. Esse fato facilitou para que os trabalhadores (as) escravizados (as) distanciassem-se um pouco mais de seus donos, ao mesmo tempo em que proporcionava certa “liberdade” a eles.

A mudança na economia aconteceu de forma gradativa, de modo que, na década de 1880, é notável na província um quantitativo significativo de afrodescendentes em condições de escravizados (as) e/ou livres, desenvolvendo funções como: vendedores (as), quitandeiras, artesãos (ãs), tipógrafos (as), alfaiates, pedreiros, entre outros. Os escravizados (as) desenvolviam essas funções em horário dedicado aos seus donos. Os ganhos extras propiciavam a oportunidade da compra de alforria e, para os afrodescendentes livres, contribuía para ajudar na compra de alforria de outrem, bem como oportunidade de ascensão econômica dos mesmos em Goiás.

O período de transição política do regime imperial para o sistema republicano, que o País estava passando, foi marcado por diversos movimentos sociais, entre

eles os movimentos abolicionistas e republicanos. Embora a maioria dos abolicionistas fossem adeptos ao regime imperial, na Província de Goiás alguns dos abolicionistas eram também republicanos (PALACIN E MORAES, 2008), os quais lutavam pela liberdade dos afrodescendentes que ainda viviam em condição de escravizados, defendiam a emancipação política da província e também o direito de participação na administração, por meio da mudança do regime político.

Desta forma, a transição do regime imperial para o sistema republicano já era esperada há tempos pelos goianos, que enfrentavam a imposição política por parte do governo imperial e sofriam com ausência de goianos na Assembleia Legislativa da província e na administração política (PALACIN E MORAES, 2008). Um artigo publicado no jornal *A Tribuna Livre*, editora Província de São Paulo, discorria sobre a derrota do candidato goiano para assumir o Ministério da Agricultura, em favor de um pernambucano, demonstrando a falta de articulação e reconhecimento da capacidade de seus pares como representantes na defesa dos interesses da Província. O artigo justificava desta forma alguns motivos da ausência de goianos.

A província de Goyaz, que elegia homens de talento, é verdade, mas o fazia sem os conhecer, e os elegia patrocinados pelo governo, acaba de dar um exemplo esplendido de vitalidade politica, deixando de reeleger o ministro que lá nasceu e lá tem família importante, e o que é mais, o ministro da pasta da agricultura, tendo tantos meios a sua disposição para fazer valer a candidatura (A TRIBUNA LIVRE, 1882, nº 304).

A consequência era revelada na falta de políticas públicas. A falta de atenção dos administradores era evidenciada na ausência de investimento em infraestrutura para a província e percebida na dificuldade de acesso tanto via fluvial quanto terrestre, escassez de escolas, dificuldades de comunicação, entre outros. Esta era a realidade de quase todas as províncias do Brasil.

Franco (1997), ao fazer referência aos fazendeiros da região Sudeste, mostra a dependência dos mesmos à terra e à rede de intermediários existente entre eles e os exportadores para realizar a comercialização da produção, visto que os fazendeiros não dispunham de meios necessários e suficientes para o escoamento da produção. Segundo ela,

Indispensável à sua fazenda, que na maior parte das vezes geria diretamente, e também preso a ela pelas dificuldades de transporte que prolongavam desmesuradamente as ausências, o fazendeiro muitas vezes teve de delegar a outrem a tarefa de vender suas mercadorias (FRANCO, 1997, p. 172).

Diante do exposto é salutar reconhecer que essas dificuldades não eram uma questão apenas da província de Goiás, mas era a realidade da maioria das províncias do interior.

No contexto sociopolítico, percebe-se a mudança de comportamento do goiano nessa fase de transição. Sentia-se cada vez mais a necessidade de participar de forma direta e efetiva dos assuntos sociais e políticos da Província. Palacin e Moraes (2008) afirmam que existia a integração entre os diversos grupos sociais, em Goiás, na segunda metade do século XIX. Os políticos, intelectuais, religiosos e donos de escravizados reuniam-se para discutirem uma série de assuntos e eventos que estavam acontecendo; “a questão é grave e esperamos que a corporação que representa a Província e seus interesses deve zelar, não há de desprezá-la tomando-a na consideração que merece [sic]” (A TRIBUNA LIVRE, 1879, n. 48). Além da preocupação do zelo pelos interesses locais, o que mais incomodava a elite era o fato de estar ausente nas decisões voltadas para a província e notar que a administração socioeconômica referente às últimas décadas do século XIX não foi satisfatória para a região.

Para Palacin e Mores (2008), a elite local atribuía à má gestão da província de Goiás o fato da administração estar vinculada e centralizada nas mãos de representantes do governo central, o qual interferia de forma direta nas decisões da Província, sem a participação dos políticos locais, causando insatisfação dos mesmos. De acordo com Palacin e Moraes,

Nas últimas décadas do século XIX, grupos locais manifestaram-se insatisfeitos com a administração e responsabilizaram os presidentes “estrangeiros” pelo grande atraso de Goiás, passando a lutar pelo nascimento de uma consciência política. Sob o pretexto de afastar o “oficialismo político” [...], fundaram-se os partidos políticos – o Liberal, em 1878, e o Conservador, em 1882 (PALACIN E MORAES, 2008, p. 109).

Nota-se respectiva mudança no panorama político de Goiás, após essa tomada de consciência por parte dos políticos locais, bem como a fundação dos partidos políticos e de clubes, designados à corporação dos partidos liberais. Conforme o capítulo 3º do Estatuto do Club Liberal: “Artigo 5º - o Club da capital é o centro de todos os clubs liberaes da Província; o seu directorio o é igualmente de todo o partido liberal goyano.” [sic] (A TRIBUNA LIVRE, 1879, n. 70). Existiam também os grupos organizados dos partidos conservadores na Província.

Quando os autores afirmam sobre a questão do descaso do Governo imperial e atraso da Província, é necessário atentar para qual modelo de atraso eles estavam

se referindo e fazendo comparações. Era com relação à política imperial das Províncias? Ou às manifestações e relação cultural das metrópoles, do Brasil ou da Europa? São esses questionamentos que vão nos ajudar a entender e nos posicionar diante das informações.

Essas leituras e análise de documentos têm contribuído para facilitar o entendimento sobre os fatos históricos ocorridos no final do século XIX, porém, é necessário filtrar essas informações com cautela e contextualizá-las. É preciso também ter em vista que em uma sociedade onde grupos regionais apresentam características como capacidade de perceber a necessidade de participação e perspectivas para serem inseridos no meio político, já é algo positivo e contrasta, por exemplo, com a ideia de atraso sócio-político sobre a província de Goiás.

Moraes (1974), ao comparar a província de Goiás com outros centros urbanos, por exemplo, da região sudeste, faz referência à ideia de atraso e o atribui à má administração e à falta de investimento em estrutura de mobilidade, que dificulta o acesso de outras regiões até o centro da Província. Para a autora, embora a Província de Goiás estivesse investindo em outras fontes de economia como agricultura, criação de gado, artesanato, entre outros, esbarrava em outro problema devido à localização geográfica.

[A] situação geográfica, carência de meios de transporte e de comunicação, pequena rentabilidade, ausência de mercado interno, vida urbana inexistente, ruralização progressiva, atraso e isolamento cultural, escravagismo, latifúndios improdutivos [...]. Tais fatores, enraizaram-se na conjuntura goiana e persistem até os dias republicanos." (MORAES, 1974, p. 28).

No entendimento da autora, até meados do século XIX, por estas razões, a Província ainda não havia se destacado o suficiente para despertar interesse de investimentos por parte da Coroa. O isolamento dificultava inclusive a interação de ideias, causando a impressão de que as demais províncias não davam a mínima atenção para Goiás e, quando o faziam, era de forma crítica e discriminatória.

A dificuldade de manter algum outro tipo de comunicação extra provincial ou entre os provincianos que não fosse por via terrestre impedia ainda mais a interação entre os grupos sociais. Sendo, portanto, obrigatório o uso das estradas em péssimo estado ou dos rios existentes na província, quando acontecia a comunicação, realizava-se de forma rústica e arriscada, por toda a região. Moraes recorda também "que não existia o telégrafo e o correio se fazia, precariamente, nos lombos de burro, aonde muitas vezes os malotes chegavam estragados pelo tempo" (1974, p. 31).

Quando me refiro ao cuidado durante as leituras é exatamente para evitar equívocos. Não quero com isso dizer que a autora estava equivocada, pelo contrário, suas informações são de suma importância e nos revelam uma realidade vivida pelos contemporâneos em meados do século XIX. Seu estudo contribui para fazer uma análise crítica e contextualizada do País de modo a, em seguida, atentar para os recursos já existentes na capital da província e, a partir de então, perceber que esse atraso é mais simbólico e imaginário do que real.

Por exemplo, em 1835 já existia formas de comunicação consideradas avançadas para a época, como é o caso da existência de prestação de serviço dos correios, produção e circulação de jornal. Segundo Rodrigues, “ainda em 1835, Rodrigues Jardim compra as máquinas da “Matutina Meyapontense”, fundando o primeiro jornal goiano e o segundo da Província” (1982, p. 33). Imaginar que em meados do século XIX já existia na Província máquina para a produção de jornal é, no meu ponto de vista, a representação de avanço tecnológico e desenvolvimento intelectual.

Ainda que o acesso a esses recursos fosse restrito às elites goianas, devido ao fato de terem mais oportunidades e condição financeira para buscar formação, eles existiam e estavam a serviço da sociedade de forma consubstancial. No entanto, não foram reconhecidos e divulgados pela historiografia tradicional, que na sua maioria optou por evidenciar os problemas e as dificuldades em detrimento aos avanços tecnológicos existentes.

É claro que temos algumas exceções de goianos que, apesar dos poucos recursos financeiros, conseguiram ter acesso à educação e se destacarem no jornalismo na Província. Estou falando de José do Patrocínio Marques Tocantins, goiano, afrodescendente e filho de ex-escravizado. Esse personagem será apresentado com maiores detalhes nos próximos capítulos.

Essa forma de apresentação da imagem sobre a província atingiu a população goiana e as exceções não foram suficientes para evitar que a população afrodescendente fosse atingida de forma mais direta; impossibilitando-os e/ou dificultando ainda mais o acesso às inovações e à ascensão, seja econômica, cultural ou intelectual. Quando ocorria a mobilidade social, muitos entraves precisavam ser superados e ainda esbarravam no problema do não reconhecimento. Embora houvesse dificuldades e empecilhos, eles lutaram por mudanças, enfrentaram os desafios e, por isso, muitos conseguiram ascender intelectual e/ou economicamente, embora o reconhecimento social tenha permanecido velado.

A população goiana era vista pelas demais províncias e capital do Império, de forma simbólica, como uma sociedade econômica e ideologicamente atrasada. Justificando ainda essa mentalidade de atraso na ausência de brancos na Província, alguns registravam que “no Norte, [...] havia lugares em que não se encontrava um só branco” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 59) e, na falta destes “homens bons”, o poder econômico e político ficava cada vez mais concentrado em grupos menores e com menos pessoas.

Essa afirmativa nos traz elementos constitutivos do conceito de relação social que vai se estabelecendo no Brasil imperial. Segundo algumas pesquisas, “a miscigenação racial era comum na fronteira de Goiás, e um vocabulário variado emergiu para definir o povo com várias cores” (KARASCH, apud LOIOLA, 2009, p. 42). Essa realidade interferiu e contribuiu para a definição e estruturação da sociedade goiana que, com todas as suas particularidades étnicas e fenotípicas, foi se configurando, aos olhares externos, como expurgo.

A afirmação de Loiola exprime a realidade que transcorria nas fronteiras, ou seja, um espaço de encontro e desencontros de homens, mulheres e a natureza. Um lugar também onde se concretizava a mistura dos povos que ocorria de forma gradual pelas condições que lhes eram impostas e que propiciava (des) encontros dos diversos, na sua diversidade, a serviço de outrem. Porém, essas pessoas souberam aproveitar cada oportunidade para (re) inventar nos estabelecimentos aos quais eram destinados, (re) significando as relações socioculturais, como agentes de ações promotoras de mudanças, numa sociedade norteada pela violência naturalizada, garantida pelas estruturas pré-estabelecidas, em um sistema escravista de exploração da mão de obra compulsória. Desta forma, não é difícil afirmar que a escravização foi o maior núcleo gerador de atraso e violência em todo o Império. E a participação do afrodescendente de forma ativa, para transformação desse quadro, foi essencial e precisa ser reavivada, como veremos a seguir.

Capítulo 2 – Representação e participação do afrodescendente na província de Goiás – dos viajantes ao mundo livre

[...] reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JORDELET, 2001, p. 22).

O século XIX é marcado pela representação de indivíduos ou grupos sociais, construídas e/ou reproduzidas pelos viajantes, através de seus relatos ou produções icnográficas e por meio de documentos e narrativas históricas sobre o povo brasileiro, os quais são componentes essenciais no reavivamento da memória e na (re) construção das experiências socioculturais.

Na província de Goiás, a partir da segunda metade do século XIX, aparece a imprensa, como meio de comunicação facilitadora e que também contribuiu para a divulgação da imagem da sociedade e dos grupos sociais que estavam se formando, registrando como se davam as relações de poder em Goiás. Além de mostrar um pouco o papel dos jornais, a proposta deste capítulo, é discutir a presença e participação do afrodescendente em Goiás, na formação e desenvolvimento sociocultural goiano, na segunda metade do século XIX, e explorar como vão se organizando e se estabelecendo as relações políticas, voltadas para a centralização do poder econômico e a manutenção do domínio nas mãos das famílias que compunham a elite social provinciana.

Tendo em vista a importância de entender como se dava a representação da sociedade brasileira interpretada, disseminada e produzida por naturalistas franceses e ingleses que, ao longo do século, eram contratados pelos dirigentes do Império para realizar os registros. Como lembra Garcia, “era comum os presidentes pedirem relatórios das viagens realizadas por missionários, agentes de segurança e juizes, os quais por força de ofício eram obrigados a elaborá-los” (2010, p. 125). Assim, eles se encarregaram de registrar o que viram e o que queriam ver, no cotidiano das Províncias. Conforme afirma Schwarcz, eram os “naturalistas que ao longo do século XIX por aqui passaram à procura de espécimes raros da flora e da fauna, e se depararam com o espetáculo dos homens e da mistura de raças” (1993,

p. 17). Em alguns relatos, representaram a população das regiões visitadas por eles de forma estigmatizada, com olhar sempre eurocêntrico, cheio de expectativas e carregado de conceitos pré-estabelecidos acerca do modelo de população que para eles se desenvolvia no país, ao identificar o Brasil mulato. Nesse sentido, Agassiz afirma que “[...] um que duvide dos males da mistura de raças, [...] não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo [...]” (AGASSIZ, apud SCHWARCZ, 1993, p. 17), fazendo referência à miscigenação, da qual estava se constituindo a sociedade brasileira. Essa imagem foi reforçada pelos viajantes que passaram por terras goianas e salientaram o aspecto da presença do afrodescendente e da formação social miscigenada, existente na província de Goiás.

Os registros eram feitos pelos viajantes, nem sempre *in loco*, pois muitos foram elaborados somente após o retorno para a Europa, já com certo distanciamento do que viram e viveram durante as viagens. Por esta razão, não conseguiram captar a historicidade inerente à realidade da província. As figuras divulgadas por esses viajantes representavam um fragmento da realidade dos diversos grupos sociais e espaços geográficos por eles visitados. Mesmo assim, os registros eram uma das maneiras mais eficazes utilizados na divulgação do modelo de sociedade que, para eles, estava se formando no Império e nas Províncias. Portanto, esses relatos contribuíram para a construção da figura do goiano no imaginário da população brasileira e estrangeira, conforme nos mostra Chaul:

Os olhares dos viajantes europeus conseguiram ver apenas um deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e ócio correndo nas veias do povo mestiço, longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões (CHAUL, 1997, p. 46).

A representação de Goiás-sertão⁵ era expressa, portanto, na demonstração precária das estradas, na inexistência do comércio, no ócio e, na degeneração da população miscigenada. Essas representações eram ainda mais acentuadas quando os viajantes faziam comparações com a sociedade europeia, da qual eles faziam parte e tinham domínio de conhecimento dos espaços geográficos constituídos, das inter-relações e como as mesmas ocorriam.

⁵ A categoria sertão é concebida como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie (LIMA, 1999, p. 60)

Compunham o quadro das figuras produzidas a população formada etnicamente diversa e a Província longínqua e decadente. Chaul (1997) faz questão de destacar, como os viajantes faziam referência à população da província: “Goiás possuía na época dos viajantes cerca de 4% de homens brancos no norte e 14% no sul – o restante da população era praticamente composta de mestiços” (CHAUL, 1997, p. 53).

Entende-se que a miscigenação não era uma particularidade da província de Goiás, da forma como foi divulgada, e sim uma realidade vivida em todas as regiões do Brasil, onde ocorreu a presença de africanos ou afrodescendentes escravizados. A miscigenação tornou-se, inclusive, um problema para a identificação da sociedade brasileira enquanto um grupo homogêneo, diante da heterogeneidade na qual foi constituída. De acordo com Munanga,

O surgimento de uma etnia brasileira, capaz de envolver e acolher a gente variada que no País se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus quanto pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem (MUNANGA, 2006, p. 109).

Diante do exposto, percebe-se a diversidade étnica identificada na formação econômica, política e cultural da sociedade brasileira. Tendo em vista que, com o tempo, as identificações étnicas de origem foram se perdendo e cedendo lugar à formação de novas etnias ao longo dos séculos, miscigenada e incorporada na medida do possível no grupo social “adequado”. Esta realidade afastava cada vez mais a ideia de uma etnia nacional, diante do processo violento e continuado da supressão de identidades étnicas em prol da unificação política, realizada de forma antidemocrática. De acordo com Munanga, “o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento” (MUNANGA, 2006, p. 110).

Esse ideal internalizado na mentalidade coletiva facilitou a prática de dominação do mundo branco, em detrimento aos demais grupos étnicos sociais, miscigenados ou não. A consequência disso foi a naturalização da violência, exploração em massa e exclusão dos afrodescendentes. Consolidou-se um olhar de desprezo por parte das elites dominantes em relação às regiões onde a maioria da população era de negros e negras; como é o caso da província de Goiás, conforme veremos a seguir.

2.1 Um afrodescendente em Goiás no século XIX

A história do afrodescendente em Goiás no século XIX foi marcada pela realidade cotidiana da vida social e profissional. Conviviam e enfrentavam uma sociedade possuidora de mentalidade constituída e edificada na soberania do branco, em detrimento aos demais grupos étnicos. As relações sociais e culturais eram estabelecidas a partir da elite dominante, que via no afrodescendente a possibilidade de manutenção do seu ócio, no sentido de continuação da exploração da mão de obra compulsória, sem o mínimo interesse de enxergar probabilidade de ascensão de uma classe considerada incapaz, indolente, degenerada, entre outros atributos; vista e representada de forma estigmatizada na figura do escravizado.

Apesar dos afrodescendentes somarem um quantitativo de pessoas bem maior do que a população classificada como branca, ainda sofriam com o preconceito étnico e com a discriminação explícita na negação do reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos de ação e fala; sujeitos de memória, com capacidades físicas e intelectuais, inclusive com conhecimento e disposição para lutar em defesa da liberdade e conquistar espaços de sociabilidade na vida urbana, sujeita a mudanças constantes.

Soares (2011) não esconde seu espanto ao fazer o mapeamento populacional da província de Goiás e perceber que, em 1804, a população classificada pelos órgãos competentes da capitania de Goiás como pretos e pardos, livres e escravizados somavam mais de 70 % do total da população. Na região de Goiás, o quadro muda um pouco, onde a porcentagem de pretos e pardos, livres e escravizados totalizavam mais de 75 % da população.

Esses dados são confirmados por Palacin e Moraes (2008), ao estimarem a soma dos africanos, afrodescendentes escravizados (as), mulatos e forros livres, que contabilizavam aproximadamente 75% da população, residentes na província de Goiás. Segundo os autores, “em 1804, os mulatos em Goiás eram 15.452, mais de 50% da população livre. Pretos livres e mulatos constituíam 77% da população livre. [...] em 1804, os brancos constituíam pouco menos de 14% da população” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 56-59).

Os registros confirmam os dados e evidenciam que a população afrodescendente na Província, quantitativamente, era bem superior à população de brancos. Estes, após meados do século XIX, somavam aproximadamente 25%. É o

retrato do abismo racial existente na Província, ou seja, o mesmo abismo existente no quantitativo de pessoas estava presente na classificação étnica, o qual é evidenciado também na condição de vida, emprego, escolaridade; “[...] a sociedade do século XIX encontrava-se tal como as demais do Império, vinculada por relações sociais desiguais e ponto de vista de gênero, classe, etnia, raça, escolaridade, etc.” (SANT’ANNA, 2005, p. 3). Há algumas exceções de afrodescendentes que conseguiram ocupar espaços sociais, como por exemplo, José do Patrocínio Marques Tocantins, na função de jornalista, professor de música e músico, o qual será abordado com detalhe no terceiro capítulo deste trabalho. Fiz referência a este personagem apenas para mostrar a existência de exceções e que provavelmente existiram várias outras que ainda são mantidas no véu do esquecimento. Vale lembrar também dos afrodescendentes que, segundo Palacin e Moraes (2008), já assumiam variadas profissões nas fazendas, exercendo as funções de cozinheiros, pedreiros, fiandeiros, carpinteiros, artífices, sapateiros, alfaiates, ferreiros, tecelões e “profissões não declaradas, ou seja, aqueles que faziam de tudo um pouco” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 121). Tudo indica que após a abolição esses escravizados prestavam serviços destas profissões acima citadas, sem registros empregatícios ou reconhecimento.

De alguma forma, aos olhos da elite, havia necessidade de resolver o problema que se agrava nas cidades, com a presença cada vez maior de pessoas “ignorantes” e sem especificidade de mão de obra comprovada. Para isso, a educação era pensada e utilizada para civilizar e preparar para o trabalho, sendo alvo principal a população negra. Para Salles (1992), após meados do século XIX, houve um aumento considerável de libertos, o que permite pensar que a maioria dessa população era composta por afrodescendentes e seus descendentes, vistos como “selvagens, pobres e vagabundos”. Uma das questões observadas neste caso era o fato de que não ter instrução comprovada dificultava ou mesmo impedia o acesso do afrodescendente às ocupações especializadas. Embora já exercesse a profissão de forma prática. Na teoria, não apresentavam capacidade evidenciada.

Para a elite, a afirmação das diferenças entre os grupos sociais, dominantes e dominados, era necessária e facilitada através da disseminação dos discursos e teorias raciais, reelaboradas no final do século XIX. Embora já se reconhecesse as diferenças entre os diversos grupos étnicos existentes no País há algum tempo, sua naturalização, segundo Schwarcz, é recente. Para ela,

Apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. (SCHWARCZ, 1993, p. 85).

Além da naturalização das diferenças, esses discursos e teorias na província de Goiás apontam outras consequências demonstradas na afirmação da inferioridade e do marasmo socioeconômico, justificado pela presença maciça de mestiços e pela influência cultural dos nativos. Para Munanga (2006), desde o Brasil colônia essa mistura étnica foi uma preocupação para as elites dominantes.

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX (MUNANGA, 2006, p. 54).

O discurso racial era utilizado para explicar as diferenças e as hierarquias, onde a miscigenação representava o grande divisor dos grupos sociais e o quesito para referência de poder e domínio se situava no grupo social de origem. Ou seja, a “civilização” era um estágio acessível a poucas raças; o que quer dizer dos mestiços, esses sim, uma “sub-raça decadente e degenerada?” (SCHWARCZ, 1993, p. 84). Essa foi a imagem atribuída aos provincianos e goianos até meados do século XX.

Nina Rodrigues (1957) e Silvio Romero (1975) colaboraram para essa construção da imagem do negro e do mestiço no imaginário social, ao considerarem que todo brasileiro é um mestiço, no sangue ou nas ideias. Esse pensamento disseminado, inevitavelmente refletiu de forma concreta nas Províncias, na ação preponderante dos colonizadores que souberam aplicar essas ideias de forma bem eficaz. Para Munanga (2006), no pensamento de Silvio Romero (1975) “a mestiçagem representa apenas uma fase transitória e intermediária no pavimento da estrada que levaria a uma nação brasileira presumidamente branca” (MUNANGA, 2006, p. 56). Nina Rodrigues (1957) não concorda com essa visão de Romero (1975), pois para ele, a fusão da cultura branca com as ajuda de negras e índias foi forçada e a consequência seria o desequilíbrio, ao considerar que as duas últimas etnias eram incapazes. Ao analisar esses autores, Munanga (2006) conclui que, em suas perspectivas, “uma adaptação imposta e forçada de espíritos atrasados a uma civilização superior provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas” (MUNANGA, 2006, p. 57). No pensamento de Munanga, Nina Rodrigues (1957) defendia uma

regra de contrato, voltado para a defesa social, e questionava o fato de considerar todos os indivíduos iguais perante a lei. Assim:

Converte em pura repressão: índios, negros e mestiços não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada porque ainda não atingiram o nível de desenvolvimento psíquico, seja para discernir seus atos, seja pra exercer o livre-arbítrio (MUNANGA, 2006, p. 58).

Nina Rodrigues (1957) discorda de forma contundente de algum resultado positivo oriundo da mestiçagem, pois ele acreditava que:

A julgar por certos fatos, a mistura entre as raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior nem para o da raça inferior que não presta enfim para gênero de vida algum... (RODRIGUES, apud MUNANGA, 2006, p. 59).

Essa visão divulgada por intelectuais e pela historiografia corroborou para a construção e a perpetuação da representação estereotipada sobre os afrodescendentes, do Brasil e de Goiás. Ao discutirem assuntos que faziam referência à mestiçagem e à mudança de trabalho escravizado para trabalho livre, preocuparam-se em evidenciar a transição do modelo de mão de obra, sem refletir sobre as questões raciais subjacentes que, em seu tempo, também dispensou lugar especial, para incentivar as imigrações que já vinha sendo motivadas diante do alto custo dos escravizados. A afirmação da incapacidade do afrodescendente, da forma como foi abordada por alguns intelectuais, que asseveravam inclusive a não preparação dos mesmos para assumirem o trabalho livre e nem mesmo as novas profissões que estavam surgindo com a mudança da estrutura rural e urbana no Império e nas cidades provincianas, distanciara-os de certa forma do mercado de trabalho livre.

Vale ressaltar que a escravização no Brasil foi pensada por esses teóricos como algo irracional, contrapondo com a racionalidade do trabalho livre, na perspectiva de liberdade. Célia Azevedo (1887) nos leva a refletir sobre a argumentação puramente liberal, no sentido de que os reformadores do século XIX bebiam na fonte dos teóricos das raças humanas e das aptidões naturais, sendo que “os argumentos liberais e raciais convergiam para que a suposta irracionalidade da escravidão fosse explicada tanto em termos de caráter compulsório de seu regime de trabalho quanto pela inferioridade racial do africano” (AZEVEDO, 1887, p. 64). A agregação da imagem do afrodescendente à escravidão foi se explicitando, na

prática, de forma gradativa, desde o final do século XIX e se estendeu até século XX. Desse modo, para ela, a população é levada a pensar que a origem dos males do Brasil, e nesse caso, da província de Goiás, estivesse localizada no próprio afrodescendente e na sua inferioridade. O jornal *A Tribuna Livre*, da província de Goiás, confirma a visão de Célia Azevedo, ao publicar uma nota, mostrando a necessidade de mudança do modelo de mão de obra, com perspectiva no “progresso” apostando na vinda dos colonos estrangeiros, ao fazer referência à mão de obra local de forma desdenhosa e socialmente insignificante.

Por mais desagradável que seja não é menos exato que fazendeiros devem resignar-se a ver, mais cedo ou mais tarde, o serviço gratuito pelo serviço remunerado, os benefícios enormes pelos benefícios menores. Isso é inevitável, fatal. [...] Depois dos ingênuos virão os *agregados*, os *camaradas*, os homens livres do país: e tempo chegará em que os colonos estrangeiros não se envergonhará [...] [sic] (*A TRIBUNA LIVRE*, 1879, n. 55).

Na década de 1880, em Goiás, os escravistas aproveitaram o alto preço dos escravizados e venderam muitos deles a outros Estados. O discurso de medidas humanitárias desperta mais vigor na necessidade de abolir a escravidão, defendida pela sociedade abolicionista e agropecuarista de forma lenta e gradativa, consistindo na possibilidade de modificar o modelo de mão de obra até então desenvolvida na Província, que era a exploração da mão de obra de mulheres e homens escravizados.

A política de defesa do abolicionismo foi se constituindo na Província, enquanto “o País atravessava os anos críticos da eliminação do trabalho escravizado, tempo de grande agitação na Corte, com as campanhas abolicionistas e republicanas” (SILVA, 1997, p. 89). Graças às organizações e movimentos articulados pela sociedade local para esse fim, “o movimento abolicionista em Goyaz tomou proporções collossaes. Não menos de 4 sociedades se tem organizado para esse fim, tendo já conseguido grande numero de libertações [sic]” (*O LIBERTADOR*, 1887, n. 112). Dentre elas destacam-se o Centro Libertador de Goyaz; Sociedade Emancipadora Goyana; Sociedade Abolicionista dos Cadetes e Inferiores, além de algumas irmandades e instituições como Maçonaria, Igreja Católica, entre outras.

O objetivo dessas organizações, segundo (SANT’NNA, 2005), consistia no combate à escravidão, com expectativa de extingui-la na Província em um prazo de dez anos, conforme determinação do tempo proposto pela Sociedade Emancipadora Goyana, estipulado no artigo 7º do seu estatuto. Essas organizações se encarregavam também de arrecadar, para o Fundo de Emancipação, recursos

financeiros com o objetivo de compra de alforrias, ao mesmo tempo em que incentivavam o envolvimento da sociedade goiana para ampliar ainda mais os defensores das causas abolicionistas.

Com efeito, a atuação dos abolicionistas se estendia em alertar a sociedade proprietária de terra e escravizados/as sobre a necessidade de adequação à nova “ordem” que estava em fase de implantação; a utilização da mão de obra livre e remunerada. Utilizava-se o discurso da moralidade cristã, como argumento no combate à vergonha que assolava a Província, com a prática de manter pessoas escravizadas como propriedade e, sobretudo, a importância de acompanhar o “progresso”, combatendo a imoralidade. Tais ideias eram disseminadas nos jornais de Goiás à época:

A ideia de criação de uma sociedade emancipadora de escravizados, sobre ser uma medida humanitária é um passo dado em favor da sociedade e do nosso progresso moral. [...] apressemos, é dever humanitário a destruição da obra instituída, nos tempos de puro despotismo, e já que o clarão do progresso do século actual tem levado de vencida os erros das gerações passadas, força é que completemos a transformação total da trevas para luz e do captiveiro para a liberdade [sic] (A TRIBUNA LIVRE, 1879, n. 69).

A mudança de mão de obra escravizada para mão de obra livre foi um fator determinante nas relações socioculturais de Goiás, embora não demonstrando muita expressividade no período de transição, que ocorreu de forma lenta e gradual. Para isso, a proposta de alforrias condicionadas foi favorável para aumentar os números de escravizados/as alforriados/as. Entretanto, os (as) donos (as) de escravizados não sofreram muito com o impacto da mudança, devido ao fato de manter o/a escravidão (a) prestando o mesmo trabalho, por anos, mesmo que legalmente estivessem alforriados, continuando estes na mesma condição de subordinação.

Para Florestan Fernandes (2008), os negros tiveram uma fase bem complicada durante a transição da ordem escravista para a competitiva. Primeiro porque continuaram na mesma condição de escravizados (as), sofrendo de opressão e violência, até findar o prazo da condição da alforria e, depois, por estarem inseridos em uma sociedade racista e com estruturas como o Estado, a Igreja, entre outras, que não se interessavam em acolhê-los, muito menos valorizá-los como cidadãos (ãs).

É notável o desequilíbrio nas bases da ordem política que, através de um sistema de relações raciais, buscava a integração do negro na nova estrutura econômica que formava a sociedade. Para Fernandes (2008),

O negro e o mulato diante de opções irremediáveis. Ou eles se ajustavam, individualmente, aos requisitos da ordem social competitiva ou ficariam à margem dos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sócio-cultural [...] (FERNANDES, 2008, p 135).

Embora Fernandes estivesse mostrando a realidade de São Paulo, uma capital em desenvolvimento industrial, com a presença de polos industriais no final do século e processo de urbanização crescente, Goiás também estava enfrentando esse período de transição. Tendo em vista que, na província, a economia em transição estava se desenvolvendo pela agricultura, não apenas para subsistência como acontecia no período da exploração aurífera, mas como nova possibilidade econômica. Deste modo, “a agricultura e a pecuária serviu de suporte econômico para Goiás iniciar um movimento de recuperação econômica” (CHAUL, 1997, p. 94). Sustentava-se pela agricultura e a criação de gado como atividade econômica em ascensão, diante das dificuldades enfrentadas pela região centro-oeste:

As pastagens naturais, [...] às atividades ligadas à terra e à criação, reduzido capital e ínfimos investimentos tecnológicos, além de terra em abundância totalmente desprovida de povoamento e controle de posse, pedem explicar a permanência da pecuária como atividade ascendente em Goiás. (CHAUL, 1997, p. 91).

Na província de Goiás, a pecuária e a produção agrícola assumiram o espaço de desenvolvimento econômico da região; diante das poucas possibilidades de ascensão econômica por meio do comércio, conforme já foi apresentado. Houve significativo aumento da população urbana em Goiás, distante, porém, de ser considerado desenvolvimento urbano. Mesmo assim, nota-se no final do século XIX, surgimento de cidades, considerável desenvolvimento do comércio; aparecimento de algumas indústrias; produção artesanal de diversificados utensílios; entre outros.

O afrodescendente em Goiás, de forma genérica, confrontava com a mesma situação de racismo vivido em São Paulo e Bahia, onde “a população negra e mestiça de Salvador passava, nesse período, por profundas e dramáticas mudanças sociais” (SILVA, 1997, p. 67). Havia, por exemplo, instabilidade profissional e/ou falta de espaço ou oportunidade de trabalho, diante da falta de oferta de emprego; levando em consideração que a população afrodescendente de Salvador proporcionalmente era em maior número. Lutaram por sobrevivência e sem nenhum respaldo foram obrigados a ir se adequando às mudanças econômicas, políticas e culturais; estabelecidas por uma classe em detrimento da outra.

A população antes escravizada, após a abolição continuou sofrendo de exclusão social, carregando consigo estigma do processo de escravidão velada, a ela imposto. Permanecia a figura estereotipada do escravizado. Essa realidade perdurou por vários anos, após ser abolida oficialmente a escravidão no Brasil. Tal situação dificultou a sociabilidade dos afrodescendentes, sua inserção no mercado de trabalho livre e culminou no processo de velamento das iniciativas dos afrodescendentes, enquanto sujeitos e agentes de mudanças, na província de Goiás.

Para Munanga e Gomes (2006), as organizações sociais ainda não apresentavam um modelo estruturante, pelo contrário, estavam em formação e não demonstravam preocupação em promover integração das novas classes econômicas, políticas e étnicas. Junto a esse novo modelo de sociedade do final do século XIX,

[...] temos que considerar o tipo de sociedade existente naquele momento e as possibilidades desses sujeitos diante de um contexto que não previa nenhum tipo de integração e inserção social tanto dos escravizados com dos libertos na sociedade de homens livres (MUNANGA E GOMES, 2006, p. 68).

Desta forma, cada grupo ou indivíduo procurava se estabelecer enquanto profissional, dentro das possibilidades oferecidas e/ou conquistadas, independentemente do status que a função gerava ou não. Até porque, em uma sociedade em transição e formação de um novo modelo, como era o caso de Goiás, além das oportunidades reduzidas, as consideradas de maiores destaques ou ocupações enobrecidas, eram restritas à elite.

Para Leandra (2016), a abertura para o trabalho livre respondia às exigências da racionalidade do capital, pois representava “mão de obra barata, capaz de trazer mais lucros para os latifundiários” (LEANDRA, 2016, p. 26), não sendo demonstrada de forma prática, por parte dos políticos e administradores, preocupação humanitária com a população afrodescendente. No entanto, o discurso de medidas humanitárias estava presente entre eles, desde 1879. Após a formalização do sistema capitalista de produção, concretizado em 1888, com a legalização da venda da força do trabalho e inserção do trabalhador livre remunerado em maior escala no mercado, aumentou-se a contratação de pessoas de outras localidades, como é o caso dos imigrantes. E, a população afrodescendente continuou em sua maioria desempregada, engrossando cada vez a massa em nível de pobreza, vivendo às margens, sofrendo com a exclusão social.

Em Goiás, em pequena escala, é possível notar a atuação da população afrodescendente nas diversas organizações existentes na Província e que, de forma silenciada, soube conquistar seus espaços, adquirir cidadania e, posteriormente, se inserir de forma gradativa nos meios sociais, produtivos e culturais no final do século XIX. Algumas pistas, como a fotografia abaixo, sugerem que os afrodescendentes, mesmo em pequena escala, estavam presentes em organizações existentes na Província. A referida fotografia de 1886 encontra-se no acervo da Biblioteca Frei Simão, na cidade de Goiás.

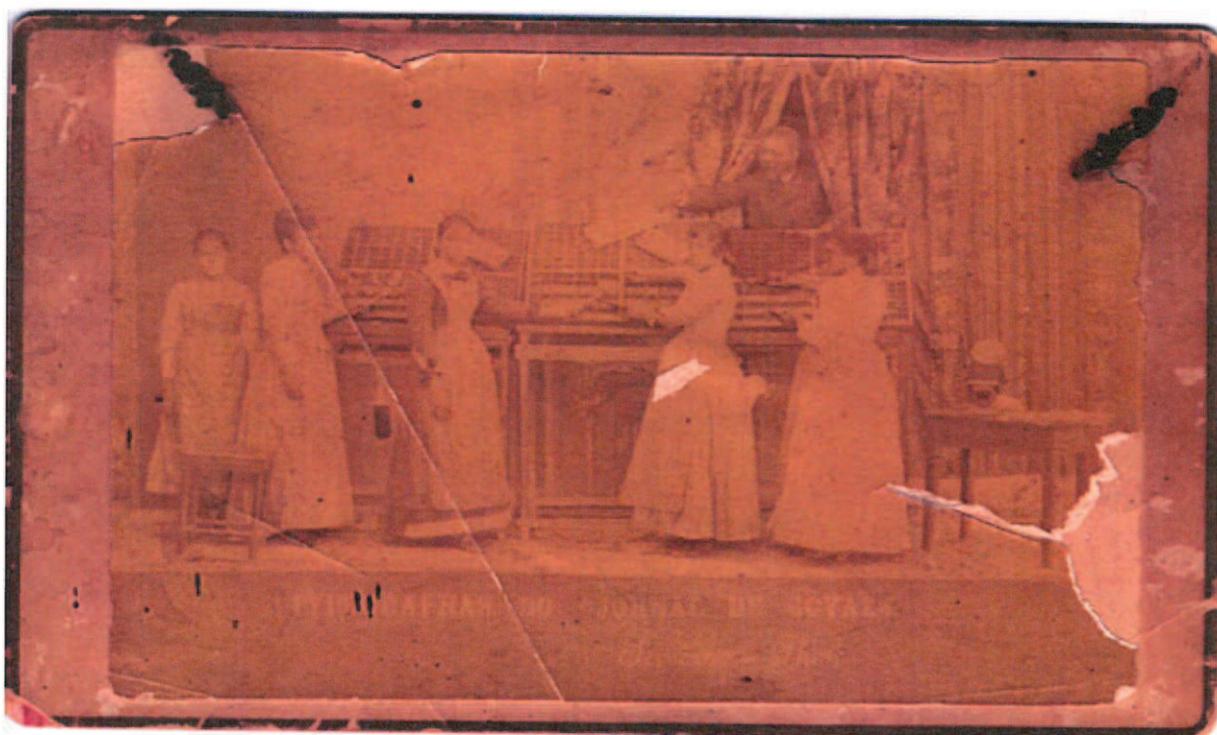


Figura 1: Fotografia de mulheres trabalhando na Tipografia em 1886.

Fonte: Arquivo da Biblioteca Frei Simão

A fotografia revela a presença e participação de mulheres, trabalhando em uma tipografia de propriedade do goiano Sr. José do Patrocínio Marques Tocantins. Algumas questões em especial me chamaram a atenção. Primeiro, o proprietário da tipografia, conforme pode-se observar na janela, era um afrodescendente, de postura elegante e que demonstra preocupação em incluir no seu meio outros afrodescendentes. Por se tratar de um período em que às mulheres eram negados quase todos os direitos, mesmo havendo apoio dos jornais, reivindicando por direitos da mulher, ela se mantinha “na ignorância e na dependência eterna do sexo masculino, protestando energicamente contra os inveterados e ridículos preconceitos tão prejudiciais à mulher [sic]” (RODRIGUES, 1982, p. 35). O sócio

proprietário, conforme comprovação da fotografia acima, contratou mulheres na prestação de serviço da tipografia.

O segundo fato é revelado na observação sobre a presença de mulheres em ambiente considerado no final do século XIX como espaço masculino. Outra questão interessante, que me chamou atenção, foi a característica física das trabalhadoras, que revelam traços miscigenados. Segundo Rodrigues (1982), às filhas de famílias bem-sucedidas era dada toda a atenção com a educação e formação musical, na perspectiva de facilitar a comunicação, agilidade de raciocínio, através da leitura, alcançando posições que faziam questão de se manterem. Porém, a historiografia não revela nenhuma participação efetiva da mulher afrodescendente nos espaços sociais. E, nesse caso, quem está ocupando as funções são mulheres fenotipicamente miscigenadas. Sendo estas funções consideradas intelectuais, ou não, o importante é que estavam proporcionando a elas um espaço social que preconizava a igualdade entre homens e mulheres. Conforme Rodrigues, “na época de 1886, tivemos tipógrafas: Gabriella Tocantins, Luíza Suzana Tocantins, Maria do Rozário Xavier de Barros; de encadernadoras: Leonor Fialho dos Guimarães e Rosalina de Paula Netto” (1982, p. 35).

A presença das mulheres trabalhando na tipografia era significativa para a época, pois representava a quebra de paradigmas da organização social gerida e ocupada por homens. Mesmo sendo um quantitativo pequeno de mulheres trabalhando fora do espaço doméstico, isso revela a possibilidade do ideal de igualdade entre os gêneros, “no qual a mulher deveria ser igual ao homem na família, na igreja e no Estado” (idem, *ibidem*). Outros exemplos são mulheres fazendeiras de velas e archotes. Estas eram funções desempenhadas dentro do ambiente do próprio lar.

Os viajantes, em 1824, já faziam referência à participação feminina em Goiás. Dentre eles, destaca-se a observação do representante do governo imperial, Cunha Matos, ao fazer referência à condição social da mulher goiana: “várias mulheres são instruídas na história e tem paixão decidida pelos livros; algumas delas por acanhamento não mostram o que sabem [...]” (MATOS, apud RODRIGUES, 1982 p. 36). As aspirações sobre a mulher incorporada no lar se desfaziam ao olhar surpreso de viajantes, diante do espírito de liderança expresso na “rainha do lar”, que os obrigava a reconhecer que “era ela que dava a palavra final nos negócios, era quem controlava as despesas domésticas e que procurava aumentar as

reservas econômicas com seu trabalho de costura e doces” (idem, *ibidem*). Percebe-se nas afirmativas o início do reconhecimento da capacidade intelectual da mulher, sua posição de liderança e do trabalho feminino, porém, porém, não há evidência ou demonstração de aspiração, por parte da mulher, de colocar-se fora do círculo familiar. Outra questão que precisa ser observada é que os viajantes tinham contato social e faziam referência às mulheres brancas da elite; jamais às mulheres afrodescendentes, que nos textos consultados não foram citadas e nem lembradas enquanto sujeito.

Diante das limitações profissionais e de mercado de trabalho em Goiás, foram poucas as famílias que ascenderam financeiramente até o final do século XIX. E foram poucas as mulheres conhecidas que ocuparam espaços sociais em busca de ascensão ou que pelo menos lutaram por uma ocupação profissional fora dos espaços domésticos.

Com a iniciativa de contratar mulheres afrodescendentes para desempenharem funções especializadas na tipografia, José do Patrocínio e seus sócios Alexandre da Costa Vianna e Antonio Marques de Araujo Cunha contribuíram para o início da construção de uma sociedade goiana com novas perspectivas, diferenciadas e inclusivas. E também a atuação do afrodescendente enquanto sujeito histórico no seu tempo, proporcionando, ainda que em pequena escala, possibilidades para sociabilidades. Tendo em vista que a “representação que organiza os traços deixados pelo passado e se propõe como sendo a verdade do acontecido” (PESAVENTO, 2005, p. 50), pode-se asseverar que é o achado desses indícios que vão retirando aos poucos o véu do esquecimento, colocados sobre homens e mulheres afrodescendentes ao longo do processo histórico.

A população afrodescendente livre, escravizada, descendente de ex-escravizados/as, estava inserida na luta, não pela manutenção da ordem social vigente; pelo contrário, na luta pela concretização da liberdade, de forma individualizada ou através de organizações religiosas, como por exemplo, as irmandades de pretos e outras organizações sociais, às quais fiz referência anteriormente, que se organizavam inclusive para a compra de alforria.

Muitos ainda na condição de escravizados/as, nas casas dos seus donos e donas, em alguns casos sofrendo da violência e maus tratos inerentes à escravidão, encontravam formas de lutar contra a condição de opressão da qual eram vítimas e em defesa da liberdade de fato e de direito.

Conforme Sant'Anna (2008), as escravizadas tinham várias estratégias de luta que visavam conseguir a liberdade: por meio de fugas, resistência, suicídio, negociação, morosidade no desempenho das funções e compra da alforria por meio da política do bom relacionamento e da obediência; com o objetivo de convencer aos seus donos/as a lhes concederem a alforria. Outras viviam em liberdade condicionada, na expectativa de que por meio das articulações realizadas, o próximo passo seria a liberdade. Como afirma o autor,

Embora o ato de concessão tenha sido cultivado e divulgado como prerrogativa dos/as proprietários/as, é possível considerar que a alforria resultou também do esforço cotidianamente desenvolvido pelos/as escravizados/as com vistas a conquistar a liberdade, ainda que relativa (SANT'ANNA, 2008, p. 56).

Corroboro com essa afirmativa de Thiago Sant'Anna, por entender o quanto foi expressivo, mesmo que de forma silenciosa, o esforço e organização dos/as escravizados/as ao lutarem pela liberdade, contribuindo para a insustentabilidade de manutenção de cativeiros e a prática de violência. Para Clóvis Moura (1994), o afrodescendente não somente contribuiu com o povoamento nacional, participou da criação de riquezas, transmitiu sua cultura, mas também participou de forma ativa da vida política. Moura reconhecia que “em quase todos os movimentos sociopolíticos que se desenrolaram no Brasil durante a trajetória social e histórica, houve a participação, a contribuição do negro escravo ou livre” (MOURA, p. 39, 1994).

As mulheres e homens afrodescendentes, livres e/ou filhas/os de ex-escravizadas/os, prestavam serviços domésticos nas casas das famílias bem-sucedidas e que não possuíam escravizados/as; vendiam quitandas e outros artefatos; eram artesãs/os; tipógrafas/os, pedreiros, carpinteiros, doceiras, entre outras funções consideradas generalizadas para a classe trabalhadora urbana. Na década de 1880, percebe-se um fluxo maior de pessoas nas vilas, inclusive de afrodescendentes. Desta forma, presume-se maior participação dos mesmos, desempenhando suas funções e contribuindo com um fluxo maior do comércio interno, já que o externo ainda estava em desenvolvimento, devido à dificuldade para escoamento das mercadorias, por via terrestre e naval. Juntamente com o desenvolvimento do comércio interno e o aumento populacional urbano, havia uma disseminação mais acelerada de iniciativas de combate à violência, exclusão social e profissional, realizadas de forma isolada ou por meio de organizações.

As organizações sociais, apresentadas no primeiro tópico deste capítulo, contribuíam para despertar nas diversas sociedades variadas possibilidades de mobilização em defesa das causas dos afrodescendentes, seja por questões econômicas, políticas ou sociais. Elas foram representadas pela força instaurada e reconhecida na legalidade social de cidadãos na sua diversidade, tendo consciência que “a representação dessas múltiplas configurações e a construção do social se deram mediante uma relação histórica de forças” (SANT’ANNA, 2005, p. 105). O próximo passo, sem dúvida, foi a continuação de luta da massa miscigenada que compunha a sociedade goiana no século XIX. Os afrodescendentes enfrentaram a chegada de novos desafios, exigindo que se fortalecessem cada vez mais, enquanto sujeitos, na luta em defesa da igualdade de direitos, conquista e ocupação de espaços como profissionais ativos e sedentos de transformações sociais, políticas e culturais. Essa luta ocorreu diante de uma sociedade que se estabelecia nas relações de poder, centralizado e dominado por um pequeno grupo da elite política e detentora do poder econômico.

2.2 Relações Políticas: Domínio e Poder

A elite brasileira, a partir de meados do século XIX, se empenhou de forma mais acirrada no projeto de modernizar o Brasil, com perspectiva de impulsionar o País em direção à “civilização”, através da consolidação do capitalismo e promoção do mundo “moderno”. Buscava-se a ascensão da indústria e do comércio, por meio da mão de obra livre e especializada. Essas transformações foram acontecendo gradativamente de acordo com as mudanças que ocorreram nos quadros econômico, político e cultural do País. Dentre elas, as organizações em defesa da abolição da mão de obra escrava na Província, com a participação de grupos sociais e políticos da elite goiana e a luta cotidiana de escravizados/as em prol da liberdade.

Durante a década de 1880, o regime escravagista foi cada vez mais perdendo força em Goiás, diante da escassez de mão de obra escrava.

O preço do escravizado ficou muito alto, os fazendeiros perceberam que contratar um trabalhador por baixo preço era mais lucrativo. Concomitantemente, foram grassando na sociedade goiana os sentimentos humanitários de libertação do negro (PALACIN e MORAES, 2008, p. 121).

Com isso, as organizações e sociedades abolicionistas foram se ascendendo e criando cada vez mais espaços de atuação. Elas baseavam-se em discursos de

sentimento humanitário e promoção da liberdade aos escravizados, mas, na sua maioria, estavam preocupadas com as questões econômicas e exigências da racionalidade do capital, ao evidenciar novas possibilidades no trabalho livre, contrastando com o alto preço do escravizado.

Para Palacin e Moraes (2008), as primeiras organizações ficaram restritas às elites políticas, porque tanto conservadores quanto republicanos tinham aspirações abolicionistas, com interesses voltados para os donos/as de escravizados/as. Surgiram nesse período várias personalidades da elite política goiana favoráveis à abolição, dentre eles, Antonio Felix Bulhões, José Leopoldo Bulhões, Joaquim Xavier dos Guimarães Natal, entre outros. Surgiram também alguns afrodescendentes que defendiam a abolição e participava de forma efetiva para sua concretização, como por exemplo: José do Patrocínio Marques Tocantins, Basílio Martins Braga Serradourada (1804 – 1874), José Antônio de Jesus, Benedito D'Abaddia; entre outros.

Os jornais da Província também foram importantes aliados e tiveram um papel relevante, enquanto meio de comunicação social e como disseminadores do ideal abolicionista, reforçando inclusive o discurso de “progresso” para a Província na medida em que fossem abolindo a exploração da mão de obra escravizada, de modo gradativo ou não, uma vez que o importante era banir essa forma de escravidão.

Ao analisar os jornais *A Tribuna Livre* (1878 – 1884) e o *Publicador Goyano* (1885 – 1889), foi possível perceber que a imprensa goiana na década de 1880, com destaque para esses dois jornais citados acima, assume um papel diferenciado, diante dos assuntos sobre abolição, mesmo que de forma implícita: denunciava as práticas de violência contra os escravizados; evidenciava os donos de escravizados que concediam alforria; divulgava os segmentos e associações destinadas à negociação de liberdade de escravizados; enfim, assumia um papel essencial na década de oitenta em Goiás.

Ao encetar a serie de nossos artigos sobre a libertação de Goyaz, referimo-nos ao *Centro Libertador*, brilhante associação abolicionista que tendo nascido com maior pujança parecia ultimamente adormecer....

Essa indiferença era ainda mais consuravel por pertencer à esse grupo um dos seus mais alentados lutadores o ilustre 1º secretario do *Grupo Parlamentar Abolicionista*, Dr. Leopoldo de Bulhões, cujas idéias adiantadas à respeito desse grande problema foram aplaudidas e acolhidas condignamente até pela imprensa estrangeira [sic] (*O PUBLICADOR GOYANO*, 1887, nº 102).

O centro Libertador de Goyaz foi uma associação fundada pelas famílias Caiado e Bulhões, com o objetivo de incentivar a “alforria gratuita” ou em troca de prestação de serviço por tempo estipulado pela associação, ou seja, alforria com condição. Ou, se houvesse a necessidade de utilização de meios judiciais, de início quatro advogados, “os Drs Antonio Felix Bulhões, José Leopoldo Bulhões, Ignácio Soares de Bulhões Jardim, e Joaquim Xavier dos Guimarães Natal” (A TRIBUNA LIVRE, 1884, n. 392), estariam à disposição dos escravizados. Caso houvesse despesas, correriam por conta do escritório da Associação.

No dia 1º de janeiro de 1885, marcado para a inauguração do CENTRO LIBERTADOR DE GOYAZ, haverá, as 7 horas da tarde, uma grande reunião no teatro de São Joaquim, para a qual são indistinctamente convidadas todas as senhoras e todos o cidadãos d'esta capital. [...] O Sr. Dr. Francisco de Paula Alvellos fara, como inicio da festa inaugural, uma conferencia sobre a emancipação dos escravizados (A TRIBUNA LIVRE, 1884, n. 392).

É inegável o jogo de interesse político intrínseco nesta iniciativa, porém observa-se preocupação de oferecer conferência sobre o assunto de emancipação e proporcionar aos participantes da inauguração da Associação informações sobre a importância política e econômica da emancipação, diante das transformações das estruturas, bem como o resultado positivo para a economia da Província. A grande novidade para os proprietários era forma como a associação estava organizando para alforriar, “gratuitamente”, pois durante a negociação, era definido quantos anos os/as escravizados/as deveriam continuar prestando serviços aos seus/as proprietários/as. As dinâmicas utilizadas facilitavam o entendimento do projeto, evitando contrariedade por parte do/as donos/as e, ao mesmo tempo, garantia a adesão dos mesmos no projeto e a concretização de forma passiva à proposta do Centro Libertador.

Fica evidente a participação de alguns goianos nos movimentos e associações em defesa da libertação dos escravizados; destaca-se, entre eles, o político Felix de Bulhões, pertencente ao grupo dos “intelectuais orgânicos do capitalismo”, que tinha objetivos bem distintos na defesa dos interesses dos proprietários/as de escravizados (as). Esses intelectuais faziam uma leitura de que a escravidão impedia o desenvolvimento econômico do País, principalmente pelo baixo consumo por parte dos escravizados. Juntando-se a isso, não se pode negar o medo de rebeliões, a insegurança diante da articulação do/as escravizados/as nas

iniciativas de resistência, entre outros fatores, como por exemplo, resultado de produção, que era prejudicada a cada vez que houvesse alguma manifestação de resistência.

Os abolicionistas em Goiás utilizaram de todos os recursos à disposição em defesa da abolição da escravização na Província, tendo a imprensa a seu favor, por meio dos jornais. O envolvimento de vários indivíduos dos diversos segmentos e classes sociais, organizações sociais e políticas, na defesa do abolicionismo, conseguiu motivar diversas pessoas e outros grupos a se envolverem de forma direta. Este processo resultou mais tarde na criação do Centro Libertador, a fundação e associações abolicionistas, as campanhas realizadas pela imprensa, as práticas de resistência dos/as escravizados/as, entre outras.

Com efeito, a fundação de associações abolicionistas e sua atuação no sentido de contribuir para a transição lenta e gradual, dentro da “ordem”, a campanha antiescravista pela imprensa e a organização de associações pro-abolicionismo sinalizaram para o envolvimento da sociedade nesse debate político travado entre escravistas e abolicionistas (SANT’ANNA, 2013, p. 93).

Estar à frente dos movimentos era também uma forma da elite política goiana se apresentar de forma significativa e manter-se presente na memória das pessoas, especialmente aos olhos dos/as grandes proprietários/as. Desta forma, os abolicionistas/políticos se faziam representar de forma expressiva e almejavam o retorno ao poder, após “serem afastados, em 1885, devido à política de trocas sistemáticas de ministérios, de forma a contemplar a guinada conservadora do Império” (idem, *ibidem*).

Quanto ao movimento republicano na província de Goiás, não conseguiu forças para desenvolver-se de forma expressiva, como se deu nos grandes centros do Sudeste. Para Palacin e Moraes (2008), em Goiás, devido às estruturas social, econômica e cultural, as manifestações republicanas foram tardias e sem expressão, mesmo contando com participação de jovens goianos estudantes de Direito, que retornam para Goiás com as ideias efervescentes, revolucionárias e republicanas, como é o caso de Joaquim Xavier Guimarães Natal, que divulgou suas ideias no jornal *O Bocayuva*⁶ a partir de 1882. Embora seja um jornal goiano de duração

⁶ Jornal *O Bocayuva*, fundado por Manoel Alves de Castro Sobrinho, em 1882, de circulação efêmera, produziu apenas sete tiradas e saiu de circulação. Era um jornal com ideal republicano que circulou na província de Goiás. Ver mais sobre *O Bocayuva* em Palacin e Moraes, *História de Goiás*, 2008.

efêmera, contribuiu, de certa forma, para o início da disseminação dos ideais republicanos na província.

Goiás contava com os seguintes jornais locais: *A Tribuna Livre* (1878 até 1884); *O Publicador Goyano* (1885 até 1889) e *O Brasil Federal* (1887). Todos apresentavam compromisso em divulgar ideais abolicionistas, liberdade de ensino e religião, eleições democráticas, entre outras.

O jornal *O Brasil Federal* (1887), dirigido por Guimarães Natal, um republicano convicto, não conseguiu expressividade ao divulgar os ideais e o pensamento republicano, que em Goiás ainda não tinha sido assimilado pela elite política. Embora existisse em Goiás o clube republicano, na “capital da província podiam ser encontrados no máximo 20 republicanos históricos” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 125). Com a Proclamação da República, não houve mudanças políticas significativas em Goiás, exatamente pelo fato da maioria dos políticos goianos serem adeptos do regime monárquico, garantindo, desta forma, a continuação da “ordem política”. Porém, isso não foi o bastante para evitar que no final do século XIX se iniciasse um período de lutas por poder político em Goiás.

No início da mudança do regime político, devido ao fato da aproximação de parentesco entre Guimarães Natal, que era cunhado dos Bulhões, as lideranças mantiveram a expressividade nos mesmos grupos políticos, pois os Bulhões “continuaram donos do poder, como na fase em que ascenderam os liberais na esfera nacional, só que agora com maior poder de mando, graças à autonomia do Estado, oferecida pelo novo regime [...]” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 126).

A mudança de regime monárquico para republicano, para Palacin e Moraes (2008), foi notável apenas nas questões políticas administrativas, sendo que os fatores sociais, econômicos e culturais sofreram poucas mudanças. Ou seja, a elite dominante permaneceu e os afrodescendentes continuaram flutuantes, engrossando cada vez mais a massa da marginalidade social, com algumas exceções dos que conseguiram ascensão socioeconômica.

Politicamente, somando-se à crise econômica que arrolava em Goiás, o qual ainda estava se firmando na agropecuária, inicia um período de crise política, representada nas brigas dos poderes Executivo e Legislativo, onde cada grupo lutava pela sua manutenção no poder. A briga entre as famílias dos Bulhões, dos Fleury e dos Caiados se estendeu por um longo período, acrescida da “crise da Constituição. Goiás teve duas constituições, a dos Bulhões e a dos Fleury”

(PALACIN E MORAES, 2008, p. 129). As divergências políticas continuaram e os representantes políticos goianos mantiveram a luta e a defesa dos seus interesses pessoais e políticos, deixando à margem os afrodescendentes livres, sem muitas alternativas de trabalho, diante da ausência de políticas públicas voltadas para a inserção social dos mesmos.

2.3 O Papel da imprensa na Província de Goiás

Na província de Goiás no século XIX, as elites e a sociedade goiana, embora distantes dos grandes centros litorâneos, não estavam alheias às novidades que chegavam de fora e da Corte, especialmente no campo das ideias e concepções acerca do abolicionismo, liberalismo e republicanism. Essas ideias foram noticiadas na Província pelos viajantes, através de livros, pelos estudantes e pela imprensa que tratava de divulgar os acontecimentos e debates políticos ocorridos nas Câmaras e Assembleia Provincial. Os jornais *A Tribuna Livre*, *O Publicador Goyano* e *Goyaz: Órgão do Partido Liberal* foram responsáveis pela disseminação das ideias políticas e sociais em Goiás e na Província.

Enquanto instrumento de comunicação, os jornais assumiam um papel preponderante na disseminação das ideias e, como “importantes produtores de formações discursivas dominantes que perpassam o imaginário social” (LEÃO, 2013, p. 18), cuidavam de divulgar os fatos e retratar a realidade na Província e os acontecimentos locais de acordo com os interesses da elite política goiana. Como exceção, o jornal *O Publicador Goyano*, que divulgava com mais frequência os assuntos de interesse da elite, também apresentava notícias de acontecimentos ligados aos escravizados. Por exemplo, em defesa de políticas públicas para a sociedade e sobre a abolição. O jornal mostrava até mesmo a rivalidade existente entre os dois grupos políticos presentes na Província, que eram o partido Conservador e o Partido Liberal, inclusive procurando deixar claro no artigo o quanto a rivalidade entre os grupos políticos atrapalhava não somente o processo de abolição da escravidão em Goiás, mas também o processo de libertação de Goiás do Império.

O nosso regime Legislativo subordinado a essas circunstancias não pode ser de vantagem para o paiz, cujo destino depende do patriotismo de seus representantes, que devem extinguir a escravidão, facilitar a emigração, como finalmente tratar da realização das grandes reformas que a sociedade reclama [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, n. 99).

Embora existissem outros meios de comunicação social na Província, vou me ater somente na mídia impressa, com atenção especial aos jornais *A Tribuna Livre*⁷ e *O Publicador Goyano*⁸, ambos abolicionistas, com tendência liberal. Seus procedimentos eram parecidos aos jornais dos grandes centros, com relação ao trabalho de convencimento e envolvimento da sociedade goiana na luta abolicionista. Para isso, enfatizavam o caráter da importância da liberdade para a Província.

A imprensa, por meio dos jornais, atua dentro da lógica fundamentada nos acontecimentos e assuntos pertinentes à sociedade, abordando os argumentos da comunicação com objetivos específicos e, de forma intencional, “produz a cristalização e difusão de padrões éticos, normas de conduta, padrões ideológicos, linguísticos e imaginários que contribuem para a falta de reflexão” (LEÃO, 2013, p. 25). Os dois jornais aqui citados, de certa forma, mantinham um esforço no sentido de provocar reflexões e chamar a atenção da sociedade local para a atuação política e as questões sociais referentes à Província, tal como observamos em um artigo do *Jornal A Tribuna Livre* de 1880, ao fazer referência à criação da Guarda Nacional:

[...] o que hoje está mais que provado é que o resultado d'essa política foi a supressão do elemento democratico de nossa constituição; foi a corrupção política dos partidos, obrigados à se apegarem à machina official, organizada no intuito de burlar a opinião publica, na governancia do estado; foi a degradação moral e politica do povo brasileiro [sic] (*A TRIBUNA LIVRE*, 1880, n. 5).

Os problemas políticos e sociais eram noticiados de forma clara, numa linguagem formal acessível aos leitores. O jornal retratava a sociedade e polemizava as iniciativas do governo imperial, que na maioria das vezes agia sem a participação da sociedade local. Percebe-se o descontentamento dos representantes políticos e sociais da Província, explicitado nos artigos dos jornais, os quais, utilizados como ferramenta de poder e como estratégia discursiva para atrair o público leitor, divulgavam o cotidiano social e político. Esse tipo de comunicação estava atenta aos

⁷ Jornal local, *A Tribuna Livre – Órgão do Club Liberal de Goyaz*, fundado em 20 de fevereiro de 1878, com sede em Goiás, de propriedade de diversos, com tiragem semanal, publicado e distribuído pelo próprio jornal; lido essencialmente por intelectuais, políticos e alguns proprietários de escravizados. Era conhecido por fazer abordagens políticas em suas reportagens, mas também existiam outras quatro seções – comércio, arte, literatura e ciência miscelânea, além dos anúncios.

⁸ Jornal local, *O Publicador Goyano*, com sede em Goiás, com tendência liberal, fundado em 18 de dezembro de 1885, com tiragem uma vez por semana, o 1º exemplar é de 25 de fevereiro de 1885. Composto de quatro páginas, tinha como editor o abolicionista e liberal José do Patrocínio Marques Tocantins. Por ser afrodescendente e assumir uma postura declarada a favor da abolição, percebe que ele utilizava diversas estratégias ao abordar o assunto sobre *abolição*. Tudo indica que era para proteger o jornal, uma vez que era também um dos proprietários.

anseios e à subjetividade do leitor, ao se identificar de forma individual com as notícias, ao mesmo tempo que propiciava o fortalecimento dos pares, na defesa de interesses afins.

No jornal *A Tribuna Livre*, a redação ficava a cargo de “diversos”, porém, uma das referências na redação era o Senhor Felix Bulhões; um dos sócios proprietários e fundador do jornal. As matérias ou notícias nem sempre eram assinadas e isso dificulta a identificação, a qual acabava ficando atrelada ao contexto do jornal.

Felix Bulhões, era o redator e tinha como editor José do Patrocínio Marques Tocantins, liberal e abolicionista, amigo de Rui Barbosa e do abolicionista carioca José do Patrocínio. [...] Dentre seus objetivos visavam “esclarecer a opinião com independência, condenar ou apontar os erros das “autoridades que transgridem” os seus deveres [sic] (SANT’ANNA, 2005, p. 94).

Como assinala Thiago Sant’anna (2005), o texto acima, além de evidenciar o objetivo do jornal, mostra a ligação do abolicionista goiano José do Patrocínio Marques Tocantins, a outros abolicionistas de outras regiões dos grandes centros percursores de ideais abolicionistas, como é o caso do José do Patrocínio do Rio de Janeiro e Rui Barbosa de Salvador. Eles mantinham ligação de interesse profissional e intelectual ao divulgarem as ações desenvolvidas em favor da abolição nos jornais de Goiás, por exemplo. Esse fato é a evidência de que os abolicionistas de Goiás não estavam sozinhos e nem isolados, pelo contrário, mantinham relações e trocas de experiências com outras regiões.

O jornal o *Publicador Goyano* (1885), intitulado como órgão de interesse do povo, de propriedade de Tocantins e Aranha, disseminavam ideias sociais e políticas, conforme nota-se na apresentação do objetivo, publicada na primeira página de inauguração do jornal.

Este modesto periódico tem por fim servir de órgão a todas as pessoas que tiverem necessidade de recorrer à imprensa, contanto que se exprimão em linguagem decente. O nosso redator é o povo e o nosso objetivo é o bem publico [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, n. 1).

Na apresentação dos objetivos do jornal, nota-se uma preocupação da equipe editorial em estabelecer uma relação próxima ao leitor, identificado nas diversas camadas sociais. As evidências, como a limitação dos textos e a exigência de uma “linguagem decente”, permitem perceber que essas diversas camadas sociais, de alguma forma, faziam parte da elite goiana, levando-se em consideração que nem

sempre “todas as pessoas que tiverem necessidade de recorrer à imprensa” tinham facilidade de expressão ou domínio na escrita, conforme a exigência. Ou seja, embora o jornal se apresente como popular, há indícios de que não conseguia atender todas as camadas sociais, como se propunha, mantendo-se na subserviência da elite social letrada.

A proposta de publicação de notícias com assuntos atrativos e correspondentes aos desejos e anseios do leitor era uma das formas de garantir a produção com consenso e consumo. Os discursos significativos, construídos por meio de textos, eram a representação simbólica das imagens identificadas e correlatas à realidade social e política do cotidiano dos provincianos leitores. Tais discursos também consistiam em uma forma de manutenção dos jornais

Os jornais *A Tribuna Livre* e *O Publicador Goyano* apresentam uma diagramação composta na sua maioria de textos, com algumas exceções de imagens de anúncios, publicados com o objetivo de confirmar algum fato determinado como “verdade” e para fixar a atenção do público leitor. O primeiro, composto por quatro páginas, com três colunas cada uma, onde as notícias eram divulgadas de forma diversificada, não apresentava um modelo/padrão específico e/ou preferencial para as notícias. Há certa preferência nas primeiras páginas para os assuntos políticos, porém, não é uma regra, confirmando o propósito do jornal que se identifica mais com os assuntos de cunho políticos de forma geral.

O artigo da primeira página, na segunda coluna, oticamente bem posicionado, divulga uma matéria com o título: “O PROJETO DO DR. DEPUTADO BULHOES”, no qual o Deputado propõe a abolição imediata.

Dos seus projetos a respeito do elemento servil, o mais radical nos seus efeitos, como também o mais razoável, pratico e suave pelos meios, é incontestavelmente o que apresentou segunda feira, na câmara temporária, o Sr. Bulhões Jardim, deputado pela província de Goyaz. [...] neste ponto de vista ao projeto apresentado faz jus aos maiores elogios, pois que transforma de repente o escravizado em homem livre, e com um traço de penna faz desaparecer a mancha negra que offusca a civilização moderna [sic] (A TRIBUNA LIVRE, 1888, n. 344).

A princípio, e de acordo com o início da redação do artigo, é produzido um discurso de apoio ao projeto apresentado pelo deputado na câmara temporária, com propostas para a efetivação da abolição. Porém, ao dar prosseguimento à leitura do artigo, percebemos não ser exatamente o que se propõe. Por isso é necessária certa atenção até o final na proposta do Projeto. Conforme confere nos artigos 1º e

2º, do referido projeto: "Pelo art. 1º do projecto, os escravizados existentes no Império ficão livres na data da promulgação da lei; mas pelo art. 2º estes libertos são obrigados a prestação de serviços aos seus ex-senhores durante o prazo de seis anos [sic]" (A TRIBUNA LIVRE, 1888, n. 344).



Figura 2: Primeira página do Jornal A Tribuna Livre, Anno VI, n.344, Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital

São muitas informações, e todas de suma importância para entender a dinâmica e o interesse de manipulação da massa, no conteúdo da matéria. Ou seja, defende-se a abolição imediata. Em seguida, é evidenciada as vantagens dispensadas aos proprietários/as, que foram os maiores beneficiados. Esse jogo de informações facilitava a aprovação do projeto e garantia o apoio político dos mesmos.

Na diagramação do jornal *O Publicador Goyano*, o maior interesse está voltado para os assuntos políticos e econômicos, com participação de publicação dos leitores e sociedade civil “organizada” de forma geral. O jornal era composto por quatro páginas. As matérias distribuídas em páginas com quatro colunas e diversas seções: política, comércio, artes, literatura miscelânea, ciência uniscelânea e os anúncios. Em relação aos anúncios, observa-se o interesse do Jornal em sempre divulgar algum tipo de comércio ou indústria existente na Província.

Na seção livre do Jornal *O Publicador Goyano*, nota-se uma variedade de notícias, conforme podemos observar em anexo, desde divulgação de benfeitorias executadas na região, divulgação e convite para festas religiosas, concertos, quermesses, entre outros. Há também críticas de grupos políticos opostos e fazendeiros, como por exemplo, o recado publicado do Sr. Jordão, um fazendeiro da região de Jaraguá, enviado ao jornal com a data de 14 de fevereiro de 1887, ao reportar ao redator e demonstrar seu tom ameaçador aos grupos conservadores da Província.

Senhor redator, - Não sei em que se fundão certos conservadores d'aquí, [...]. Não se vê de certo tempo a essa parte, em nosso bom lugar senão enredos, enredo estes que muitas vezes causão damno a sociedade, não digo todos os conservadores, mesmo no meio deles tem alguns que seria bom retirar pois nem ao menos para honrar o título de homem servem. Espero Sr., ocasião mais oportuna que talvez veja-me na dura realidade de publicar documentos que talvez offenda alguns que comigo bole. Ou calemse, ou si não, verão (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, n. 104).

Embora haja exigências de “linguagem decente” para publicação no jornal, percebe-se algumas exceções, pois esse tipo de publicação revela a concretização do objetivo proposto pelo jornal que era servir ao povo e ao bem público.



Figura 3: Quarta página do Jornal O Publicador Goyano, Anno II, n.104, Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital

Por se tratar de um período que antecede a legalização da abolição da escravidão, em quase todos exemplares do jornal O Publicador Goyano analisados, nos anos de 1888 e 1889, divulgava-se um artigo fazendo referência à escravidão como algo que estava “manchando” o País, seguida da visão humanitária que

aumentava gradativamente os discursos sobre esse assunto, para justificar a necessidade do combate à escravidão e a importância e as vantagens econômicas e humanas da abolição. O jornal se colocava abertamente na divulgação da abolição, enquanto durasse a escravização de pessoas na Província. Entretanto, também buscou deixar claro que a iniciativa estava de acordo com a ideia “humanitária” disseminada por toda a Província: “De acordo com a idéia humanitaria d’O Paíz, estará aberta n’esta redação -- uma subscrição para a libertação dos escravizados, enquanto durar entre nós a negra nodoa da escravidão [sic]” (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, n. 102).

Quando foi oficialmente legalizada a abolição, por meio da Lei n. 3353, no dia 13 de maio de 1888, o jornal *O Publicador Goyano* divulgou na íntegra o teor da Lei, na tiragem n. 172, publicada no dia 09 de junho de 1888. Em um artigo na terceira página, Floriano Florambel apresenta homenagens ao povo goiano, demonstra gratidão ao fazer memória do primeiro aniversário de falecimento do Dr. Felix Bulhões, ao qual fez referência como “aboliconista goyano”, e lamenta a ausência do amigo nas comemorações. E conclui o artigo com o seguinte teor:

Enviando um abraço a todos os aboliconistas, da cidade querida onde nasci, concludo essas linhas vivamente emocionado ainda pelo entusiasmo e alegria que esse grande facto veio trazer ao meu coração de goyano entristecido com a contemplação da decadencia da sua desgraçada província! [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, 1888, n. 172).

Os jornais *A Tribuna Livre* e *O Publicador Goyano*, no final do século XIX, assumiram de forma eficaz a função de transformar os acontecimentos em realidade factual, produzir e disseminar ideais políticos e socioculturais na província de Goiás. Cumpriram o papel de promotores de discursividades formadoras e interpeladoras da opinião pública. E contribuíram significativamente para a disseminação dos ideais aboliconistas, liberalistas e republicanos, bem como facilitaram nas articulações das sociedades aboliconistas em prol da liberdade.

Capítulo 3 – Um homem afrodescendente em Goiás: memória de lutas e desafios

Reconhecendo a contribuição do afrodescendente, enquanto sujeito histórico, na formação econômica, política e cultural da sociedade goiana, apresento, a partir de estudos referentes às contradições sociais e políticas que ocorriam na Província de Goiás da segunda metade do Século XIX, como eram estabelecidas as relações entre a sociedade afrodescendente e a elite dominante.

Neste capítulo, de forma específica, abordo a realidade sociopolítica e cultural de Goiás, por meio da participação dos afrodescendentes enquanto agentes históricos. Através de uma investigação histórica, situada no tempo, enfoco as ações de José do Patrocínio Marques Tocantins, bem como sua contribuição sociocultural para a sociedade goiana.

A luta diária pela existência e conquista de sociabilidade era uma constante enfrentada por José do Patrocínio, assim como por outros afrodescendentes habitantes de Goiás e da província de Goiás, no século XIX, conforme é possível notar nos registros deixados por ele nos jornais da época, dos quais fazia parte da equipe editora e redatora. Inclusive foi sócio proprietário do jornal *O Publicador Goyano*, conforme já explicitado no segundo capítulo.

O presente capítulo analisará a experiência cotidiana desse personagem, procurando evidenciar a trajetória histórica dele; seu acesso ao mundo dos intelectuais; seu papel desempenhado no meio das elites políticas e em defesa de grupos “minoritários”, embora quantitativamente bem superiores, os escravizados, ex-escravizados e outras pessoas em situação de exclusão. Para isso, José do Patrocínio se colocava no “entre-lugar”, provavelmente como estratégia para aproveitar o espaço sociocultural conquistado por meio dos jornais e da música.

3.1 José do Patrocínio Marques Tocantins: Músico, Jornalista e Abolicionista goiano

AULA DE MÚSICA.— Esta obrigação, iniciada pelo professor avulso o Sr. Tocantins, sobre ser altamente liberal, por produzir quasi os mesmos resultados de um systema mixto, é um acto de justiceira recompensa à applicação do belo sexo da nossa capital, que é extremamente dedicado à instrução e especialmente ao ramo musical.

[...] Cabe a glória do desenvolvimento d'esse gosto musical ao dito Sr. Tocantins, que levava frequentemente aos coros das igrejas, com a orchesira Phil'harmonica, as suas primeira discípulas, que hoje já são distintas amadoras (A TRIBUNA LIVRE, 1881, n. 51).

No dia 11 de agosto de 1889, o jornal *O Publicador Goyano* divulgava o falecimento do jornalista José do Patrocínio Marques Tocantins, um dos sócios da tipografia e redator chefe desse jornal; afrodescendente goiano, que faleceu aos 45 anos de idade. “No dia 7 do corrente, às 10 horas da noite, recebida a extrema unção ministrada pelo Sr. Ex.º o reverendo St. Bispo diocesano cessou de viver o redactor-chefe desta folha [sic]” (O PUBLICADOR GOYANO, 1889, n. 232, p. 1). Sua trajetória de vida foi marcada por fatos e acontecimentos políticos e sociais, permeada de conflitos, oriundos das modificações que estavam ocorrendo nas estruturas econômicas e sociais no País e na Província, na segunda metade do século XIX.

Durante sua atuação profissional foi professor de música e músico; na comunicação local e da Província, foi redator e editor nos jornais *A Tribuna Livre* e *O Publicador Goyano*. Por meio deste instrumento de comunicação de massa, disseminou ideal abolicionista e republicano na província, conforme discutido anteriormente. Considerado pela sociedade política local, e de outras províncias, abolicionista goiano. Graduado em Mineralogia e proprietário em sociedade de uma indústria de papel.

A vida de estudante no Rio de Janeiro possibilitou sua aproximação com outros profissionais da área do jornalismo, de ideais abolicionistas, como é o caso do jornalista carioca José do Patrocínio e o baiano Rui Barbosa. Iniciou sua trajetória profissional ainda muito cedo, conforme nos mostra o jornal *O Publicador Goyano*:

Não será supérfluo dizer algumas palavras a respeito deste homem que foi o trabalho personificado: Nasceu em Goyaz no dia 12 de Outubro de 1844, de paes pobres e sem prestigio na sociedade. Aos 9 anos se fez adepto de Gutemberg e desde esse dia nunca deixou de trabalhar como typografho. Não tinha completado 20 annos e já fundava em Goyaz a primeira banda de música da Guarda Nacional da qual foi professor por muito tempo [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, 1889, n. 232, p. 1).

Essas informações foram essenciais para re (escrever) a história sociocultural e política de José do Patrocínio Marques Tocantins, sujeito histórico apresentado pelo jornal *O Publicador Goyano* como filho de pais pobres e sem prestígio social, sendo

essa expressão utilizada para justificar que os pais não possuíam recursos financeiros. Isso revela sua condição social, especialmente na fase da infância e adolescência, onde o prestígio social na Província estava intimamente ligado às questões econômicas e ao pigmento da pele, sendo este um dos fatores determinantes para a ascensão de qualquer cidadão neste período. Conforme Lenke, “João Pedro da Cunha era casado com mulata em segundo grau. Por conta desse casamento, os camaristas, fundamentados do Estatuto de Pureza de Sangue, o impediram de assumir o cargo, causando revolta entre os oficiais pardos” (2012, p. 180). Nesse caso, o homem apenas uniu-se em matrimônio com uma “mulata” e, por isso, sofreu as consequências, diante de uma sociedade que se pensava branca, como já foi mencionado anteriormente. Imagine-se quando se tratava de um cidadão afrodescendente? Os quesitos para a ascensão eram ainda mais exigentes e é esta sociedade que José do Patrocínio enfrentou durante a conquista de seus espaços sociais.

Para compreender sua ascensão, foi necessário obter conhecimento das circunstâncias favoráveis à sua atuação, as condições de suas práticas e como as mesmas eram desenvolvidas, bem como reconhecer suas estratégias utilizadas para a superação das questões, determinadas pela conjuntura política do Império, que não reconhecia o afrodescendente como sujeito histórico por questões ideológicas, raciais e culturais.

Tendo em vista as transformações histórico-sociais, que ocorreram nas últimas décadas do século XIX e de certa forma modificaram a estrutura e o funcionamento das sociedades, percebe-se, porém, que as relações raciais herdadas do antigo regime não foram afetadas. Para Fernandes (2008), tanto a capital do Império quanto as Províncias estavam vivendo o dilema de absorção da população afrodescendente que, na sua maioria, vivia numa situação social de desalento, habitando de forma precária e desumana. Somando-se a isso, havia o dilema do “preconceito de cor”, que perdurava na associação entre a posição social insignificante e a cor, a qual contribuía para a exclusão do afrodescendente da condição humana.

José do Patrocínio foi contemporâneo a esta realidade, porém, sua atuação ocorreu de forma diferenciada desde a infância, ao aproveitar as oportunidades a ele conferidas e, com certeza, criar várias outras para conquistar o mérito de ascensão sociocultural. Sua história, escrita por alguns historiadores goianos, chega até nós de forma fragmentada e, às vezes, com informações divergentes, como é o caso da data de nascimento e falecimento.

Segundo Mendonça (1981), José do Patrocínio nasceu em 1851, sendo seu óbito em 1891. Entretanto, conforme a certidão de óbito, registrada em 1889, no livro 5, folha 13, do arquivo da Diocese de Goiás Dom Tomaz Baldoíno, ele nasceu em Goiás 1844 e veio a óbito também em Goiás, no dia 07 de agosto de 1889. Inclusive a certidão afirma que o mesmo tinha a idade de 45 anos, no momento do seu falecimento. Diante do fato de não ter tido acesso ao seu batismo, as informações obtidas na certidão de óbito foram suficientes para confirmação dos dados apresentados pelo jornal e pela certidão de óbito.

Para (re) construir a trajetória de vida de José do Patrocínio Marques Tocantins é necessário, primeiro, reconhecê-lo enquanto sujeito histórico, tendo em vista que “representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social” (JODELET, 2001, p. 21). Esses fenômenos complexos possibilitam ao historiador (a), por meio das fontes, dos acontecimentos e fatos, re (produzir) a imagem, na perspectiva de representar a história de vida ou acontecimentos de indivíduos ou grupos sociais. Como os acontecimentos foram elaborados por homens do passado, é necessário “entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações” (PESAVENTO, 2005, p. 42). Representações se referem à reconstrução da apresentação do sujeito encontrada nos documentos, nos registros e por meio das narrativas históricas.

Perceber e reconhecer a importância da representação do indivíduo ou de grupos sociais, no seu meio de atuação, possibilita o reconhecimento de indivíduos ou objetos, no seu espaço e tempo, da mesma forma que contribui para a difusão de imagens, as quais serão assimiladas e até mesmo internalizadas como verdades. De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais corroboram para interpretar e pensar a realidade cotidiana, ou seja, por meio de elaboração cognitiva e simbólica das ações desenvolvidas pelo indivíduo ou pelos grupos, pode-se fixar comunicações entre objetos, eventos ou situações. Assim sendo:

As representações sociais são fenômenos complexos e em ação na vida social. [...] descobrimos diversos elementos (alguns às vezes, estudados de modo isolado) [...]. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. É esta totalidade significativa que, em relação com a ação, encontra-se o centro da investigação científica [...] (JODELET, 2001, p. 21).

Para a autora, representação é a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, sendo sempre representada alguma coisa de alguém. A

representação tem a capacidade de estabelecer a relação entre o mundo e as coisas. Nessa perspectiva, farei aqui abordagens pertinentes sobre personagens históricos que vivenciaram as dores e os sabores de uma sociedade em metamorfose, observando as “representações biológicas correspondentes a saberes enterrados na memória social” (JODELET, 2005, p. 20).

Nas imagens construídas sobre o afrodescendente, na província de Goiás, no século XIX, eles são ofuscados e invisibilizados na figura dos escravizados, sem ação e sem voz. E, é exatamente o oposto a essa postura a minha proposta neste capítulo. Busco reconhecer o homem e a mulher afrodescendente enquanto sujeitos de suas próprias histórias e agentes de mudanças.

Segundo as informações do jornal *O Publicador Goyano* (1889), José do Patrocínio Marques Tocantins nasceu na cidade de Goiás em 12 de outubro de 1844, filho de Ana Marques do Espírito Santo e Francisco Marques. Os pais, por questões econômicas e étnicas, não tinham prestígio social. A mãe era “filha da obscuridade, viúva pobre, passou os 30 anos da viuvez em contínuos e duros trabalhos” (RODRIGUES, 1982 p. 36), para sustentar os filhos e educá-los para a vida. Conforme Silvério (2012)⁹, Francisco Marques, o pai de José do Patrocínio, recebeu a carta de alforria dias antes do nascimento do filho e poucos dias após veio a óbito, vítima de uma doença fatal. De acordo com os jornais, José do Patrocínio sofria de diabetes, a mesma doença que levou a óbito o seu pai.

O fato de ser oriundo de família com poucos recursos financeiros não impediu que sua trajetória de vida fosse marcada por várias experiências profissionais. Para Souza:

José do Patrocínio Marques Tocantins foi uma das figuras mais ilustres da Cidade de Goiás no campo do jornalismo, da música e da mineralogia. [...] amigo de Rui Barbosa e outros expoentes da abolição, imbuíu-se na Corte dos ideais abolicionistas e republicanos, os quais defendeu por toda a sua vida. Estudioso e poliglota [...] (SOUZA, 2007, p. 310).

Na documentação consultada, não consta nada a respeito do início de sua escolaridade. A ausência de documentos dificultou uma conclusão mais precisa sobre esse assunto. Acredita-se que ele era autodidata, ou seja, aprendeu a

⁹ Informação encontrada em: SILVÉRIO, Ismael Rodrigues. A trajetória artística de José Do Patrocínio Marques Tocantins: Um estudo sobre a Arte, Etnia e Poder Na Cidade de Goiás Entre 1844 À 1889. Monografia apresentada no curso de Licenciatura de História, na UEG – Unidade de Jussara –Go.

codificar as letras e gradativamente foi-se alfabetizando, conforme ia praticando como aprendiz na tipografia. Tendo em vista que a educação primária em Goiás era elitizada, com um custo considerável, não é fácil imaginar essa realidade. No entanto, as evidências das práticas de seu cotidiano é que levam a essa hipótese.

Iniciou uma de suas carreiras profissionais ainda na infância, pois com apenas nove anos de idade, prestava serviço como ajudante na tipografia¹⁰ do jornal *O Tocantins*; esse jornal circulou na Província de 1852 a 1855 e seus artigos eram destinados à divulgação dos atos oficiais da Província. A sede era em Goiás, local onde José do Patrocínio aos poucos foi de alguma maneira estabelecendo relação com os diversos grupos sociais ligados à Tipografia. “Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real” (PESAVENTO, 2005, p. 47). Certamente, José do Patrocínio soube administrar os sonhos com objetivos propostos, no sentido de mudar o curso da sua realidade, focado na superação da situação vivida pela maioria dos afrodescendentes goianos, inclusive de seus pais. Como mostra o jornal, a vida dele não foi nada fácil.

É assim que lutando com mil dificuldades, às vezes superiores às suas forças e firme em sua vontade de ferro, José Marques de dia à dia, ia bebendo novos conhecimentos, com a soffreguidão de quem tinha ardente desejo de um dia poder ser útil à sua pátria, pugnando elos interesses dessa na imprensa – o maior e mais glorioso elemento de que o homem pode lançar mão para a consecução dos seus mais nobres intentos. A sua vocação era a imprensa: para ella nascera [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, 1889, N. 232, p. 2).

Palacin e Moraes (2008) afirmam sobre a ausência de instrução pública em Goiás, no início do século XIX. Percebe-se que, embora em 1827 tenha sido instituída a lei do ensino mútuo para todo Brasil, existiam apenas oito professores no final do século XVIII para toda a população que na época somava de 50.574 habitantes. Não é difícil concluir o quantitativo de déficit na Província, diante da insuficiência de professores no Império.

Bretas (1991) nos mostra que em 1835 já havia preocupação da elite política em investir na instrução primária, pois se enxergava na educação a mola propulsora

¹⁰A existência de uma Tipografia em Goiás em 1852 significava inovação para a Província, além de representar um veículo de comunicação significativo na disseminação de ideias no período. Uma vez que na maioria das províncias do interior não existia esse tipo de recurso de comunicação, trabalhar em uma empresa dessas, na capital da Província, também era um privilégio. Além de utilizar um quantitativo pequeno de mão de obra, era um serviço considerado intelectual, portanto, destinado aos intelectuais da elite social.

da prosperidade para as nações. A Lei n.13 de 23 de julho regulamenta na província de Goiás a instrução pública e, segundo o seu regulamento, somente pessoas livres podiam se matricular.

Em Goiás, “o ensino secundário passou a dar os seus primeiros passos com a criação do Liceu de Goiás, em 1846” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 111). Atendia-se poucas turmas, enfrentando o déficit de professores (as) capacitados (as) para a função. Bretas (1991) confirma a falta de profissionais qualificados para assumirem as cadeiras disponíveis, em especial para as disciplinas de línguas estrangeiras, como francês e inglês. Tendo em vista que as línguas estrangeiras eram mais valorizadas que o ensino da língua nacional:

[...] em vários liceus de outras províncias tinham, nos seus planos de estudos, uma cadeira especial para o ensino de Língua Nacional. Em outros, como no caso do Liceu goiano, o estudo de Língua Nacional era confiado à cadeira de Latim, e subsidiariamente à cadeira de Francês (BRETAS, 1991, p. 296).

Devido ao alto custo, educação primária e secundária era acessível somente aos filhos e filhas da sociedade de posses, que ainda poderiam optar por contratar um professor particular para ensinar os/as filhos/as em casa. Neste contexto, os filhos da população afrodescendente ficou à deriva, por não possuírem condições financeiras suficientes para bancar os filhos nas escolas existentes na Vila. Entretanto, ocorreram mudanças a partir de 1861, quando “José Martins Pereira de Alencastre (1861-1862) sancionou a lei que tornou obrigatória a instrução primária na Província” (RODRIGUES, 1982, p. 33)

Na segunda metade do século XIX, nota-se também a preocupação das famílias e do Estado com a educação feminina. Para Thiago Sant’Anna (2003), a sociedade buscava na escolarização viabilizar o projeto da “modernização”, tendo em vista que o acesso à “cultura civilizada” e à instrução é também uma forma de combater a ignorância e irracionalidade. Investindo em ensino, “a província de Goiás demonstrava, deste modo, estar inserida no projeto de modernização na medida em que se preocupava com a instrução da população” (SANT’ANNA, 2003, p. 4). Neste caso, a educação feminina agregava valores e significados ligados à formação moral, familiar e de obediência. Segundo Sant’Anna,

o lar e a escola para as mulheres, além de fases de transição, apresentavam uma relação recíproca, uma vez que após a sucessão da educação do lar para a escola, esta, por sua vez, moldava um indivíduo comprometido com a sua “missão no lar (2003, p. 3).

Essa prática discursiva culminou na inserção de meninas nas redes de poder e na construção desigual e hierarquizada do gênero feminino. Não é meu objetivo discutir a educação feminina, estou apenas evidenciando, de forma bem sucinta, o interesse pela formação educacional da mulher, com objetivos bem específicos. Percebe-se que as mulheres da província de Goiás souberam gerenciar o conhecimento adquirido na ampliação de espaços de sociabilidade, dentro e fora do lar.

Tendo em vista as condições financeiras da mãe de José do Patrocínio, tornava-se inviável a contratação de um professor. As evidências para isso são, primeiro, a constatação de que sua família era desprovida de recursos financeiros e, segundo, o fato de que ele ainda na infância já estava na lida prestando serviço; mesmo como aprendiz, isso limitava o tempo e as condições para dedicar-se ao estudo. Pelas evidências dos fatos, foi possível concluir que ele aprendeu tudo a seu modo, sem frequentar legalmente uma escola, durante a alfabetização e primeiros anos de escolarização.

Palacin e Moraes (2008) me chamaram a atenção ao afirmar o interesse dos Bulhões em contribuir com a escolarização de afrodescendentes: “[...] Em 1885, fundou o jornal *O Libertador*, que teve como principais objetivos libertar, integrar e educar o negro no contexto social” (PALACIN E MORAES, 2008, p. 122). Este registro evidencia também o interesse dos Bulhões pela arte da escrita e sua ligação próxima com a tipografia; por isso, imagina-se que havia certa ligação entre José do Patrocínio e Antônio Felix Bulhões, confirmada mais tarde, quando em 1880, José do Patrocínio trabalhou como redator do jornal *A Tribuna Livre*, em que Felix Bulhões era um dos proprietários. Todas essas informações nos levam a crer que os Bulhões contribuíram de alguma forma para a formação escolar e profissional dele, porém, não encontrei documentação que comprove essa afirmativa ou qualquer possibilidade de apadrinhamento à José do Patrocínio.

Entendo que sua ascensão foi por meio do seu esforço e mérito, até porque era incomum afrodescendentes que conseguiam prestígio serem apadrinhados por algum branco influente. Os apadrinhamentos eram mais comuns entre os brancos. Porém, não se pode negar os apoios a ele dispensados, como é o caso de sua mãe, de pessoas que acreditavam no seu potencial e de organizações como, por exemplo, o “Centro Goiano”, fundado por Henrique Silva em 1835 e que funcionou até 1935.

Criou no Rio o “Centro Goiano”, clube destinado a auxiliar os estudantes goianos em dificuldades financeiras que cursavam escola superior em diferentes faculdades do Rio de Janeiro. Na Capital de Goiás, o centro promovia quermesses e “siurées” para angariar subsídios que eram remetidos ao Rio (RODRIGUES, 1982, p. 37).

O Centro Goiano contribuiu com a escolarização de estudantes que, assim como José do Patrocínio, não possuíam recursos financeiros suficientes para se manterem estudando. Para Maria Augusta (1982), esse Centro foi de suma importância ao oportunizar jovens idealistas a concluírem a magistratura em Direito, Mineralogia, Matemática, Ciências físicas e Biológicas, entre outros. Na sua maioria, esses estudantes retornavam para a província, graduados e com novas ideias para serem disseminadas à população.

No caso do curso de Mineralogia, além de ser um curso de custo mais barato, era favorável, pois respondia à necessidade da Província. A presença de profissionais para analisar o minério extraído, embora estivesse com produção em baixa escala, era necessária, já que ainda existiam as minas e a extração de minérios na região da província de Goiás.

José do Patrocínio Marques Tocantins, por ser graduado em mineralogia, participou enquanto sujeito no campo produtivo da mineralogia, ao contribuir com a economia de Goiás, examinando os minérios extraídos na Província, os quais eram enviados posteriormente para a Corte e para o exterior. Para Chaul (1997), a Província até o século XIX, foi sustentada pela exploração das minas auríferas. Segundo Souza “[...] Tocantins destacou-se explorando as minas de ouro de “Barro Alto” e a de diamantes do ‘Rio Claro’, enviando constantemente amostras de minerais para o exterior” (SOUZA, 2007, p. 310). Nessa função assume cargo de relevância, para o qual era qualificado.

A realidade dele era bem diferente da realidade dos/as demais provincianos/as afrodescendentes, uma vez que a maioria não conseguia espaço em profissões específicas e/ou qualificadas, mesmo em regiões dos centros urbanos considerados desenvolvidos, como é o caso da região do Sudeste. Fernandes (2008) mostra um quadro de experiência profissional do afrodescendente marcado pela exclusão e desvalorização, ou seja, bem divergente da realidade profissional desempenhada por José do Patrocínio na província de Goiás.

Nas últimas décadas dos séculos XIX, com a abertura das estradas e o estabelecimento, mesmo que ainda lento, do comércio e da indústria na província de

Goiás, observa-se um maior número de estudantes goianos nas Faculdades de São Paulo e Rio de Janeiro, com exceção dos filhos dos senhores de posses, que estudavam em Universidades fora do País.

Nota-se que os jovens de baixa renda per capita enfrentaram desafios e dificuldades diante desse sistema (MARINHO, 2013). A herança colonial, rural e coronelista se mostrara um empecilho para o desenvolvimento do Estado Moderno, o qual deveria ser institucionalizado para possibilitar aos agentes econômicos (Estado Liberal) seu funcionamento de fato e de direito, mas também “dentro dos limites compatíveis com os objetivos superiores da justiça social e preservação da natureza (Estado Social). O resultado desse processo é o fato de que muitos brasileiros ainda continuam sem acesso à educação” (MARINHO, 2013, p. 209). Os desafios inerentes à educação nas últimas décadas do século XIX, portanto, perduram até a atualidade, somando-se aos novos desafios; de acordo com as necessidades e desenvolvimento socioculturais e intelectuais de cada região.

Em 1886, José do Patrocínio já havia se consagrado enquanto jornalista, inclusive já era co-proprietário e sócio fundador do jornal *O Publicador Goyano*. Encontrei nos registros do Museu das Bandeiras, um contrato de trabalho celebrado entre: contratantes e contratados, no qual José do Patrocínio juntamente com seus sócios realizaram a contratação de três pessoas para trabalharem na tipografia.

Lançamento de um contrato de locação de serviço de hum quê abaixo segue: Primeiro nós abaixo assignadas José do Patrocínio Marques Tocantins, Alexandre da Costa Vianna e Antonio Marques de Araujo Cunha, que em data deste celebrão o contrato de serviço com os senhores Adão & Francão para trabalharmos na Typographia de sua propriedade, montada no salão do theatro de São Joaquim, a saber: o primeiro assignado como impressão recebendo de sessenta mil por mês, e o segundo e terceiro como aprendizes recebendo aquantia mensal de cinco mil reis cada um:...

(Contrato, Livro nº 82, Museu das Bandeiras).

No dia 26 de novembro de 1866, ele, juntamente com seus sócios Alexandre da Costa Vianna e Antônio Martins de Araujo Cunha, procuraram o cartório local e fizeram um contrato de trabalho. A partir daquele momento, havia um trabalhador na função de impressão e os outros dois como aprendizes; todos com salário fixado de acordo com a função exercida. Este fato demonstra a superação e evidência das oportunidades conquistadas e/ou criadas pelos afrodescendentes na Província, embora na visão de Fernandes (2008), eles eram vistos de maneira desacreditada, como suspeitos, indolentes, desqualificados, entre outros; aos olhos da elite branca, é claro.

Ao que parece, o aproveitamento regular do negro e do mulato está sendo mais intenso na área dos serviços mais afetados pelo rápido crescimento urbano, onde há relativa escassez de trabalhadores qualificados, semiquilificados ou sem qualificação (FERNANDES, 1965, p. 109).

Fernandes também afirma que as maiores oportunidades para os negros e mulatos, nesse período, estavam na produção artesanal, fortalecendo a ideia da “representação como uma forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto” (JODELET, 2001, p. 27). Nesse caso, o sujeito simbolicamente não estava apto para desempenhar funções especializadas, restando, portanto, o trabalho manual em detrimento do esforço intelectual. José do Patrocínio representava a prova de que podia ser diferente, ao exercer diversas funções na província de Goiás e, por isso, suas ações precisam ser evidenciadas. Para o afrodescendente, não bastava ter conhecimento, era preciso também lutar para conquistar espaços onde pudesse mostrar sua capacidade e, o mais desafiante, manter-se em um meio simbolicamente reservado à sociedade branca.

Mesmo que as atenções estivessem voltadas para o desenvolvimento econômico, é importante observar que a província de Goiás, na segunda metade do século XIX, foi assinalada por avanços nas iniciativas culturais voltadas para perspectivas de desenvolvimento intelecto-social, como por exemplo: o surgimento de escolas, interesse pela música, expressões artísticas e corporais, surgimento do teatro e da imprensa escrita, entre outros. Essas iniciativas foram significativas na ampliação cultural da sociedade Goiana.

A instalação do Colégio Liceu em Goiás, conforme mostrei anteriormente, demonstrou avanço para o “progresso da sociedade” diante da importância que a elite goiana dava à educação, por acreditar que ela pudesse contribuir para o combate da ignorância, da letargia e da morosidade, por meio do desenvolvimento intelectual e formação moral da “sociedade”. A expectativa era manter a eficiência nas atividades sociais e políticas. No entendimento da elite goiana, era necessário adquirir conhecimento, com visão voltada para a elevação da sociedade goiana à “civilização”, contribuindo para modernização e desenvolvimento.

Outro marco importante para Goiás foi a criação do Gabinete Literário Goyano¹¹, fruto da organização social de homens, que se reuniram, se arranjaram de forma alternativa e angariaram fundos para a formação do gabinete literário. De

¹¹ Ver mais em RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. *A Modinha em Goiás de Goiás*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1982.

forma estratégica, cada um contribuía com quantias mensais fixas, para comprar e remontar livros e também para custear outras despesas extras necessárias ao Gabinete Literário Goyano. “Possuía uma importante biblioteca com obras nacionais e estrangeiras referentes não só a literatura, mas também a medicina, advocacia, botânica e outros assuntos” (RODRIGUES, 1982, p. 40). É interessante perceber a articulação, o empenho e as iniciativas da sociedade local, na criação de espaços considerados inovadores, com expectativa voltada para o crescimento intelectual e abertura para novas possibilidades.

Prova disso foi a inauguração do edifício do Teatro São Joaquim em 1857, por iniciativa de comerciantes da antiga capital de Goiás, os quais visavam torná-lo uma importante casa de espetáculos.

Construído pelo capitão Joaquim das Chagas Artiaga, em 1850, por ele, foi doado à Província em 1875 e demolido em 1928. Constituiu-se em importante centro de atividades artístico-culturais, tendo sido palco de movimento abolicionista e das comemorações republicanas (RODRIGUES, 1982, p. 38).

Durante mais ou menos uns 30 anos, o teatro foi palco para apresentações de diversificadas peças teatrais e musicais que contribuíram inevitavelmente para a formação artística daquela população. Foi também espaço de encontros políticos e de organizações sociais. Em especial, conforme já abordei nos capítulos anteriores, foi um espaço de encontro das organizações abolicionistas, das associações que realizavam quermesses para contribuir com as ações sociais existentes na capital da província.

A capital estava caminhando para o desenvolvimento proposto e esperado pela elite da Província, que era concretizar o projeto de “modernização” voltado para a formação cultural e instrução da população. A partir de 1871, há evidências desse plano nos discursos em defesa de instrução pública para a Província: “aos 27 de junho de 1871, o Inspetor Geral da Instrução Pública reclamava ao Palácio do Governo de Goyaz” e em “1880, o Cônego Joaquim de Azevedo afirma ter a Província 55, escolas públicas primárias distribuídas pelas 16 Comarcas da Província” (SANT’ANNA, 2003, p. 4). Embora o quantitativo de escolas fosse bastante insignificante se levarmos em conta a dimensão territorial da Província, é importante destacar a preocupação e a insistência da elite em instruir a população. A existência de escolas públicas significava a possibilidade de participação de

estudantes oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo. O ensino público em Goiás foi organizado em três modalidades:

O ensino primário (nas escolas primárias municipais e estaduais para a infância e nas escolas noturnas municipais para os adultos), o ensino normal (na Escola Nacional com o fim de preparar professores de ambos os sexos para as escolas primárias) e o ensino secundário (dado no Lyceu Goyano, depois anexo à Escola Normal e no Colégio Santana). Cada um destes estabelecimentos tinha um regulamento especial aprovado pelo Estado, ficando sujeitos a uma Diretoria Geral do Ensino do Estado. O ensino público era gratuito, com o ensino religioso facultativo nas escolas primárias (SANT'ANNA, 2003, p. 6).

Nos currículos do ensino secundário estava inclusa a aula de música, que era oferecida de forma regular nas escolas. As famílias com maior poder aquisitivo, contratavam professores particulares de música, para seus/as filhos/as. O incentivo artístico por parte das instituições de ensino e das famílias despertava cada vez mais adeptos pelo gosto musical e pela arte, os quais vão aparecer com maior expressão nas duas últimas décadas do século XIX. Esses intelectuais eram a representação materializada do desenvolvimento cultural; resultado de investimentos públicos e privados cujo objetivo foi, desde o início, aprimorar os ensinamentos de música e áreas afins, seguindo o exemplo das sociedades europeias. Até 1847, eram oferecidas as disciplinas Latim, Francês, Retórica e Poética, Metafísica, Ética, Geografia e Geometria. "Em 1848, é criada a aula de música anexada ao Liceu" (RODRIGUES, 1982, p. 33), para a satisfação dos anseios da elite goiana e profissionalização de muitos que, paulatinamente, foram se destacando e se aperfeiçoando na música.

Inicialmente, a atenção foi voltada para a música sacra, seguida da formação e estruturação das bandas de música até "a segunda metade do século XIX, que se constitui em período áureo das bandas de músicas" (SOUZA, 2007, p. 266). Afirma-se a existência de diversas Bandas de músicas em Goiás: Banda da Guarda Nacional – 1864; Banda do 20º Batalhão – 1879; Banda Policial – 1859; Banda de Música União Goyana – 1884; Banda do Quartel dos Menores e a Banda do Seminário da Santa Cruz; Sociedade Phil'harmônica – 1870¹².

¹²Ver: RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. *A Modinha em Goiás de Goiás*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1982.

Nessa época cada igreja possuía um mestre que compunha e dirigia seu coro e orquestra, havendo disputa e rivalidade entre elas, destacando-se os regentes: José do Patrocínio Marques Tocantins e José Iria X. Serradourada (Boa Morte), monsenhor Pedro Ribeiro da Silva (Rozário), Maria Nazaret Xavier Barros Azeredo (Marica), Angela Bulhões Natal, Adelaide Sócrates (1888-1935) voz admirável [...] (RODRIGUES, 1982, p. 52).

A música e a arte no geral foram gradativamente assumindo lugar de destaque na Província. Prova disso são os viajantes que, em 1824, já faziam referência à música em Goiás como algo importante e promissor, uma vez que visualizavam na música a perspectiva do progresso e desenvolvimento intelectual, na capital e nos arraiais. Segundo Rodrigues, “o ensino de musical tem como registro mais remoto a aula de música em 1832, por Silva e Souza” (1982, p. 61).

A divulgação de todos os eventos culturais, a partir de 1879, ficava a cargo dos jornais enquanto objetos de comunicação de massa. Assim, eles contribuíam para facilitar a comunicação e levar informações que interessavam a muitas famílias desejosas que seus/suas filhos/as recebessem a instrução de música.

Foi votado nessa sessão de assembleia provincial de 22 do corrente, a restauração de musica do Lyceu d’esta capital, [...] essa missão, iniciada pelo professor avulso o Sr. Tocantins, sobre ser altamente liberal, [...] que é extremamente dedicado à instrução e muito especialmente ao ramo musical [...] (A TRIBUNA LIVRE, 1881, n. 51).

Embora houvesse demanda de alunos/as para as aulas de música, o acesso era restrito, por questão financeira e por limitação de oferta de vagas, além da escassez de profissionais qualificados para a educação na Província, iniciada em 1788. Aos poucos, o contingente de mestres foi aumentando e, “nos anos seguintes, chegaram mais dois professores, sendo um de Retórica e outro de Latim. [...] excelente poeta lírico e satírico” (RODRIGUES, 1982, p. 31). A presença desses profissionais, na década de 1880, influenciou e contribuiu para despertar ainda mais habilidades profissionais nos músicos, poetas e poetisas goianas. E, também fomentou os cantos líricos, apresentações teatrais, saraus, entre outros eventos que aconteciam nas residências e no Teatro São Joaquim, em Goiás.

No final do século XIX, José do Patrocínio foi, aos poucos, se destacando e ocupando diversos espaços sociais durante sua trajetória. De acordo com o jornal *O Publicador Goyano*:

José do Patrocínio, não tinha ainda completado 20 annos que já fundado em Goyaz a primeira banda de musica da Guarda Nacional, da qual foi professor por muito tempo”. Quatro annos depois, com 20 moços seu

coetanos, fundou a Philharmonica Goyana: e de notar-se que n'esta fundação, Patrocínio deu sublime provas de paciência, porquanto todos os seus discípulos nem se quer conhecião, antes da fundação a arte musical [sic] (O PUBLICADOR GOYANO, n. 232, p. 2).

A carreira de músico foi desempenhada por meio do magistério. Embora ele tenha se destacado enquanto professor de música, a concretização da prática de sala de aula foi desafiadora e carregada de contestatação, por parte dos colegas e da administração política do Império.

De acordo com Bretas (1991) foi nomeado para a função de professor assumiu a cadeira de música e, logo que recebeu o primeiro honorário, com valor inferior aos vencimentos dos colegas de carreira, reivindicou a retificação salarial de acordo com o vencimento dos demais professores, alegando ter formação profissional adequada para a função, na qual prestava o serviço com eficácia. Deste modo, José do Patrocínio conseguia suas aspirações por conquista e demonstração de direitos, pois refutava a prática da bajulação, sendo “inimigo dos adutores elle os fulminou com essas terríveis palavras: eu desprezo a gente que adora o ouro invisível na pessoa do possuidor [sic]” (O PUBLICADOR GOYANO, n. 232, p. 2).

Após a demonstração de insatisfação por causa do vencimento salarial, o qual achava injusto, comprovou sua qualificação adequada para o cargo, “apresentando como comprovação de sua competência o fato de ter estudado arte na melhor corporação musical do Rio de Janeiro, a famosa banda de Música do Exército” (BRETAS, 1991, p. 295).

Por questões legais, que asseguravam a remuneração dos professores vitalícios em detrimento aos nomeados, o Colégio Lyceu negou o pedido de compatibilidade salarial. Desta forma, José do Patrocínio entra com requerimento de concurso para o cargo de professor vitalício. O objetivo era resolver o problema salarial e legalizar sua função desempenhada enquanto professor de música. Percebe-se também certa preocupação dele com relação à legalidade e, é claro, que buscava também estabilidade profissional, pois uma vez concursado assumia a cadeira e com ela algumas vantagens.

Sendo assim, foi nomeado em 05 de outubro de 1870, conforme carta de nomeação: “Em 1870 - O presidente da Província recomenda ao Diretor do Lyceu que dê posse ao professor de música José do Patrocínio Marques Tocantins, depois de haver este formulado o respectivo programa a fim de ser aprovado” (MUSEU DAS BANDEIRAS, Livro de Memória Histórica, p. 35). Após ser “submetido às

provas e aprovado, foi afinal nomeado vitalício, com geral descontentamento dos demais professores do estabelecimento, todos interinos” (BRETAS, 1991, p. 295). Diante do fato, conclui-se que José do Patrocínio era um distinto conhecedor e defensor dos seus direitos, mesmo que, aos olhos da maioria da elite dominante e dos intelectuais, não lhes agradasse a ideia de ter como colega um professor afrodescendente. Ele não se deixou levar pela não aceitação dos colegas e assumiu o seu cargo, para o qual estava preparado e havia sido avaliado como os demais da categoria.

A elite goiana, assim como a elite brasileira, ainda mantinha presente a mentalidade conservadora, voltada para o reconhecimento apenas de brancos desempenhando trabalhos intelectuais. Embora já houvesse intelectuais que procuravam abordar reflexões com o objetivo de reafirmar a contribuição e importância do afrodescendente na formação da sociedade brasileira. Conforme nos mostra Marinho (2013), pode-se citar alguns desses intelectuais negros do fim do século XIX e ao longo do século XX: André Rebouças (1839-1898), o jornalista carioca José do Patrocínio (1853-1905); mais tarde, Edson Carneiro (1912-1972) e Guerreiro Ramos (1945-1982). Todos foram importantes para a reafirmação e contribuição do afrodescendente na construção da sociedade brasileira, porém eles não conseguiram refutar a ideia de “harmonia e paraíso racial”, disseminada e internalizada na memória coletiva e que, politicamente, significou a sustentação de teorias para práticas de cunho conservador.

A ideologia nacionalista se faz presente [...] a “geração modernista de 1880”, ainda no clima modernizante dos últimos anos do império, tais valores iluministas se expressavam nos ideais de progresso e civilização fundada sobre a “branquitude” (MARINHO, 2013, p. 201).

Diante do modelo de estrutura socioeducacional dominada por brancos, podemos imaginar que a rejeição estivesse diretamente ligada à questão étnico-racial, pois até este momento não se tinha registro de outro professor negro nas escolas de Goiás. Essa a única justificativa para a rejeição de José do Patrocínio entre seus confrades ao ser aprovado no concurso e nomeado professor vitalício da cadeira de música.

Após conseguir vitaliciedade enquanto professor, por questões políticas, cai no descrédito do governo, devido ao fato de ter sido convidado e aceitado o convite para trabalhar na função de redator chefe do jornal *A Tribuna Livre*, de propriedade

de Felix Bulhões, adversário político do governo imperial. O fato de que este era um dos grupos políticos declarados opositores do governo, pelos seus ideais abolicionistas, liberais e republicanos, provocou insatisfação e desconfiança do governo com relação à postura de José do Patrocínio. Desta forma, “Tocantins caiu no desagrado do governo por ter-se empregado na tipografia dos Bulhões, que mantinham jornais de oposição ao governo” (FERREIRA, 1991, p. 295).

O presidente da província utilizou várias estratégias ao seu alcance com o objetivo de afastar o professor/jornalista de Goiás. José do Patrocínio não podia ser exonerado sem justa causa e, por isso, após diversas tentativas de retirar o professor legítimo da sala de aula, o governo, com o apoio da Assembleia Legislativa, então suprime a cadeira de música em 1878.

Logo após, o Presidente da Província transferiu o professor para trabalhar na Tesouraria da Fazenda Provincial e, em seguida, para a Tipografia Oficial. José do Patrocínio não aceitou essas funções e “pediu exoneração do cargo de diretor redator do Correio Oficial de Goyaz, o Sr. J. do P. Marques Tocantins” [sic] (A TRIBUNA LIVRE, 1881, n. 7). As causas do pedido de exoneração foram, primeiro, o fato das funções não corresponderem com o perfil do profissional e, segundo, certamente o fato de não poder ter liberdade de expressar suas ideias, sendo que a Tipografia Oficial divulgava as notícias ligadas ao Governo e de acordo com a indicação de como a notícia deveria ser divulgada. Exatamente ao contrário das notícias publicadas no jornal *A Tribuna Livre*, referente à política e economia da Província, tais como “a província não tem partidos políticos discriminados sobre o critério das escolas Liberal e Conservadora” (A TRIBUNA LIVRE, 1880, n. 52).

Finalmente, os órgãos competentes da Província decidiram enviá-lo para a região de Pedro Afonso¹³. Em “1876, o professor de música José do Patrocínio Marques Tocantins é designado a ministrar as aulas primárias em Pedro Afonso (MUSEU DAS BANDEIRAS, Livro de notas n. 82, p. 19). Novamente, ele não aceitou o cargo e nem a transferência. Rejeitando todas as possibilidades oferecidas, “Tocantins não obedeceu a nenhuma dessas ordens, conservando-se em virtual e tolerada disponibilidade, não remunerada” (BRETAS, 1991, p. 295).

¹³Conforme dados constantes na *Wikipedia*, “Até final do século XX, Pedro Afonso pertencia ao Estado de Goiás. Atualmente localiza-se à latitude 08°58'03" sul e à longitude 48°10'29" oeste, estando à altitude de 201 metros. A população estimada em 2008 era de 10.605 habitantes. Possui uma área de 2.050,39 km². O município foi criado em 1903, tendo as suas terras desmembradas do município de Porto Nacional. A cidade forma uma conurbação com os municípios vizinhos de Bom Jesus do Tocantins e Tupirama, sendo a única conurbação entre três municípios diferentes no estado”.

Cada vez que era designado a uma nova função, e resistia, aumentava ainda mais a indisposição do Presidente da Província a seu respeito.

A recusa de José do Patrocínio às determinações dos administradores demonstra o seu desejo de ser mantido na função de professor de música, para o qual foi contratado e exercia de forma legalizada; ele desejava ser professor de cargo, diante da importância que a cadeira de música representava na sua vida profissional. Sua atitude mostra a postura de um cidadão goiano que não se deixava levar por ameaças e nem se curvava diante das autoridades às quais era subalterno, por ter ciência dos seus direitos, embora suas estratégias de resistência fossem realizadas de forma velada.

Então, no exercício da sua prática profissional enquanto professor desempenhava poder sobre seus alunos e enquanto jornalista sobre a comunidade provincial, por meio dos jornais. No entanto, não encontramos nenhuma manifestação do uso desse poder com o objetivo de autopromoção, pelo contrário, José do Patrocínio falava sempre em defesa dos goianos. Ele reconhecia que o objetivo do Presidente não era somente puni-lo, mas, especificamente, distanciá-lo do magistério, dos meios de comunicação e da possibilidade de engrossar ainda mais a massa dos grupos liberais e abolicionistas em defesa de um Estado democrático e livre.

Em quase todos os exemplares do jornal *A Tribuna Livre* havia um artigo fazendo referência a assuntos político-administrativos e, na maioria das vezes, responsabilizava o governo de ingerência política e descaso com as instituições públicas. José do Patrocínio mantinha em seus jornais atenção especial voltada para a educação. Para ele, “a instrução popular é o primeiro problema à resolver-se para que um País atinja ao grau de civilização desejável [sic]” (A TRIBUNA LIVRE, 1879, nº 50). Para ele, a Educação deveria atingir a todos os grupos sociais, independente da condição socioeconômica.

O Governo continuou se sentindo ameaçado pelos artigos publicados no jornal *A Tribuna Livre*. Decidiu tomar uma decisão. Nomeou para a província um novo presidente, o qual tinha a responsabilidade de administrar e também a missão de extinguir a cadeira de música, resolvendo de vez o problema que se arrastava por alguns anos. Por isso, o presidente Guilherme Cruz, “no regulamento que expediu a 12 de abril de 1886, extinguiu novamente a cadeira, deixando à deriva o seu professor” (BRETAS, 1991, p. 295). Essa atitude expressa na prática o exercício

do poder político, que de forma arbitrária resolvia os problemas. Tendo em vista que a educação era descentralizada do poder imperial e cabia à Província tal decisão, havia certa facilidade para os líderes provincianos resolverem politicamente os problemas que os incomodavam. Como já foi afirmado, o poder era centralizado nas mãos de uma minoria pensante, que acreditava e se autoconstruía detentora do poder com o objetivo de dominar.

Diante da decisão do presidente provinciano, o professor perde o direito de ministrar aulas de música, uma vez que a disciplina foi extinta do currículo. Fica claro nessa ação a necessidade de demonstração do poder, da força e de domínio, nas práticas políticas, por parte de quem governava.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física (física ou econômica) (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Era exatamente essa realidade de demonstração do poder que José do Patrocínio enfrentava e ao mesmo tempo exercia de forma silenciosa sobre a classe política dominante vigente. Ele resistia e continuava defendendo os seus ideais por meio dos artigos nos jornais e por meio de ações silenciosas, mas significativas diante da situação vivida.

Na perspectiva de continuação do exercício de domínio e poder, logo após a saída do presidente Guilherme, é nomeado para a Província Luiz Silvério Alves Cruz, que não quis restabelecer a cadeira, para evitar confronto e não se indispor com a Coroa e seus subordinados diretos. Diante da necessidade de achar uma solução para o caso do professor, “resolve aposentá-lo ex-officio, com ordenado proporcional ao tempo de serviço prestado” (BRETAS, 1991, p. 296). Essa atitude revela o quanto José do Patrocínio, incomodava a administração política local e continuava sendo visto, pela administração local e pelo Império, como uma ameaça. O fato de aposentá-lo evitava qualquer possibilidade de revisão do direito, de assumir as aulas e/ou continuar manifestando contra o governo, mesmo que de forma velada, ao resistir às ordens de seus superiores.

Além de todas as atividades profissionais apresentadas acima, ele ainda encontrou tempo para seguir o exemplo das regiões do Sudeste, que estava investindo de forma gradativa e acelerada na criação de novas indústrias. Embora

os investimentos para indústria na Província de Goiás ainda fossem um assunto embrionário, devido à dificuldade de escoamento dos produtos, percebe-se que no final do século XIX apareceram algumas indústrias na província de Goiás. Uma dessas foi de responsabilidade de José do Patrocínio juntamente com mais dois sócios, José Rizzo e Roberto Boussai, que levaram a primeira fábrica de papel para Goiás, na década de 1880.

A legalização societária da referida fábrica fora registrada no cartório local, no dia 16 de novembro de 1886, conforme o enunciado da Ata lavrada para esse fim: “Escritura de um contrato social que entre se fazem o Edson Roberto Boussai, José Rizzo e José do Patrocínio Marques Tocantins, para o estabelecimento de uma fábrica de papel” (MUSEU DAS BANDEIRAS, livro n. 94, p. 27b e 28). Não é objetivo nesse trabalho discorrer sobre o desenvolvimento ou não da indústria, e sim mostrar o quanto ele procurava diversificar suas atividades, de forma alternativa ou não.

Uma questão que me chamou atenção ao analisar a documentação desse personagem foi o fato de que todos os seus empreendimentos eram realizados em parceria com um ou dois sócios. Não consegui fotografia dos sócios para identificar se também eram afrodescendentes. Portanto, permanece a incógnita do motivo da presença dos sócios. Seria por questões financeiras? Ou por questões étnicas? Para facilitar a aceitação no mercado industrial? Estas questões são relevantes no momento, por se tratar de uma região onde havia considerável número de população afrodescendente. É importante perceber sua dinamicidade profissional, em áreas diversificadas ainda em desenvolvimento, como é o caso da implantação da indústria de papel.

José do Patrocínio, embora fosse considerado por Rodrigues (1982) um poliglota¹⁴, estudioso, possuidor de conhecimento e de uma vasta biblioteca, seus atributos não foram considerados suficientes para haver uma representação junto à sociedade vigente. Exercia várias profissões, porém, as mesmas, além de não retribuírem financeiramente, como se espera das profissões com visão capitalista, também não representavam status social, por serem consideradas ocupações pouco valorizadas no final do século XIX.

¹⁴ Que sabe ou fala diversas línguas; multilíngue, plurilíngue. Definição extraída do dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 1986, P. 1356. Pelo fato de José do Patrocínio falar fluentemente, Inglês, Francês, Latim e Alemão.

Nesta fase de formação, surge uma classe que vem a ser a mais numerosa, de poucas posses pois era constituída pelos professores, farmacêuticos, jornalistas, comerciantes, magistrados e demais funcionários públicos e militares (RODRIGUES, 1982, p. 34).

Percebe-se que ele não demonstrava preocupação em estar em evidência na prática de suas ações, uma vez que “em todas as luctas pelo progresso, encontrava-se Marques Tocantins, sempre na vanguarda, alegre, sereno, audaz, intemerato, animando seus companheiros [sic]” (O PUBLICADOR GOYANO, n. 232, p. 2). Embora os jornais demonstrem que o personagem estava sempre na vanguarda, não foi possível perceber essa liderança de animação dos seus companheiros nos documentos pesquisados. José do Patrocínio pode, desta forma, ser considerado aquele que se encontra no momento de trânsito em que tempo e espaço se acasalam para brotarem figuras indefinidas na diferença e na identidade, no presente e no passado, na exclusão e na inclusão (BHABHA, 1998).

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade (BHABHA, 1998, p. 20).

Os artigos de José do Patrocínio nos jornais evidenciam que, por mais que suas ações demonstrassem sua posição, ele não conseguia assumir uma posição determinada e/ou identificada, permanecia sempre no “entre-lugar”. Esta atitude de indefinição de posição podia ser uma estratégia utilizada por ele para se manter na posição de autoridade respeitada junto à elite e na defesa de novas oportunidades para os que ainda viviam em situação desumana, herdada do período de escravização.

A demonstração de sua índole estava evidenciada no fato de compor o corpo de jurados nas seções de julgamento público de réus em Goiás, sendo esta função a oportunidade de exercer a cidadania, ao contribuir com o poder público judiciário e defensoria pública. Embora a efetivação da participação nos julgamentos fosse decidida em forma de sorteio, o fato de estar incluído na lista era sinônimo de boa índole.

O Capitão Ignácio de Souza Rego e Carvalho, 2º Suplente do Juiz Substituto das de direito da comarca da capital de Goiás. [...] dia 11 de setembro do corrente anno pelas 10 horas da manhã, para abrir a 3ª sessão de jury, que trabalhará em dias consecutivos, e que havendo procedido o sorteio dos 48 jurados, que tem de servir a mesma sessão, [...] (CORREIO OFICIAL, 1888, N. 2).

José do Patrocínio desempenhou diversas profissões na província e no campo político atuou como abolicionista, conforme apresentado no capítulo anterior. Ele foi inclusive um dos primeiros a lutar contra a mão de obra escravizada em Goiás e considerado “um dos primeiros propulsores da causa abolicionista na província, o ardente defensor dos interesses sociais, distinto e fanático patriota [sic]” (O PUBLICADOR GOYANO, n. 232, p. 2).

Por se tratar de um período onde o afrodescendente não era valorizado, fica evidente que todas as atribuições designadas a José do Patrocínio não foram suficientes para que ele fosse representado pela historiografia como agente sócio-histórico, no seu tempo e grupo social do qual fazia parte. Então, ficam alguns questionamentos. Será que o fato de ser afrodescendente influenciou na não representação simbólica de sua imagem? O fato de ter sido velado pelos contemporâneos se relaciona com questões raciais?

Para Azevedo (1987), as produções teóricas do Império no final do século XIX dão maior importância às relações da classe dominante, branca e livre, bem como às ações da modernizada classe média, reconhecendo-os agentes únicos, com capacidade para distinguir as mudanças e contradições sociais existentes no Império. Para a autora, as produções estavam recheadas de argumentação racional-liberal e racista.

[...] é preciso lembrar que os reformuladores que no século passado se viram às voltas com uma tal questão bebiam também das fontes recém-abertas pelos teóricos das raças humanas e das aptidões naturais. Portanto, argumentos liberais e raciais convergiam para que a suposta irracionalidade da escravidão fosse explícita tanto em termos de caráter compulsório de seu regime de trabalho quanto pela inferioridade racial [...] (AZEVEDO, 1987, p. 64).

Para entender as divergências existentes relacionadas à visão da sociedade brasileira e goiana, é preciso atentar para o lugar de fala do interlocutor, bem como a sua representatividade histórica, a qual define significativamente sua posição intelectual e ação sociocultural nos grupos, que serão representados por meio da interlocução. Esse fato é significativo por se tratar de um período em que as ações dos afrodescendentes foram veladas, de forma excludente. O lugar de fala do pesquisador e da pesquisadora que representam define, sem dúvida, o lugar de fala do sujeito e os protagonistas históricos.

Para Jodelet (2001), representações sociais são acontecimentos complexos sempre acionados nas ações da vida social, cujos diversos elementos são descobertos e estudados, de forma isolada ou na coletividade, no seu contexto de crenças, valores, ações, imagens, entre outros. A questão central é o significado das ações sociais, representadas nas narrativas a partir das averiguações durante o processo da pesquisa científica.

Escrever a história do afrodescendente enquanto sujeito histórico não é tarefa simples e, por isso, é de suma importância analisar os documentos. No caso de José do Patrocínio, que foi jornalista, analisar os artigos facilitou a historicização das suas ações e de outros afrodescendentes enquanto sujeitos de fala.

Nesse caso, o historiador (a) é um componente essencial na produção da cadeia conceitual, a qual permite analisar as sociedades por meio das relações interpessoais entre o material e o mental. Sendo que a historiografia se encarrega dos registros, os quais serão de suma importância para facilitar novas interpretações ao longo do tempo, as relações afetivas, expressões e eventos culturais também são marcos históricos que precisam ser analisados e interpretados dentro do seu tempo e contexto histórico, conforme veremos no próximo item.

3.2 Encontros e Cultura – Afetividade na diversidade étnica

Os espaços e eventos sociais ofereciam dinamicidade e possibilidades de sociabilidade aos diversos grupos sociais existentes em Goiás. Eram espaços de encontros e desencontros, onde se promoviam momentos para discussão dos desafios do cotidiano, além de ocasionar alegria e divertimentos; manifestações culturais e sacras; eventos literários de versos e prosas; aprendizagem e encontros afetivos.

Foi exatamente em um desses espaços culturais, levando e buscando o conhecimento da música, que José do Patrocínio e sua aluna Anna F. Xavier de Barros se conheceram. A princípio ela era apenas uma aluna e, mais tarde, aquela que viria a ser sua esposa. Esse encontro aconteceu após o retorno de José do Patrocínio à cadeira de música do Colégio Liceu, restabelecida em 1881, por meio de votação na Assembleia provincial, com a seguinte determinação:

Foi votado na sessão da assembleia provincial de 22 do corrente, a restauração de aula de música do Lyceu d'esta capital, impondo-se ao respectivo professor a obrigação de dar duas lições por semana nas aulas de 1ª lettras do sexo feminino (A TRIBUNA LIVRE, 1881, n. 51).

Anna Francisca Xavier era uma dessas alunas das turmas de aulas de 1ª letras do sexo feminino, assistidas pelo professor de música José do Patrocínio. Ela estudou na escola regular após completar o magistério, que na época era sinônimo de emancipação para as mulheres e também a oportunidade de se formarem e se tornarem mestras. Este foi o caso de Anna e outras colegas notáveis.

Dedicaram ao máximo como educadoras e foram mestras notáveis: Maria Romana da Purificação (1800- 1873), Angélica de Souza Iobo, Silvinha Ermelinda Xavier de Brito (Mestra Silvinha – 1835-1920), Maria Cyriaca Ferreira, Maria Victória de Moraes Brandão, Pacífica Josefina de Castro (Mestra Nhola 1845- 1933), Anna J. Xavier de Barros Tocantins (Don'Anna 1857- 1949), Marianinha Marimbondo e Maria Henriqueta Peclat (1886-1965) (RODRIGUES, 1982, p. 35).

Essas mulheres, na sua maioria, eram filhas das famílias da elite goiana. Muitas delas, após concluírem o magistério, exerciam sua profissão de mestras e dedicavam-se também à música e ao teatro.

Completando seu conhecimento, estudou música, apresentou-se em peças teatrais desde 1886 e participou do movimento literário escrevendo verso e prosa, destacando-se entre as demais: Anna J. Xavier de Barros Tocantins, Oscarlina Alves Pinto (1885- 1949), Leogedária de Jesus (1889- 1979), Cora Coralina, a última remanescente dessa plêiade (RODRIGUES, 1982, p. 35).

José do Patrocínio exerceu importante papel na formação profissional e artística dessas mulheres. Nos documentos analisados não foi possível obter confirmação se havia nas aulas de música a presença de mulheres afrodescendentes nessa geração de artistas. Elas aparecem e vão se destacando nesta modalidade, na última década do século XIX e a partir do século XX. Uma dessas referências do século XX são as filhas de José do Patrocínio e Anna Xavier, Debora e Aurora Tocantins.

Após “enorme pressão familiar” (BRITTO, 2016, p. 106), a união conjugal de José do Patrocínio Marques Tocantins com Anna Francisca Xavier de Barros ocorreu no dia 09 de fevereiro de 1886, conforme certidão de casamento.

Na capella no Seminário Episcopal da cidade de Goyaz, pelas seis horas da manhã, sua Ex^a Rev.^o O Senhor Bispo Diocesano D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, em presença das testemunhas o Reverendo conego Ignácio Xavier da Silva Capitão João Gualberto Fungen com Dona Anna procuração do Alferes José Severino Soares e Dona Maria de Paspas da Silva Brandão, guardadas as formas das sagradas Cannones e Ritual Romano ajuntou em casamento com palavras de presente e intra missa deu as bênçãos nupciais a José do Patrocínio Marques Tocantins de idade de 42 annos com D. Anna Francisca Xavier de Barros de idade de 29 annos. [...] os contraentes são naturaes desta capital e residentes nesta parochia de Sant'ana. (CERTIDÃO DE CASAMENTO, 1886, livro n. 05).

Anna Francisca era filha “legítima do finado capitão Joaquim de Sant’ana Xavier de Barros e D. Leonor de Lemos e Moraes Jardim. Aquele Francisco Marques e Ana Marques do Espírito Santo” (CERTIDÃO DE CASAMENTO, 1886, Livro n. 05). O casamento de José do Patrocínio com Anna J. Xavier foge às regras pré-estabelecidas em que uniões conjugais deveriam ocorrer dentro do mesmo grupo étnico, o que contribuem para “fortalecer” a etnia. Para Munanga (2006), a teoria de Gobineau¹⁵ à respeito do nascimento da civilização consegue explicar um pouco da resistência à mistura das etnias, pois, segundo a teoria, a mistura da raça é a condição do avanço, do estado “selvagem” ao estado da cultura.

No pensamento de Gobineau, a mistura deveria ocorrer de forma moderada, para evitar danos, pois “um cruzamento, pelo menos, é absolutamente dispensável; um segundo cruzamento será provavelmente nocivo, enquanto que o terceiro levará, infalivelmente, à ruína da civilização e do povo criador” (MUNANGA, 2006, p. 50). Anna Francisca certamente estava incluída nessa camada social, civilizada e criadora.

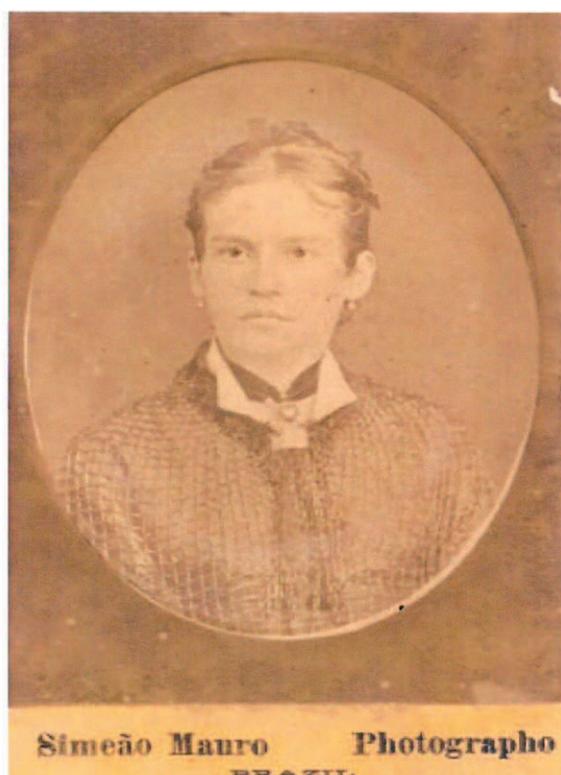


Figura 5: Fotos de Anna Francisca Xavier de Barros Tocantins e José do Patrocínio Marques Tocantins

Fonte: Acervo da Biblioteca Frei Simão

¹⁵ Gobineau – Filósofo francês, (1816 – 1882), diplomata, escritor e um importante teórico do racismo no século XIX.

Anna Francisca era branca; oriunda de família de posses, pertencente à elite goiana, sendo que o pai exerceu a função de capitão na Província. José do Patrocínio era filho de ex-escravizado, como já afirmei em capítulos anteriores, e sua mãe denominada como filha da obscuridade; portanto, não pertencia à linhagem de representatividade social, de acordo com as exigências de identificação sociocultural do século XIX, que se baseava na origem étnica, poder aquisitivo e participação política.

O casal superou contradições imaginárias e reais existentes acerca dos relacionamentos afetivos e rompeu barreiras impostas pela estrutura da sociedade provinciana de Goiás. Os casamentos em sua maioria eram arranjados para manter e fortalecer econômica e politicamente as famílias de posses. O casamento, portanto, era uma das estratégias para a sustentação de muitas famílias no poder.

Refiro-me à superação e mudanças estruturais por quê, durante a pesquisa, não encontrei documentos comprobatórios de outras uniões conjugais interétnicas legalmente constituídas em Goiás. E Anna Xavier, como já afirmei, social e etnicamente representava o oposto de seu esposo. É interessante perceber que além da afetividade, eles tinham em comum afinidade profissional do magistério, o gosto arte e cultura.

Ele era mineralogista, tipógrafo e importante compositor erudito e instrumentista, professor de música e organizador de bandas e coros nas igrejas antigas da capital. Ela também compositora e instrumentista, com noções de harmônio, havia estudado canto e piano com José do Patrocínio, se tornado professora de francês, português, música, vocal e piano (BRITTO, 2016, p. 106).

Nota-se que havia muita afinidade intelectual e cultural entre o casal, que juntos encontraram formas alternativas para divulgar e ampliar com versatilidade e audácia a música e a arte em Goiás. Segundo Rodrigues, “sua casa foi um centro cultural onde, além de reuniões literárias, reunia os intelectuais para assistirem recitais de suas alunas” (1982, p. 64). Essa iniciativa de propiciar aos intelectuais um espaço de encontro perdurou até a segunda década do século XX. Mesmo após o falecimento de José do Patrocínio em agosto de 1889, Anna Tocantins continuou promovendo os encontros e realizações de saraus em sua residência.

Embora o casamento tenha durado apenas quatro anos, dessa união nasceram três filhos e duas filhas, “Inácio, Cesar, Mário e as filhas Debora¹⁶ (pianista) e Aurora (cantora)” (MENDONÇA, 1981, p. 26). Tudo indica que Anna estivesse grávida de Aurora, quando seu marido veio a óbito. Dos filhos não encontrei nenhuma informação mais precisa, acerca de formação e/ou profissão. Porém, as filhas seguiram o exemplo dos pais, aprimorando-se na carreira musical, sendo a filha Débora, inclusive, considerada uma das maiores pianistas goiana, no início do século XX.

Segundo Britto (2016), Anna Tocantins, após ficar viúva em 1889, mudou-se com seus cinco filhos para o povoado de Bacalhau, onde assumiu o cargo de professora da escola mista da região por quatro anos, de 08 de janeiro de 1894 até 28 de novembro de 1898. Após esse período, retornaram para a cidade de Goiás.

A consulta aos mapas trimestrais da matrícula da escola mista elementar informa que Donana lecionou para os filhos e netos de Belarmino Felipe do Nascimento, um dos fundadores daquele lugarejo e cujos descendentes foram, em grande parte, adeptos do espiritismo (BRITTO, 2016, p. 107).

Na povoação do Bacalhau, Anna continuou mantendo sua nova residência como um ponto de encontro dos artistas e intelectuais, ocasião em que além das músicas sacras, modinhas e apresentação e poesias, “eram também discutidas e praticadas as ideias espíritas, por ela já vivenciadas na capital em sua casa no Largo do Rosário, n.º 2” (BRITTO, 2016, p. 107). Ser professora e se encontrar numa posição privilegiada em virtude do respaldo familiar e político dos grupos pertencentes à Goiás, bem como de seus laços consanguíneos e dos grupos de famílias de coronéis da região do Bacalhau, impedia que Anna sofresse retaliação com relação à sua nova prática religiosa.

Além do mais, para Britto (2016), ela soube muito bem se posicionar no “entre-lugar”, aproveitando seu espaço de autoridade ocupado no campo religioso católico. Simultaneamente, participava das reuniões da doutrina espírita, que difundia de forma velada, mas continuava com seus instrumentos nas cerimônias religiosas e solando as missas católicas. Outra forma de disseminação do espiritismo na província de Goiás foi por meio dos jornais:

¹⁶Débora Tocantins – Considerada por Rodrigues como um pianista precoce e brilhante, possuidora de uma sensibilidade musical extraordinária. Sendo considerada uma das maiores pianistas vilaboenses, especializou-se na obra de Chopin, a qual executava com técnica e interpretação romântica.

É importante lembrar que foi em *O Goyaz* que o juiz e poeta Manoel Lopes de Carvalho Ramos difundiu as idéias de Kardec e que o jornal *O Publicador Goyano* (1885), de propriedade de Marques Tocantins, publicava textos a respeito de práticas espíritas e espiritualistas. (BRITTO, 2016, p. 105).

Anna Tocantins, foi uma das precursoras do espiritismo em Goiás e conseguiu, juntamente com os demais, muitos adeptos. Uma delas, foi sua filha Aurora Tocantins, que seguiu o pai e a mãe na música e acompanhou sua mãe no espiritismo, sendo “frequentadora assídua do Grupo Espírita Amigos dos Sofredores, deixou o imóvel de sua família, onde ocorreram as primeiras reuniões espíritas em fins do século XIX, para o referido grupo, (atualmente casa da vovó Lóia)” (BRITTO, 2016, p. 107). Este centro espírita é fruto da resistência e enfrentamento das barreiras, ao desconstruir alguns dogmas impostos pela religião tradicional e iluminar outros padrões alternativos na memória coletiva da sociedade goiana. Os adeptos do espiritismo enfrentaram resistências da Igreja Católica e de grande parte da população local, porém, reconhece-se o empenho dos primeiros grupos que forçaram a passagem no final do século XIX e início do século XX, tornando-se os percussores e precursoras do espiritismo na província de Goiás.

O casal José do Patrocínio, de forma quase oculta, e Anna Tocantins, mesmo que de forma velada, fizeram parte desses grupos que inventaram estratégias e contribuíram para disseminação do espiritismo. Outro legado do casal para a província de Goiás, que perdura em muitas cidades goianas, é a cultura de promover encontros de amigos nas residências regados de música, conversa, comes e bebes.

O canto do *Lava Pés*, entoado durante a cerimônia da missa do Lava-Pés, na semana Santa, em Goiás na década de 1880, segundo Souza (2007), também é outro legado de José do Patrocínio para os goianos.

A obra atribuída a José do Patrocínio Marques Tocantins (1851 – 1951), parece ter sido composta por volta das décadas de 1870 e de 1880, época na qual a estética operística invade a Igreja e se assiste à emergência de um tipo de música sacra de caráter pastoral-litúrgica [sic] (SOUZA, p. 309, 2007).

Esta é mais uma comprovação da participação direta de José do Patrocínio nas celebrações, evidenciando que, na emergência dos interstícios, às vezes se faz necessário o deslocamento e a superposição do domínio da diferença para as experiências intersubjetivas e/ou coletivas voltadas para o interesse comunitário ou

de valor cultural. O deslocamento e superposição são demonstrados ora nos corais da Igreja católica, ora nos saraus em residência de familiares e reuniões espíritas.

A ação dinâmica e estratégica de estar sempre no “entre-lugar” possibilitou “tanto a trajetória profissional do músico como seu lugar de fala na sociedade vilaboense” (SOUZA, p. 310, 2007), desenvolvida de forma gradativa em meio ao discurso de abolição e divulgada conforme já apresentamos por meio dos jornais. Souza (2007, p. 310) enfatiza que José do Patrocínio exerceu de forma exímia todas as funções a ele conferidas e que sua capacidade de criação e inovação “indicam competência, oportunidade e motivação para compor uma obra com as características que se observa no referido canto”.

O legado de José do Patrocínio permanece vivo na memória e na cultura goiana, tendo em vista que a música do Lava Pés, cantada durante a cerimônia do Lava Pés na semana Santa em Goiás até os dias atuais, é a de autoria desse sujeito que durante sua trajetória soube inventar e (re) inventar suas ações com sabedoria e determinação na defesa de seus ideais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, explorei a experiência e as ações cotidianas do jornalista José do Patrocínio Marques Tocantins. Por meio de sua trajetória de vida, procurei mostrar a participação do afrodescendente na província de Goiás, na segunda metade do século XIX, utilizando como fonte de pesquisa a historiografia já existente sobre a província, os documentos e imagens da época.

Utilizei o conceito de representação para evidenciar como o negro foi representado nos relatos dos viajantes e pela historiografia do século XIX, tendo o cuidado de evidenciar a diferença de representação do afrodescendente nas narrativas históricas de diversos intelectuais do século XX e XXI. Entendi, na esteira de Pesavento, que a representação organiza “os traços deixados pelo passado e se propõe como sendo a verdade do acontecido” (PESAVENTO, 2005, p. 50)

Para apreender o processo de participação dos homens e mulheres afrodescendentes em Goiás, foi necessário fazer uma abordagem histórica das relações econômicas, políticas, sociais e culturais da Província na segunda metade do século XIX, por meio de estudos bibliográficos. E, para evidenciar o afrodescendente enquanto sujeito histórico, utilizei especialmente os jornais da Província, com destaque para os jornais *A Tribuna Livre* e *O Publicador Goyano*, documentos primários e fotografias, na perspectiva de dar visibilidade às ações de homens e mulheres que foram esquecidos ou invisibilizados pela historiografia do século XIX.

A historiografia tradicional do século XIX se ocupou em mostrar a ideia de atraso da província de Goiás, baseada especialmente nas questões econômicas, usando como referência as regiões do Norte e do Sul da província de Goiás. Para alguns, o Norte se desenvolveu de forma considerável no início do século XX e a região do Sul permaneceu “carente” dos recursos econômicos, longe de desenvolver e acelerar o comércio. Esse fato ocorreu porque a distância da ferrovia dificultava o escoamento de produção, que seria a base para o desenvolvimento econômico.

Não houve preocupação por parte dos intelectuais e da historiografia goiana do século XIX em mostrar a riqueza cultural presente na província de Goiás, expressa por meio da música, do teatro e da imprensa responsável pela comunicação de massa, entre outros. Esqueceu-se a diversidade de agentes que participaram de forma ativa desse processo. A meta-história se encarregava de

mostrar apenas os fatos políticos e econômicos e, na Província, dar destaque àqueles personagens ligados às famílias da elite goiana, branca e que na sua maioria pertenciam ao pequeno grupo que detinha o domínio econômico e político nas mãos.

No primeiro capítulo, procurei fazer uma viagem nos clássicos da historiografia do século XIX, buscando entender as narrativas sobre o afrodescendente e observar a forma com que este era representado e vinculado à figura do escravizado por intelectuais como: Jacob Gorender (1990), Silvio Romero (1975), Maria Silva de Carvalho Franco (1997), Nina Rodrigues (1957), Oliveira Viana (1956), Gilberto Freire (2013), Eduardo Silva (1997), Manuel Bonfim, Euclides da Cunha, entre outros. Procurei, através da análise historiográfica, evidenciar a influência dos mesmos na construção ideológica sobre a representação do afrodescendente, a qual foi elaborada de forma estigmatizada e pejorativa na memória coletiva da sociedade brasileira e também na sociedade estrangeira.

Na historiografia goiana sobre o século XIX, foi possível perceber que a visão pejorativa sobre o afrodescendente se mantinha, ou seja, continuavam vinculados à figura do escravizado, dependente, explorado, violentado e sem iniciativa (cf. PALACIN e MORAES, 1974; SALLES, 1992; CHAUL, 1997; BERTRAN, 2000; MATOS, 2004). Apesar dessa abordagem reducionista, esses intelectuais já evidenciavam alguma participação do afrodescendente nos movimentos de resistência e também o processo de miscigenação que foi ocorrendo nas Províncias.

Ainda no que se refere à historiografia goiana, analisei os intelectuais do século XX e do século XXI, que iniciaram novos debates sobre a visão e representação dos afrodescendentes, procurando evidenciá-los enquanto sujeitos de fala e ação, no seu tempo e espaço histórico. E, para ajudar nessa reflexão, procurei entender e refletir com Maria Lenke Loiola (2009); Thais Alves Marinho (2013); Thiago Fernando Sant'Anna (2008); Murilo Borges Silva (2011); Pedro Luís do Nascimento Neto (2013); Sonia Nogueira Leandra (2016) e Clovis Britto (2016). Foi possível perceber que esses intelectuais têm contribuído de forma significativa para despertar novos olhares sobre a importância e a participação efetiva do afrodescendente em Goiás. Nas análises, tais autores e autoras procuraram evidenciar a presença de homens e mulheres de cor nos movimentos abolicionistas, enquanto estrategistas e promotores da abolição, no mercado de trabalho, nos movimentos culturais, nas organizações de autoafirmação enquanto etnia, enfim,

nos diversos espaços sociais e culturais existentes na Província e em Goiás no século XIX.

No segundo capítulo, com o objetivo de facilitar o entendimento do/a leitor/a sobre como se deu o processo de representação do afrodescendente na província de Goiás no século XIX, fui inicialmente norteada pelos relatos dos viajantes que passaram pela província no século XIX. Procurei abordar como esses viajantes representaram as relações sociais nas províncias, com atenção nos relatos direcionados à província Goiana, e observei a influência desses viajantes, ao disseminar o que viram e o que queriam ver, a partir de seus olhares europeus, sem se preocuparem em entender a historicidade e diversidade sociocultural presente nas Províncias. Aliás, a diversidade era vista por eles de forma negativa, pois ao mencionarem o atraso nas províncias, uma das justificativas era o grande quantitativo de afrodescendentes nessas regiões, caracterizadas por eles como atrasadas.

A economia foi um fator marcante na Província, por se tratar de um período de transição, onde a exploração aurífera na província de Goiás estava entrando em declínio, obrigando a sociedade a re (criar) novas formas de economia. Embora a agricultura de subsistência tenha sido desenvolvida simultaneamente à mineração, após o declínio da exploração das minas percebe-se o aumento da produção agrícola e novos investimentos na criação de gado. Mais tarde, no final do século XIX até os dias atuais, perdura como base da economia da província e, em Goiás, a agropecuária.

As relações políticas e sociais também estavam atravessando um período de muitos desafios sociais. Havia os movimentos abolicionistas que se avultaram nas últimas décadas do século XIX, a transição de mão de obra escrava para mão de obra livre e a abolição gradativa do escravismo nas Províncias. Haja vista que a partir do momento que foi legalizada a abolição da escravização, os afrodescendentes enfrentaram outro problema, além dos que já enfrentavam: apesar da abolição o racismo perdurou, mas na maioria das vezes de forma velada.

A prática de racismo se manifestava em quase todas as regiões e de maneira bastante violenta, porém de forma velada, pois a elite brasileira enxergava a pluralidade étnico-racial como uma ameaça para a identidade nacional. No plano discursivo, após a abolição todos e todas, independentemente da etnia, eram cidadãos e cidadãs legalmente constituídos, porém, enfrentando o problema do “preconceito racial brasileiro ser de cor e não de origem, como nos Estados Unidos e na Antiga África do Sul” (MUNANGA, 2006, p. 134)

A elite brasileira enfrentava crise no regime político, uma vez que o regime imperial já não tinha mais sustentação. A implantação do regime político republicano provocou muitas lutas e manifestações sociais, incitadas pelos grupos políticos que almejavam se manter no poder e pelos demais, especialmente os grupos políticos das Províncias que lutavam por participação política e inserção de novos personagens nesse meio.

Na província de Goiás, o que motivou a inserção de novos grupos na política foi “a tomada de consciência perante os problemas da Província, a luta pela autonomia o desejo do poder” (RODRIGUES, 1982, p. 30). O desejo de poder era um dos principais incentivadores desses grupos em formação, os quais se constituíam de intelectuais, considerados enquanto tais devido ao fato de serem graduados nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo ou fora do País. Tais intelectuais tinham influência de ideais iluministas, voltados para a liberdade e a prática da democracia e, ao retornarem com essas novas ideias, ficavam ansiosos para disseminá-las na Província.

Desta forma, os grupos políticos já existentes, com o apoio de novos aliados, iam ganhando mais espaço e se fortalecendo enquanto grupo. No entanto, a mudança de regime imperial para republicano não promoveu mudanças na província de Goiás, devido ao número insignificante de republicanos na Província e também pelo fato de haver ligação de parentesco entre os dois grupos. Desta forma, com apenas alguns ajustes, quase todos conseguiram se manter no poder, por várias décadas. Outros, ainda continuam presentes na política de Goiás, como é o caso dos Caiados, até a atualidade.

No terceiro capítulo, apresentei a trajetória histórica de José do Patrocínio Marques Tocantins, procurando declinar todas as informações encontradas em bibliografias, documentos, fotografias. Busquei nas entrelinhas os não ditos, para visibilizá-lo enquanto cidadão goiano que enfrentou dificuldades inerentes à condição familiar, sociocultural em que vivia. Sua história, evidentemente, diferenciava-se da maioria dos afrodescendentes da Província, que acreditavam na possibilidade de igualdade de direitos e na democracia. É claro que a pesquisa possibilitou evidenciar alguns casos de exceção, mas acredito que existam muitos outros que ainda estão mantidos no véu do esquecimento, aguardando novas pesquisas.

Obviamente, não pude deixar de mencionar o papel e importância dos jornais, ao mostrarem, por meio dos artigos, discursos em favor da abolição, bem como o atraso

que representava a escravidão e a importância econômica, sociocultural da utilização de mão de obra livre para a Província. Os jornais também denunciavam o descaso dos políticos e a falta de políticas públicas para a educação, tecnologia, infraestrutura, que atrapalhavam o crescimento econômico, devido à ausência inclusive de estradas para escoar a produção agrícola, que aumentava gradativamente em quantidade e variedade no final do século XIX e início do século XX.

Os jornais, além de colaboradores na luta abolicionista, divulgavam os acontecimentos culturais e religiosos que aconteciam na capital da província. Essas manifestações culturais variavam entre apresentação das bandas de músicas existentes em Goiás; apresentações teatrais que aconteciam geralmente no teatro São Joaquim; quermesses para angariar fundos que seriam destinados às organizações abolicionistas, para a compra de alforrias; saraus, que aconteciam em espaços públicos, no teatro e também casas de famílias, sendo esta uma prática de José do Patrocínio e sua esposa Anna Francisca Marques. Grande parte dos fundos angariados durante as quermesses era destinado ao Centro Goyano, com sede no Rio de Janeiro, que ajudava estudantes de baixa renda que queriam cursar uma faculdade, entre outros.

De acordo com as evidências encontradas nos documentos analisados, foi possível perceber um fluxo bem interessante de pessoas que se identificavam e participavam dos eventos culturais, tornando-os assim um espaço de sociabilidade e troca de conhecimento. Foi possível identificar a participação de afrodescendentes nesses espaços culturais. Primeiramente, na pessoa de José do Patrocínio e, após 1880, nas figuras de outros/as afrodescendentes que atuavam nos eventos culturais enquanto artistas.

Todos os estudos e observações realizados durante o período de elaboração desta dissertação foram essenciais e contribuíram para facilitar a compreensão de como foi disseminada a representação dos afrodescendentes no Brasil e, especialmente, na província de Goiás. Vê-se o quanto foram extorquidos, explorados e discriminados enquanto seres humanos e, mesmo assim, conseguiram deixar legados de força e perseverança expressas nas lutas de resistência. Deixaram também demonstrações de profissionalismo, evidenciado nas diversas profissões por eles e elas desenvolvidas nos diversos espaços profissionais, bem como de capacidade de organização social, ao defenderem determinadamente o bem comum, especialmente quando se tratava da busca pela liberdade. Mesmo que

as estratégias de resistência e luta pela abolição aconteciam, na maioria das vezes, de forma silenciosa, eles souberam e contribuíram de forma significativa para a concretização da liberdade no final do período imperial.

A história de José do Patrocínio que venho mostrando desde o início desta dissertação, e também de Benedito D' Abadia, ex-escravizado, apresentado no primeiro capítulo, entre outros que venho fazendo memória ao longo deste trabalho enquanto sujeitos de suas ações, com experiências históricas reveladas na participação dos mesmos nos diversos espaços públicos, privados ou associações, no século XIX, mostra-nos que os afrodescendentes sempre estiveram presentes e não ficaram no anonimato. Por terem conseguido de alguma forma marcar seu lugar nos espaços sociais, trilharam empecilhos, conseguindo, inclusive, personificar modelos de resistência num mundo escravista e patriarcal. Apenas não foram lembrados enquanto sujeitos históricos pela historiografia.

Fazer a memória desses sujeitos históricos me levou à seguinte reflexão: Quais os outros espaços eram ocupados por afrodescendentes na Província? Quantos fizeram parte desta camada de profissionais liberais? Intelectuais? Líderes sociais? Quantos estiveram presentes nas lutas e organizações em defesa da abolição e contra a violência? E permanecem silenciados pela historiografia goiana, aguardando novas pesquisas? Não tenho respostas para todas essas perguntas no momento, apenas algumas já foram respondidas nesta dissertação, porém, são questionamentos provocativos, para que novos (as) pesquisadores (as) possam dar sequência com novas pesquisas.

FONTES

1. Museu das Bandeiras (MUBAM)

- Livro de memória histórica número 20, 1847 – 1908, caixa 23.

2. Arquivo Diocesano Dom Tomaz Baldoíno,

- Livro número 5, folha 13, de 1889.

3. Jornais digitalizados – Biblioteca Nacional Digital / acervodigital.

- *Jornal A Tribuna Livre*: de 1878 a 1884. Acessos realizados desde o dia 01 de fevereiro de 2016 a 17 de março de 2017.

- *Jornal O Publicador Goyano*: de 1885 a 1889. Acessos realizados desde o dia 01 de fevereiro de 2016 a 17 de março de 2017.

4. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – (FECIGO)

- Certidão de casamento

- *Jornal: Correio Oficial* – ANNO XLI, Goyaz, sábado 12 de janeiro 1878, número 2.

5. Dicionário

- FEEREIRA, Aurélio Buarque de Olanda e J.E.M.M. Editora Ltda. NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO da Língua Portuguesa. Nova edição 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

- <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Afonso_\(Tocantins\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Afonso_(Tocantins))>. Acesso em 11 de junho de 2017.

6. Leis

- BRASIL, Lei n. 3.353 de 13 de maio de 1888. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BERTRAN, Paulo. *HISTÓRIA DA TERRA E DO HOMEM NO PLANALTO CENTRAL: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A dominação masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História de instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFPA, 1991.

BRITTO, Clovis Carvalho. *Luz sobre o alqueire: Itinerário do espiritismo no interior do Brasil*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

BRITTO, Clóvis Carvalho. "Dos 'batuques dos pretos' aos grilhões do silêncio: Benedito D'Abadia e a festa do Divino Espírito Santo dos meninos em Goiás (Século XIX)". In: PRADO, Paulo Brito do; ROSA, LIMO, Rafael. *OS SENTIDOS DA DEVOÇÃO: O Império do Divino na Cidade de Goiás*. (Séculos XIX e XX). Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2015.

BURKE, Peter. *A ESCRITA DA HISTÓRIA: Novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CASTRO, Gardene Leão de. *O discurso da criminalização da juventude na mídia impressa goiana: O caso do jornal daqui*. São Paulo: Ed. Ixtian, 2013.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertand Brasil, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

_____. *Goiás: 1722 - 2002*. 2. ed. Goiânia: Safra, 2005. v. 1.000. 301p.

_____. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Coordenador. Goiânia: Editora Kelps, 1998.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. *Abolição*. 8ª ed. São Paulo: UNESP, 2008.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: No limiar de uma nova era*. São Paulo: Domínus editora-Ed. Da Universidade de São Paulo, 1965.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravizadora*. São Paulo: Ed. da Unesp, 4ª edição, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. São Paulo: Global, 2013.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz uma província do sertão*. Goiânia: Cânone Editorial/editora PUC-Goiás, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "Como trabalhar com 'raça' em Sociologia". *Educação e Pesquisa*, vol. 29, n. 1, 2003, p. 93-107.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEANDRA, Sonia Nogueira. *Mulheres Negras: Cartas de alforrias na busca da liberdade (1871-1888)*. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC – GO, Goiânia.

LOBO, José Ferreira de Souza. *Goianos Ilustres*. Goiânia: Oriente, 1974.

LOIOLA, Maria Lenke. *Trajetórias para liberdade: escravizados e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2009.

_____. *Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás*. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MARINHO, Thais Alves. Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E AS REDES DE CONSUMO KALUNGA. 2013. 419 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Paraná e Maranhão, pelas províncias de Minas gerais e Goiás*. Atualização ortográfica de Melânia Silva de Aguiar. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004. [1836]

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser escravizado no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MENDONÇA, Belkiss S. Carneiro de. *A MÚSICA EM GOIÁS*. 2ª Edição. Goiânia: Editora da UFG, 1981.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de uma oligarquia: os BULHÕES*. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano Ltda, 1974.

MOURA, Clóvis. *História do negro no Brasil*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática S. A., 1994.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Limos. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *REDISCUTINDO a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *NEGRITUDE – Usos e Sentidos*. 3ª Edição. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. "Trajetória e biografias: notas para uma análise bourdieusiana". *Sociologias*, ano 9, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 7ª ed. Goiânia: Editora de UCG, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. GAYOL, S. (Org.). *Sociabilidades, justiça, práticas e violências: representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS) e Univ. Nacional General Sarmiento, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Escravidão negra em debate". In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva – 5ª*. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. *A Modinha em Goiás de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1982.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

_____. "Construindo escolas para meninas, construindo meninas nas escolas: experiências femininas na educação em Goiás (1870-1930)". *Em Tempo de Histórias*, n. 7. 2003, p. 1-14.

_____. “Escravidadas em ação: resistências e solidariedades abolicionistas na Província de Goiás – século XIX”. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 12, 2008, p. 53-67.

_____. “Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidade e singularidades nos anos de 1880”. *Elísée*, vol 2, n. 2, 2013, p. 92-97.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravizados e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SILVA, Dilma de Melo, CALAÇA, Maria Cecília Felix. *Arte Africana e Afro Brasileira*. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá d’África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

SILVA, Murilo Borges. *Pelos Caminhos da Abolição: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí*. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC - GO, Goiânia.

SILVÉRIO, Ismael Rodrigues. *A trajetória artística de José do Patrocínio Marques Tocantins: Um estudo sobre a arte, etnia e poder na cidade de Goiás entre 1844 à 1889*. 2012. 73 f. (Monografia em História) – UEG, Jussara.

SOARAES, Márcio de Sousa. *Os homens pardos e a governança da capitania de Goiás sob a égide dos Cunha Menezes, c. 1778 – c. 1804*. (Apresentação trabalho/comunicação). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOUZA, Ana Guiomar Rego. *PAIXÕES EM CENA: A Semana Santa em Goiás (Século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, 2007.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1944.

WHITE, Hayden. *META-HISTÓRIA: A Imaginação Histórica do século XIX*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.

ANEXOS

19/02/1886

L=05 fls. 58

Subentes: José do Patrocínio Marques Escantins
 Anna Francisca Xavier de Barros

Aos nove dias do mes de fevereiro de mil
 oitocentos e oitenta e seis, na capella no
 Seminario Episcopal da cidade de Foz de Iguazú, pro-
 visões Rosas, da manhã, aos Ex.^{as} Rev.^{as} O
 senhor Bispo Diocesano D. Claudio José
 Gonçalves Paes de Lencas, em presença das
 testemunhas o Reverendo Padre Ignacio
 Xavier da Silva capitão João Gualberto
 Junyem com Dona Anna procuradora do Alferes
 José Severino Soares e Dona Maria da Paiz da
 Silva Brandão, guardadas as firmas dos sagrados
 Canones e Rituaf Romano ajuntou em basamento
 com palavras de presente e intra missam deo as
 lêmãs nupciaes a José do Patrocínio Marques Escantins
 de idade de 43 annos com D. Anna Francisca
 Xavier de Barros de idade de 29 annos, esta
 filha legitima do finado capitão Joaquin de
 Santana Xavier de Barros e D. Leonor de Lencas
 e horaes Jardim. Aquelle Francisco Marques
 e Anna Marques do Espirito Santo. Os
 contraentes

joel naturaes desta capital e residentes, nesta
parochia de Sant'ana. E para seus
qaco, o presentes.

O Conego da Curia, Joze Trica
Xavier Serra Dourada V. C. Vi de o dignat.
E in lsa.

17
 Do e' demittido do cargo de professor
 de Latim e substituido pelo Padre Pio
 Joaquim Lourenco.

1870

O Presidente da Provincia manda
 que seja aberta a escola de Geogra-
 phia e Historia, a isto ser frequen-
 tada por 14 alumnos.

Dia 26

1863

Vicente Monte Fozza e dispensado
 do cargo de Inspector Geral da Instru-
 cão Publica, sendo designado para
 substituil-o o Sr. Benedicto Talar
 de Sousa.

1882

O professor de Musica José do Patro-
 cínio Lourenco Tocantins apresen-
 ta o respectivo programma que e
 approvedo.

Dia 27

1867

Jose Vicente de Silva pede e obtem
 a nomeação de professor de Musica,
 sendo substituido pelo cidadão Vi-
 nte Carralho de Vasconcellos.

F. Severino

Dia 3

1872

A respeito do resultado do concurso de

O PUBLICADOR GOYANO

hilo tinha penetrado de tal modo o espirito das circumstancias, que...

A incoherencia da conversação nas diversas grups que se formaram...

Continuamente a multidão consistia...

De repente aquelle moço grande...

—Barba! — E barba! —

A distancia de alguns kilometros...

—Vossa ignora esse ponto negro...

—Mas a vapor Elias Chaves, da Companhia Paulista...

—Acredito a sua kilometragem...

—Acreditando do novo vapor...

—Nossa operação era muito simples...

—A noite terminou a festa com...

—Por uma festa esplendida e de...

—O rapaz Elias Chaves, de força de...

—Na inauguração da estrada...

—Depois a sessão de desfilas...

—As condicoes de sal da obra...

—Assim mesmo, a concessão para...

—Deixo de transcrever hoje os...

negociantes de Uberaba, por que...

—Está-ho! na proxima missiva...

Secção livre.

O que é a cidade?

O grande offido de fronte...

Morango de tres pedras...

De deus para tres...

—sim, um macho e quando...

—Mas, sim, como é que...

—Maz, sim, como é que...

linda dezo alguma quantia por...

—Maz, sim, como é que...

Sr. Redactor. — Não sei em que...

—Maz, sim, como é que...

Sapatinhos modernos (tambois,...

—Maz, sim, como é que...

FABRICA DE FIOS ARTIFICIAIS... Tem sempre grande sortimento...

Atenção! Espalho de farinha de milho...

PAPA AS FÉLIX DOS PASSOS... Grande sortimento de variado...

ATTENÇÃO! A casa de Lima... Qual é, Senhor, este mortal...

MERCADO Table with columns for item name and price.

esse de mistura com as tiradas violentas de um discurso pessoal.

Foi apresentada à camara temporaria pelo Sr. ministro da fazenda a proposta do poder executivo orçando a receita e fixando a despesa geral do imperio.

A despesa, no calculo da proposta, é de 127,269 contos, e a receita de 128,065 contos. Resulta um saldo de cerca de oitocentos contos.

Secção de noticias.

ELEIÇÃO MUNICIPAL.

Teve lugar hontem a eleição municipal de Juizes de paz nas duas parochias d'esta capital. O processo correu regularmente e deu o seguinte resultado.

Para Vereadores

- Luiz Antonio Caiado (Liberal) 36
- Francisco L. Jardim (Liberal) 27
- Felissimo (conservador) 21
- Jose Póvoa (Liberal) 20
- Major Ernesto (Liberal) 19
- Antonio M. G. da Neiva (Liberal) 19

Juizes de Paz de Sant'Anna.

- 1.º Major Fleury Curado (Liberal) 76
- 2.º Cap.º Carneiro (Liberal) 72
- 3.º José J. Baptista (Liberal) 70
- 4.º Cap.º Constancio R. da Maya (Liberal) 69

- 1.º Beraldo (conservador) 33
- 2.º João Gualberto (Liberal) 32
- 3.º Miguel Vieira (conservador) 31
- 4.º Marques Fogaça (conservador) 30

Freguezia do Rozario.

- 1.º Joaquim Martins (conservador) 33
- 2.º Franklin de Lima (Liberal) 24
- 3.º André Rios (Liberal) 23
- 4.º Ignacio de Souza (Liberal) 21
- 1.º Joaquim Jorge (sem politica) 21
- 2.º João d'Azevedo (Liberal) 19
- 3.º Saturnino (conservador) 16
- 4.º Milameixas (Liberal) 12

INSTRUÇÃO PUBLICA.—Por acto de hontem o Ex.º Sr. Dezembargador Gomes de Siqueira foi nomeado inspector geral da instrução publica. A administração não podia achar na provincia pessoa mais idonea para esse melindroso encargo, damos-lhe nossos parabens pelo acerto da escolha.

POLICIA.—Tendo o Sr. Dr. Ramiro Pereira de Abreu pedido dispensa de continuar a servir interinamente o cargo de chefe de policia, por motivos do seu particular interesse, S. Ex.º o Sr. Dr. presidente da provincia chamou o Dr. Jacome Martins Baggi d'Aranjo, juiz de direito da comarca do Rio Maranhão, para occupar aquelle cargo até a chegada do novo chefe de policia effectivo Dr. José da Cunha Teixeira. Achando-se o Dr. Baggi n'esta capital, em serviço judiciario, em data de hontem accéitou a designação e entrou em exercicio da policia.

O Sr. PACIFICO ANTONIO XAVIER DE BARRIOS prestou hontem juramento e entrou em exercicio do cargo de secretario da policia d'esta provincia.

SECRETARIO DO GOVERNO.—Prestou juramento e assumio as funções do cargo de secretario do governo n'esta data o Sr. Joaquim Fernandes de Carvalho.

PREZIDIO DE S. JOSÉ DOS MARTYRIOS.—O nosso amigo Sr. alferes Ayres Emigdio Dias, que deixara o commando d'este prezidio por ter ficado a ver navios quando

o Sr. Dr. Leite Moraes transferio o mesmo para a povoação de S. Vicente e nomeou seu commandante o tenente Manoel Jose Pinto; foi do novo nomeado commandante d'este prezidio, e exonerado o tenente Pinto.

O Sr. DR. URBANO DE GOUVEA.—Este nosso distincto e illustrado amigo, que está encarregado pelo Governo Imperial de inspecionar os presidios da provincia, foi em data de 26 nomeado Engenheiro Encarregado das Obras Publicas por não poder o Sr. Dr. Joaquim Rodrigues accumular esse cargo com o de Engenheiro das Obras Militares, conforme foi determinado em Aviso do Ministerio das Obras Publicas.

Nossos parabens.

NAUFRAGIO.—No dia 22 de abril d'esto anno o nosso amigo Sr. Bernardo Martins Chaves, importante commerciante da cidade da Palma, perdeu um barco carregado nas penedias da Ilaboca. Arqueava na occasião cerca de 4.000 arrobas de cargas, sendo a maior parte de couros secos. O bota, arrebatado pelas correntes, abalrou a uma pedra e fondeo-se de modo que foi impossivel prevenir a submersão quasi instantanea.

A tripulação salvou-se á nado; nada, porem, se pôde aproveitar da carga. O prejuizo é avaliado em mais de doze contos de reis.

OUTRO.—Pouco mais ou menos pelo mesmo tempo, o nosso amigo Sr. Joaquim Ayres da Silva, do Porto Imperial, soffria igual revez na mesma passagem. Ainda ignoramos os pormenores d'este segundo desastre.

ENTRE-RIOS.—Escravem-nos d'esta cidade que, fora alli, assassinado em dias do mez findo Fabião de tal, o mesmo que á pouco tempo assassinara barbaramente alli a dous individuos, entre os quaes figurava o delegado de policia; que o assassino de Fabião ainda não tinha sido descoberto e nem se tinha empregado meios para isso; e que, enfim, a população estava aterrada com repetições de crimes d'esta natureza, á ponto de até o proprio Vigario já se ter mudado da Freguezia, e estarem muitas outras pessoas importantes do lugar se preparando para isso.

LEOPOLDINA.—Um individuo que se diz natural da Provincia de S. Paulo e filho do Visconde de Indayatuba foi preso, segundo nos conta, na povoação de Leopoldina pelo Sr. tenente Elvas por suspeitas de ser elle criminoso.

O NOSSO AMIGO.—Sr. Jeronymo Rodrigues de Souza Moraes. 1.º Supplente ao juiz substituto, já se acha entre nós de volta da sua excursão á villa do Rio Verde. Comprientalmol-o.

FALLECIMENTO.—Registrámos com pesar o do Sr. José Ferreira da Fonseca, residente no districto da Bella-vista, cujo funeral teve lugar no dia 10 de Junho. Nossas condolencias á familia do finado.

O FUMO GOYANNO.—E' preciso e urgente que os produtores de fumo aromático acatellem seus interesses contra a crescente depreciação e descredito, em que vão cahindo nos mercados consumidores os fumos de Goyaz.

O nosso fumo aromático (o das zonas do Mattão, Bicaime, Mandanha etc) é incontestavelmente o melhor do mundo para o cigarro de palha. Se'o hia igualmente para os charutos e para o cachimbo, si a industria local estivesse bastante

adiantada para preparal' o para estes empregos.

Ultimamente dous inimigos tem-se esparado contra a primazia até aqui concedida ao fumo goyanno:—a concorrência dos produtores mineiros e paulistas, e a má fe dos exportadores.

Como se obtém no litoral os fumos Barbacena, Rio Novo, Pomba e Belém Descalvado (muito sonentos ao nosso) por preços incomparavelmente menores, entrarão os especuladores a comprar aquelles fumos com preparações e banhas, e lhes communicar aroma artificial a fim de expor ao consumo sob o titulo proteccional de fumos de Goyaz.

Os exportadores, de seu lado, fazem tanto com os mãos fumos, que recebem de preferencia, mesmo nas nossas fabricas, pela barateza do preço; e de modo o fumo de Goyaz vai-se desarrastando e perdendo sua vantajosa preeminencia nos mercados.—Cumpra, a todos interesses da produção e das venencias geras economicas da provincia, estudar o problema de difficultar estas fraudes e restaurar os creditos abalados e a estima do mais auspicioso e productivo ramo especial de nossa industria agraria.

O TEMPO.—Tem havido durante a semana grandes variações do tempo, ponto de termos tido um dia, que se poderia chamar chavoso. Posto que não ha havido ainda frio intenso, a temperatura vai baixando sensivelmente.

O CORREIO DO NORTE, entrado a 2 mez passado, não trouxe noticias de interesse para os leitores. A 15 de junho sahira de Arrayas com destino á capital, para tomar parte nos trabalhos da assemblea provincial, de que a bordo, o Sr. Francisco de S. Cruz, que chegou hontem a tarde em companhia do Cor.º Paranhos, igualmente deputado.

POVOAÇÃO DE S. VICENTE.—De Beata do Tocantins pedem-nos que chamemos a attenção da assemblea provincial e do governo para a conveniencia de criar-se villa e termo na povoação de S. Vicente Ferrer, a margem do Araguaia, quando o novo termo ligado á comarca Boa Vista, de onde, dista 28 legoas, se chega por terra. Informáo-nos que a povoação, em optima situação para desenvolvimento das communicações vias, tem já de 800 a 4.000 habitatores, boa igreja, cemiterio em comprehensivel construção, bons predios particulares, dez casas de commercio bem montadas, lojas de sapateiro, padaria regular, Pareco de utilidade publica que, ligada a exactidão d'aquellas informações, pelas quaes não estamos habilitados a responsabilisar-nos, tomem os poderes publicos provinciaes em consideração o reclamo, cuja satisfação reflectirá positivamente na prosperidade d'aquellas futuras paragens.

FALLECIMENTO.—O ultimo correio portador da infesta noticia de havido em Sorocaba o coronel Antonio Augusto de Padua Fleury, nosso compatriota adoptivo e membro de um das mais recommendaveis e distinctas familias desta provincia. Aos numerosos parentes do fallecido os nossos pezaes.

FERRO-VIA MOGANA.—De alguns ligos do Nono Districto (Franca) e de zona de Uberaba deprehendem os deputados do 6.º districto de S. Paulo 15 de Minas vão apresentar ao parlamento um projecto tendente á realisar

longamente so.

Hospi Fleury, influencia ponte. R

— Ac tumados conserva e Eduard Apres ções.

Maria presiden do dout Feliciano doiro, e samente sentado sivel br obras a outro a malas. dos os tado.

Rerr de, o S thefeliz

Enca da Em ma inf ultimo. vice-pr prime nomean Fernan Barros policia Esta Que ações certo e nente co do de oih ma inf alta co tudo, assim preter das p

pálph prote xima objec prote vime culo conse vital tanq acção tura. Ali os o que meio ou al facil guar Se olha com dos O nas nert H: criat pode

Por bem do mesmo lugar e em honra aos credits da nossa provincia, a illustre e venerada familia Leão, prevalecendo-se dos vastos meios de influencia que lhe facultão seus haveres e os dotes pessoais de seus membros, pôde converter o—ainda ha pouco—perigoso sertão do Rio Verde em uma das boas comarcas da provincia, disciplinando e subordinando as hordas de emigrantes de todas as procedencias à habilitação de ordem e de trabalho. A essa familia deve a provincia o estado florescente e prospero, em que vai hoje o municipio do Rio Verde, um dos mais esperancosos que temos.

Não havia, pois, fundamento para suppor-se (à não serem as mesmas imprudencias e provocações do Sr. Dr. Ramiro) —que a pessoa do Juiz de Direito estava alli à mingua de garantias e exposta a passar por dissabores analogos aos que teve de tragar o Dr. Wanderley no Rio Bonito, pois que, quando outras garantias não tivessem no espirito ordeiro da população, tel-as-hia bastantes no prestígio e incontestavel influencia da familia Leão, em cuja efficaz protecção o Sr. Dr. Ramiro pôde descansar.

Eis a carta:

—Copia.—Ilm. Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola. — Accaso recebida a carta official de V. Ex. datada de 27 de Novembro do anno passado,—pela qual V. Ex. communica-me que o juiz de direito d'esta comarca, Dr. Ramiro Pereira de Abreu, officou reservadamente a V. Ex. manifestando receios de ser aqui desacatado, segundo boatos que lhe-chegarão aos ouvidos. Dirigindo-se V. Ex. à mim para, como autoridade e como cidadão influente, impedir que se desrespeite à quella autoridade e se-reprodução n'este termo scenas iguaes ás que tiveram lugar no Rio Bonito, cumpre-me, em resposta, assegurar à V. Ex. que nenhum receio deve nutrir o mencionado juiz n'este lugar, uma vez que as pessoas à elle desafeetas são cidadãos bem collocados na sociedade e conhecidos como observadores da ordem e respeitadores de todas as pessoas, de qualquer classe ou condição social que sejam. As pequenas intrigas que o mesmo Doutor aqui tem suscitado não seriam bastantes para tanto receio...

Posso ainda asseverar à V. Ex. que tudo isso não passa de uma farça inventada pelo mesmo Dr., que a-começou a representar perante V. Ex. e veio aqui concluir, pois de ninguem mais constão os falsos boatos, que chegarão à seus ouvidos, ou, si algum existe, foi d'aqui nascido e transmitido pelo seo inseparavel amigo o P. Serafim, que no correr de sua vida n'este lugar sempre prestou-se à alimentação todas as intrigas que apparecem. Tendo o mencionado Doutor communi-

cado à V. Ex. os receios de que estava possuido, não limitou-se à isso e pediu a uma pessoa de sua familia que escrevesse ao P. Serafim communicando-lhe que ali sabia-se (n'esta cidade) que o Doutor era aqui esperado para ser assassinado; isto parece que com o fim de o amigo fazer correr, como aconteceu,—vindo a carta pelo mesmo doutor, e sendo divulgada dias depois de sua chegada.

Logo que aqui chegou o anno passado, isto é, antes de ter sido chamado para o serviço da Relação, principiou o doutor suas imprudencias blazonando valentias e dizendo que não tinha medo de ninguém & c.; e, quando sabia, mesmo para ir à Igreja, levava ao cinto um cumprido revolver exposto às vistas de quem o quizesse ver; e, com estes arrebaldos, ia protestando que *havia de desmoralisar os mandões do lugar*. Com effeito passou à tratar mal a esses, que entendia serem os *mandões do lugar*; os quaes, apenas, por desgosto da educação que manifestara tal homem, retiraram-se de suas relações. Eis ali tudo quanto infundio tanto medo em um homem tão valente!...

Certo é que só elle aqui blazona e anda armado. Ainda agora, quando chegou de sua viagem à essa capital, apresentou-se acompanhado de dous escravos armados com «*clavinas reynas*», trazendo elle proprio uma *formidavel* espingarda de dous cannos e o inseparavel revolver. Parece que d'elle mesmo é que se-tem à receber alguma desordem n'este lugar; pois um juiz que tem a consciencia de seus actos, que seja juiz recto e cidadão bem-criado, nada pode receber aqui.

E' o que tenho à informar à V. Ex. sobre o que se-tem passado e se-passa em relação ao Dr. Ramiro, continuando à asseverar à V. Ex. que elle nada tem à receber, desde que cumpra com seus deveres como juiz e como cidadão;—convindo que deixe as intriguinhas para outras pessoas mais proprias para se-occuparem com ellas.

Concluindo peço a V. Ex. a publicação d'esta.

Rio Verde, 4 de Janeiro de 1881.

José Joaquim Leão.

O COMMERCIO.

REGÃO declaradamente conservador tem, não poucas vezes, investido contra a situação politica actual, verberando-a e satyrisando o nome de cada ministro.

Diferentes numeros tem sido publicados ostensivamente hostis e de encontro às idéas e projectos do governo liberal.

Até aqui nada mais natural.

Desembrados porém do que hontem escreveu e da relação que assumiram

publicamente, surprehende, indigna e revolta o procedimento desses politicos de ocasião e circumstancias que, sem a menor cerimonia, vem hoje de um campo que abandonaram, e em que pretendião ter sempre hasteada a bandeira da opposição—profugas—para o arrial da situação, com os mais solemnes protestos de apoio e adhesão!

Haverá nisto seriedade? Será tão illimitada a liberdade da imprensa que se preste a esses manjos, ou às evoluções politico-gymnasticas dos novos partalarios cosmopoliticos?

Não!—A imprensa, orgão de consciências conscienciosas e opinões sercas, não pode ser a arêa dos suaves e tartufos; ella impõe serios deveres, e uma vez falçados, torna-se um instrumento prostituido e desnaturo!

Em vez de egalo da seguridade e direitos dos cidadãos; em vez de protestar contra os actos vergonhosos ou culpados, e de contribuir para o progresso dos espiritos e melhoramento de todas as classes, ella se converterá em arma de paixões e vil instrumento de escuridão!

Eis ao que viza o *Comercio*.

Hontem conservador, e hontem conservador, em respeito a constituição e a hymnos aquelles mesmos, os quaes mal julgara antes!

Proh pudor!

Novos cruzados politicos, sem principios, nem crenças, sem fé, nem sinceridade, proclamão se os arautos da opinião publica, quando não passão de falsos apóstolos ou de homens da ubiquidade politica.

E' até onde pode ir o desembaraço!

EM RESPOSTA AO COMMERCIO

« 1.ª Secção.—Palacio da presidencia de Goyaz, 7 de Fevereiro de 1881.—N.º 12.

« Communicação a Vm., para os fins convenientes, ter, por acto desta data, concedido-lhe a exoneração, que pediu, do cargo de director da typographia provincial e redactor do *Correio Official* e nomeado para o mesmo cargo o cidadão Carlos Augusto, agradeço-lhe os bons serviços prestados na redacção da *Off. gazeta*.—Deus guarde a Vm.—ALMEIDA LEITE MORAES.—Sr. J. de Patrocínio Marques Tocantins.

« Pediu exoneração do cargo de director e redactor do *Correio Official* o Sr. J. de P. Marques Tocantins.

Ao retirar-se do sympathico cargo, que por tempos desempenhou com applausos, deixa ligado o seo nome a varios melhoramentos concernentes a esta imprensa, tornando-se possivel a gratidão de seus compatriotas.

« Resta-nos apertar a mão do collega e apresentar-lhe as nossas sympathias e bons desejos de prosperidade.

Extrahido do *Correio Official* de 9 de Fevereiro de 1881.